



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Mónica Patrícia Navalha Santos

**ACESSO DOS CONDICIONADOS DE MOBILIDADE A
EDIFÍCIOS HISTÓRICOS. CASOS DE ESTUDO EM TOMAR**

Orientador: Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Trabalho de projecto para obtenção de grau de mestre em Arquitectura

Novembro de 2009

Agradecimentos

Ao Professor Virgolino Jorge, orientador do presente trabalho de projecto, pelo seu apoio, dedicação e disponibilidade oferecida, sempre acompanhada de uma atitude positiva.

À Dra. Rute Tavares, funcionária do Turismo, pelas informações e dados prestados sobre a Cidade de Tomar.

Aos funcionários do Convento de Cristo, Dra. Amélia Casanova e Rui Ferreira, pelas informações prestadas e pela ajuda dispensada

Ao Sr. João Vasco, responsável pela Sinagoga, pelas informações concedidas

Ao Coronel Moura, responsável do Convento de São Francisco, pelas ajudas fornecidas

Em especial aos meus Pais, Irmão e namorado, pela atenção, disponibilidade de ajuda, e por me terem dado a possibilidade de realizar este trabalho.

RESUMO

A acessibilidade é um direito cívico, uma condição essencial para o pleno exercício de cidadania, logo não deve ser negada a nenhum cidadão.

O estudo refere-se a ambientes edificados, de carácter histórico que foram desenhados primordialmente para a população que se encontra em plenas capacidades físicas.

O trabalho tem como objectivo identificar as barreiras arquitectónicas, que excluem o acesso a um grupo específico de cidadãos fora do padrão de normalidade. Ou seja, pessoas com impossibilidade de locomoção e que se desloquem em cadeira de rodas, ou com algum tipo de deficiência sensorial, ou ainda que tenham temporária ou permanentemente condicionamento na sua mobilidade, como grávidas, crianças e idosos.

Deste modo proponho estratégias correctivas, que permitam a estes cidadãos de mobilidade reduzida, um acesso fácil e adequado a alguns monumentos seleccionados da cidade de Tomar, de acordo com as suas condicionantes, melhorando notoriamente as suas condições de vida e proporcionando a sua inclusão na sociedade, respeitando sempre a integridade e a substância física dos edifícios histórico em estudo.

O trabalho está organizado em três partes:

- Na primeira parte, faz-se o enquadramento do tema, identificam-se os conceitos e finalidades de acessibilidade a edifícios históricos, refere-se a evolução legislativa em Portugal sobre esta temática, listam-se as exigências espaciais daí decorrentes e finaliza-se com uma referência geral às imobilidades a edifícios históricos;
- Na segunda parte, apresentam-se os cinco casos de estudo em Tomar, descrevendo a situação actual destes edifícios históricos e propondo soluções que eliminem as suas barreiras arquitectónicas;
- Na terceira e última parte do trabalho, são expressas as considerações finais.

ABSTRACT

“Access to Mobility Conditioned to Historic Buildings. Case studies in Tomar.”

Accessibility is a civil right, a pre requisite for the full exercise of citizenship, so should not be denied to any citizen.

The study refers to the built environment, historical data that were designed primarily for the population that is in full physical capabilities.

The work aims to identify the barriers, which exclude access to a specific group of citizens outside the normal range. That is, people unable to move for himself, and moving in a wheelchair, or which contain some kind sensory disabilities, or if it have temporarily or permanently restricted in mobility, such as pregnant women, children and elderly.

For that I propose remedial strategies, to allow these citizens with limited mobility, easy access and suitable for some selected monuments in the city of Tomar, in accordance with its conditions, notably by improving their living conditions and providing their inclusion in society while respecting the integrity and the physical substance of historical buildings in the study.

The study considers three parts:

- In the first part is the frame of the issue, identify the concepts and purposes of accessibility to historic buildings, refers to legislative developments in Portugal on this issue, to list the resulting space requirements and ends with a reference to the immobility of historic buildings;
- In the second part presents the five case studies in Tomar, describing the current situation of these historical buildings and proposing solutions to eliminate its architectural barriers;
- The third and last part of the work, are expressed the final considerations.

Índice Geral

Índice Geral	1
Índice de Figuras e Desenhos	3
Introdução	9
I. Acessibilidade a Edifícios Históricos	13
1. Acessibilidade a Edifícios Históricos	14
1.1. Conceito e Finalidade	14
1.2. Enquadramento Legal	18
1.3. Esquemas Adequados à Eliminação de Barreiras Arquitectónicas	23
1.3.1. Circulação Horizontal	23
1.3.2. Circulação Vertical	27
1.3.2.1. Escadas	28
1.3.2.2. Rampas	29
1.3.2.3. Ascensores/ Elevadores	30
1.3.2.4. Plataformas Elevatórias	31
1.4. As (l) mobilidade(s) aos Edifícios Históricos	32
II. Casos de Estudo em Tomar	35
2. Casos de Estudo em Tomar	36
2.1. Enquadramento Histórico-Urbano	36
2.2. Convento de Cristo	42
2.2.1. Localização	42
2.2.2. Síntese Histórica	43
2.2.3. Descrição do Edifício	49
2.2.4. Proposta de Intervenção	57
2.2.4.1. Análise e Proposta para a Área Envolvente	57
2.2.4.2. Análise e Proposta para o Interior	59
2.3. Igreja de São João Baptista	77
2.3.1. Localização	77
2.3.2. Síntese Histórica	78
2.3.3. Descrição do Edifício	80
2.3.4. Proposta de Intervenção	83
2.3.4.1. Análise e Proposta para a Área Envolvente	83
2.3.4.2. Análise e Proposta para o Interior	84

2.4.	Sinagoga e Museu-Hebraico	87
2.4.1.	Localização	87
2.4.2.	Síntese Histórica.....	88
2.4.3.	Descrição do Edifício	90
2.4.4.	Proposta de Intervenção.....	93
2.4.4.1.	Análise e Proposta para a Área Envolvente.....	93
2.4.4.2.	Análise e Proposta para o Interior.....	94
2.5.	Igreja de São Francisco	98
2.5.1.	Localização	98
2.5.2.	Síntese Histórica.....	99
2.5.3.	Descrição do Edifício	102
2.5.4.	Proposta de Intervenção.....	104
2.5.4.1.	Análise e Proposta para a Área Envolvente.....	104
2.5.4.2.	Análise e Proposta para o Interior.....	105
2.6.	Igreja de Santa Maria dos Olivais	109
2.6.1.	Localização	109
2.6.2.	Síntese Histórica.....	110
2.6.3.	Descrição do Edifício	115
2.6.4.	Proposta de Intervenção.....	120
2.6.4.1.	Análise e Proposta para a Área Envolvente.....	120
2.6.4.2.	Análise e Proposta para o Interior.....	123
III.	Considerações Finais.....	128
	Bibliografia Utilizada.....	132

Índice de Figuras e Desenhos

Figura 001- Distribuição da população com deficiência, por tipo de deficiência.....	15
Figura 002- Distribuição da população com dificuldades de mobilidade	15
Figura 003 – A: quando as pessoas não passam umas pelas outras, largura 0,9 m	23
Figura 004 – B: quando as pessoas se cruzam ocasionalmente, largura 1,2 m	23
Figura 005 – C: quando as pessoas têm de se cruzar regularmente, largura 1,5 m	24
Figura 006 – D: quando as pessoas se encontram e se cruzam continuamente, largura 1,8 m ..	24
Figura 007 - E: quando existe um estreitamento ocasional do passeio	24
F: quando tem de ser dada uma volta de 90º numa entrada ou na abertura/soleira de uma porta	24
G: A velocidade/rapidez que as pessoas podem imprimir na sua deslocação (critério importante, por ex. para se determinar o tempo de abertura das portas automáticas e o da mudança das cores dos semáforos nas passeadeiras).	24
Figura 008 – Rotação de 90º.....	24
Figura 009 – Rotação de 180º.....	24
Figura 010 – Rotação de 360º.....	24
Figura 011 – Planta e corte de piso tátil de alerta	25
Figura 012 – Planta e corte de piso tátil de direcção.....	25
Figura 013 – Perspectiva e corte longitudinal de rebaixamento de guia com aplicação de piso tátil de alerta	26
Figura 014 – Esquema da aplicação de piso tátil de alerta, em escadas	26
Figura 015 – Esquema de sinalização de piso tátil de alerta e direcciona.....	27
Figura 016 – Modelos de degraus, onde o exemplo da esquerda é o melhor; os outros dois não são aconselhados.....	29
Figura 017 – Informação tátil de corrimão (utilizado em escadas ou rampas).....	29
Figura 018 – Plataforma aplicada em escadas	31
Desenho 1- Cidade de Tomar, Planta de Localização	41
Figura 019 – Vista aérea do Convento de Cristo, em Tomar	42
Figura 020 – Tomar, Convento de Cristo. Planta do Castelo e Charola.....	43
Figura 021 – Tomar, Convento de Cristo. Planta das novas construções devidas ao Infante D. Henrique	44
Figura 022 – Tomar, Convento de Cristo. Planta das novas construções devidas a D. Manuel I	44
Figura 023 – Tomar, Convento de Cristo. Planta das novas construções devidas a D. João III ..	45

Figura 024 – Tomar, Convento de Cristo. Planta das construções devidas a D. Catarina (amarelo), domínio Filipino (vermelho) e D. Pedro II (azul)	47
Figura 025 – Tomar, Convento de Cristo. Claustro da Lavagem antes das obras de restauro realizadas no séc. XX.....	48
Figura 026 – Tomar, Convento de Cristo. Vista nascente	49
Figura 027- Tomar, Convento de Cristo. Claustro do Cemitério.....	51
Figura 028 – Tomar, Convento de Cristo. Claustro da Lavagem	51
Figura 029 – Tomar, Convento de Cristo. Interior da Charola.....	52
Figura 030 – Tomar, Convento de Cristo. Portal Manuelino.....	52
Figura 031 – Tomar, Convento de Cristo. Igreja Manuelina, vista do interior.....	53
Figura 032 – Tomar, Convento de Cristo Janela do Capítulo.....	53
Figura 033 – Tomar, Convento de Cristo. Claustro Principal	54
Figura 034 – Tomar, Convento de Cristo. Vista aérea da casa do Capítulo.....	54
Figura 035 – Tomar, Convento de Cristo. Claustro de Santa Bárbara e claustro da Hospedaria.....	54
Figura 036 – Tomar, Convento de Cristo. Claustro da Micha, vista nascente.....	55
Figura 037 – Tomar, Convento de Cristo. Claustro dos Corvos, vista sul	56
Figura 038 – Tomar, Convento de Cristo. Refeitório	56
Figura 039 – Tomar, Convento de Cristo. Inexistência de passeios na via de acesso, Av. Vieira Guimarães.....	57
Figura 040 – Tomar, Convento de Cristo. Parque de estacionamento da ala Nascente	57
Figura 041 – Tomar, Convento de Cristo. Tipo de calçada da entrada nascente, porta do Sol ...	59
Figura 042 – Tomar, Convento de Cristo. Escadaria de acesso à bilheteira.....	59
Figura 043 – Tomar, Convento de Cristo. Passagem estreita de acesso ao imóvel	60
Figura 044 – Tomar, Convento de Cristo. Entrada para a bilheteira, Capela de S. João.....	60
Figura 045 – Exemplo de aplicação da plataforma de escadas	60
Figura 046 – Coimbra, Rua do Cabido. Exemplo de corrimão e piso aderente na zona histórica	61
Figura 047 – Vila de Rei, Museu da Geodesia. Exemplo de passadiço em estrutura metálica....	61
Figura 048 – Espanha, Alhambra. Exemplo de rampa de madeira na zona histórica	62
Figura 049 – Tomar, Convento de Cristo. Desnível entre os claustros da Lavagem e do Cemitério	63
Figura 050 – Tomar, Convento de Cristo. Desnível entre a igreja manuelina e o claustro Principal	63
Figura 051 – Exemplo da plataforma com o assento aberto	64
Figura 052 – Exemplo de um piso fotoluminescente e faixa antiderrapante	65

Figura 053 – Exemplo de piso tátil fácil (direccional e alerta).....	65
Figura 054 – Tomar, Convento de Cristo. Desnível entre o corredor do Noviciado e o claustro de Santa Bárbara	66
Figura 055 – Tomar, Convento de Cristo. Soleira elevada deixada por uma antiga porta no claustro da Hospedaria.....	66
Figura 056 – Tomar, Convento de Cristo. Rampa provisória entre o claustro Principal e o de Santa Bárbara	66
Figura 057 – Tomar, Convento de Cristo. Rampa provisória entre os claustros da Micha e o dos Corvos	67
Figura 058 – Tomar, Convento de Cristo. Rampa provisória no corredor do claustro dos Corvos	67
Figura 059 – Tomar, Convento de Cristo. Corredor de ligação entre os claustros da Micha e o de Santa Bárbara	68
Figura 060 – Tomar, Convento de Cristo. Rampa provisória entre os claustros de Santa Bárbara e da Hospedaria e irregularidade de piso	68
Figura 061 – Tomar, Convento de Cristo. Rampa provisória para a saída.....	68
Figura 062 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Exemplo de aplicação de piso em madeira.....	70
Figura 063 – Castelo de Vide, Póvoa e Meadas. Exemplo de rampa com ripas de madeira	70
Desenho 2 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Planta de Implantação	71
Desenho 3 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Planta Piso 2..	72
Desenho 4 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Planta Piso 1..	73
Desenho 5 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Planta Piso Térreo.....	74
Desenho 6 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Pormenor da Rampa para a Entrada	75
Desenho 7 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Pormenor da Plataforma Elevatória para a igreja Manuelina	76
Figura 064 – Vista poente da igreja de São João Baptista, em Tomar	77
Figura 065 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Fachada principal com janelas neogóticas, finais do séc. XIX	79
Figura 066 – Tomar, Igreja de S. João Baptista. O coro antes da substituição para madeira	79
Figura 067 – Tomar, Igreja de S. João Baptista. Planta actual	80

Figura 068 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Frontaria	81
Figura 069 – Golegã, igreja matriz. Frontaria	81
Figura 070 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Nave central	82
Figura 071 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Púlpito, séc. XVI	82
Figura 072 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Diferença de pisos na Praça da República.....	83
Figura 073 – Tomar, Rua Infantaria 15. Passeios reduzidos.....	84
Figura 074 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Desnível do exterior.....	84
Figura 075 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Desnível do interior.....	84
Figura 076 – Exemplo de sistema de correr, proposto para as rampas do interior	85
Figura 077 – Tomar, Antigos Correios. Exemplo de rampa em estrutura metálica	85
Figura 078 – Lisboa, Palácio Pimenta, Museu da Cidade. Exemplo de rampas metálicas	85
Desenho 8 - . Proposta de Acessibilidade para a igreja de São João Baptista, em Tomar. Planta	
Piso Térreo e Pormenor	86
Figura 079 – Vista norte da Sinagoga, em Tomar.....	87
Figura 080 – Tomar, Sinagoga. Planta actual	90
Figura 081 – Tomar, Sinagoga. Portal de entrada para a Sinagoga dos homens, séc. XV.....	91
Figura 082 – Tomar, Sinagoga. Abóbada.....	91
Figura 083 – Tomar, Sinagoga. Extremo noroeste onde é visível a bilha que está no interior da	
parede	92
Figura 084 – Tomar, Sinagoga. Pormenor da bilha invertida	92
Figura 085 – Tomar, Rua Joaquim Jacinto. O que resta da calçada de seixo do séc. XVIII	93
Figura 086 – Tomar, Rua dos Moinhos. O novo piso em calçada portuguesa e faixa central.....	93
Figura 087 – Coimbra, Rua de Sobre Ripas. Exemplo de piso aderente	94
Figura 088 – Brasil, Curitiba. Exemplo de piso tátil de alerta e direccional	94
Figura 089 – Tomar, Sinagoga. Desnível exterior	95
Figura 090 – Tomar, Sinagoga. Desnível interior	95
Figura 091 – Tomar, Sinagoga. Desnível onde se encontrava a porta primitiva, que fazia	
comunicação com a porta do Levante	95
Figura 092 – Aplicação do modelo Hiro 450, parado	96
Figura 093 – Aplicação do modelo Hiro 450, a deslocar-se	96
Desenho 9 - Proposta de Acessibilidade para a Sinagoga, em Tomar. Planta Piso Térreo e	
Pormenor.....	97
Figura 094 – Vista nascente do Convento de São Francisco, em Tomar.....	98
Figura 095- Tomar, igreja de S. Francisco. Vista sul do Pátio.....	101

Figura 096 – Tomar, igreja de S. Francisco. Planta actual.....	101
Figura 097- Tomar, igreja de S. Francisco. Vista do interior	102
Figura 098- Tomar, igreja de S. Francisco. Fachada lateral norte	102
Figura 099- Tomar, igreja de S. Francisco. Nave e Capela-mor, com a escultura do Calvário ..	103
Figura 100- Tomar, igreja de S. Francisco. Claustro adjacente à igreja.....	103
Figura 101 - Tomar, Av. General Bernardo Faria. Notar a inexistência de passeios.....	104
Figura 102 - Tomar, Igreja de S. Francisco. Estacionamento junto à igreja	104
Figura 103 - Tomar, igreja de S. Francisco. Desnível exterior	105
Figura 104 - Tomar, igreja de S. Francisco. Desnível interior	105
Figura 105 – Espanha, Centro histórico de Montserrat. Exemplo de rampa no exterior	106
Figura 106 – Espanha, átrio da Abadia de Montserrat. Exemplo de rampa de estrutura metálica	106
Desenho 10 - Proposta de Acessibilidade para a igreja de São Francisco, em Tomar. Planta Piso Térreo	107
Desenho 11 - Proposta de Acessibilidade para a igreja de São Francisco, em Tomar. Pormenor	108
Figura 107 – Vista poente da igreja de Santa Maria dos Olivais	109
Figura 108 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Escavações arqueológicas, necrópole ..	110
Figura 109 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Frontaria no séc. XIII	111
Figura 110 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Frontaria no séc. XVI	112
Figura 111 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Demolição das construções adjacentes e o portal Norte soterrado.....	113
Figura 112 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. O portal do séc. XII, entaipado	113
Figura 113 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Capela na fachada lateral norte, antes do restauro	113
Figura 114 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Acesso ao Portal Principal, antes do restauro do séc. XX	113
Figura 115 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Capela-mor antes do restauro	114
Figura 116 – Tomar, Igreja de Sta. Maria dos Olivais. Planta actual.....	115
Figura 117 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Antes dos trabalhos de restauro	116
Figura 118 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Actualmente	116
Figura 119 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Alçado nascente	117
Figura 120 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Perspectiva do alçado sul.....	117
Figura 121 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Vista da nave central	118

Figura 122 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Púlpito, séc. XVI	118
Figura 123 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Capelas colaterais do alçado sul	119
Figura 124 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Pavimento da praça, localizada a ocidente da igreja.....	121
Figura 125 – Tomar, Igreja de Sta. Maria dos Olivais. Pavimento entre a igreja e a torre sineira	121
Figura 126 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara. Exemplo de pavimentação da área envolvente ao Mosteiro.....	121
Figura 127 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Escadaria lateral norte.....	122
Figura 128 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Escadaria principal poente	122
Figura 129 – Viana do Castelo, Pousada da Juventude. Esquema de rampas.....	123
Figura 130 – Reino Unido, York Minster. Exemplo de rampa de acesso à igreja.....	123
Figura 131 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Desnível da entrada principal, para o interior.....	124
Figura 132 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Escadaria principal do interior.....	124
Figura 133 – Tomar, igreja Sta. Maria dos Olivais. Desnível da entrada norte, para o interior ..	125
Figura 134 – Tomar, Igreja de Sta. Maria dos Olivais. Escadaria secundária do interior	125
Desenho 12 - Proposta de Acessibilidade para a igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar. Planta Piso Térreo	126
Desenho 13 - Proposta de Acessibilidade para a igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar. Pormenor.....	127

Introdução

Desde os nossos antepassados que o homem tem como principal característica adaptar/ melhorar o seu meio às suas necessidades. A primeira obra de arquitectura que o ser humano construiu para se refugiar dos perigos exteriores foi a cabana. Desde então nunca mais parou, as suas necessidades aumentaram e concomitantemente o ambiente edificado sofreu uma constante evolução.

Porém, nem sempre a intervenção do homem na modificação do património acautelou a conservação da essência dos bens e salvaguardou a sua adaptação a todos os seres humanos, sem excepção.

As barreiras são mais do que muitas e cabe-nos a nós, arquitectos, melhorar as suas condições de vida, proporcionando-lhes uma melhor inserção na sociedade. Ao evidenciar este aspecto vou ao encontro das palavras citadas pelo arquitecto italiano Bruno Zevi “O carácter essencial da arquitectura – o que a distingue das outras actividades artísticas – está no facto de agir com o vocabulário tridimensional que inclui o homem.”¹ Esse homem que Bruno Zevi descreve inclui-me a mim, a si e a todos os seres humanos, portadores ou não de deficiência, não ignorando ninguém.

Na sociedade actual as pessoas portadoras de deficiência, ainda são vistas com piedade ou repulsa. Importa, no entanto, reflectirmos sobre este texto da jornalista Laurinda Alves: “é extraordinário como palavras tão essenciais como amor, encanto, humano ou eficiente podem mudar radicalmente de sentido pelo facto de lhes ser acrescentada, à partida, um simples ‘d’. (...) Senão vejamos: A palavra eficiente muda para deficiente; o amor converte-se em desamor; ser humano passa a ser desumano e o encanto desvanece-se e torna-se desencanto. Tudo isto para dizer que devemos prestar mais atenção às palavras e ao uso que fazemos delas. (...) Só olhando com o coração podemos ver que a palavra deficiente tem um ‘d’ a mais e que toda a dificuldade nos outros nos obriga a um olhar diferente na medida em que nos devolve um mundo de amor, de encanto, de humanidade e de eficiência.”²

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) existem cerca de 650 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência em todo o mundo, significando assim 10% de toda a população mundial. Só em Portugal existem mais de um milhão de cidadãos portadores de deficiência.

¹ ZEVI, Bruno - *Saber ver a Arquitectura*. Tradução Maria Isabel Gaspar. Martins Fontes, São Paulo, 1992, pág. 17

² ALVES, Laurinda - *Para além das Imagens... Para além das Palavras...*. APPACDM, <http://appacdm-fundao.blogs.sapo.pt/137102.html>

Portugal é ainda caracterizado a nível mundial como um país “envelhecido”, devido ao elevado número de idosos e à diminuição significativa da taxa de natalidade. Não podemos ser indiferentes a tudo isto. Infelizmente, já alguns de nós sofreram acidentes na prática de actividades desportivas, viagens ou até no próprio local de trabalho, que limitaram, temporariamente, as nossas capacidades, implicando, desta forma, o recurso a acessórios de ajuda na locomoção (como sejam muletas, cadeira de rodas, bengalas, entre outros). Nesta fase, deparamo-nos com dificuldades acrescidas ou mesmo impossibilidade de chegar a locais tão essenciais como a habitação, o espaço de trabalho ou os edifícios públicos (escolas, hospitais, departamentos estatais) e ainda aos espaços culturais (monumentos, museus, cinemas, teatros).

Assim, surgiu a publicação do Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto (revogando o anterior Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio), que têm como objectivo garantir o acesso dos cidadãos com mobilidade condicionada aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, à via pública e a edifícios habitacionais.

O cumprimento desse Decreto-Lei vem melhorar significativamente as condições de vida das “pessoas com mobilidade reduzida, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos.”³

É fundamental referir que tem havido uma maior consciencialização para o problema das acessibilidades e que muitas barreiras arquitectónicas já foram vencidas, contudo, algo tem ficado esquecido: o património histórico edificado.

O património edificado, tem como origem a imagem do monumento, termo evoluído do latim *monere* (“advertir”, “recordar”, “invocar”), isto é, aquilo que trás à lembrança alguma coisa. A noção de património tem evoluído ao longo dos tempos, actualmente abrange todo um conjunto de bens culturais, sejam eles históricos, artísticos ou arquitectónicos.

Segundo o historiador Alois Riegl, “no sentido mais antigo e verdadeiro do termo, monumento é uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma acção ou destino”.⁴

Também a historiadora Françoise Choay, realça que o sentido original de monumento, se relaciona com a manutenção da memória colectiva de um povo, sociedade ou grupo, pois “a

³ Decreto-Lei nº163/ 2006, de 8 de Agosto. Cfr. *Diário da República*, 1ª Série, nº 152, pág. 5670

⁴ RIEGL, Alois - *El culto moderno a los monumentos*. Tradução de Ana Pérez López. Visor distribuciones, S.A, Madrid, 1987, pág. 23

natureza afectiva do seu destino é essencial: não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva. (...) A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de acção sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afectividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas, esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e seleccionado para fins vitais, na medida em que pode, directamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar”⁵

A arquitectura “é como uma grande escultura escavada, em cujo interior o homem penetra e caminha”⁶, vai desde a nossa casa, passando pela escola, local de trabalho, incluindo os próprios edifícios históricos, estes são referências da humanidade ao longo do tempo e cada um encerra a sua própria história/ memória, que é transmitida de geração em geração. Porém, não deve ser visto separadamente, mas antes na sua globalidade – o nosso passado.

É vital para o futuro do ser humano manter uma continuidade histórica, pois sem tradição nem vivência histórica não poderá evoluir, isto porque o património é de todos e a todos deve servir. É necessário adaptá-lo, para que todos o possam usufruir.

O mundo não existe apenas para os indivíduos com plenas capacidades físicas, mas para todos os seres humanos com as suas diferenças e limitações.

Assim, elegi para este estudo a cidade de Tomar, cuja origem remonta à época dos Templários. Caracterizada como um mosaico diversificado de culturas e paisagens, detentora do maior número de monumentos históricos no distrito de Santarém, dos quais se destaca o Convento de Cristo, como ex-libris da cidade. O Convento de Cristo e o Castelo formam o primeiro conjunto arquitectónico português classificado, em 1983, como Património Mundial pela UNESCO.

Tomar é a cidade que me viu crescer e na qual aprendi a admirar o património, deambulando pelas suas ruas respira-se história e leva-nos a tempos longínquos. Mas nem todos têm essa possibilidade, porque a existência de barreiras arquitectónicas impede que todos os cidadãos desfrutem dessa beleza histórica.

Tratando-se de uma cidade que vive do turismo, como sua maior fonte de rendimentos, é imprescindível adaptar os edifícios históricos a pessoas que sofram qualquer tipo de condicionamento na sua mobilidade, proporcionando-lhes uma maior autonomia e

⁵ CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Tradução: Teresa Castro. Edições 70, LDA, Lisboa, 2008, págs. 17 e 18

⁶ ZEVI, Bruno - *Saber ver a Arquitectura*, ob. cit., pág. 17

consequentemente uma melhor qualidade de vida. Desta forma, incrementa-se também o número de turistas e constitui-se uma referência modular para outras cidades históricas.

Sendo assim, tenho como objectivo apresentar algumas propostas de possíveis acessos aos edifícios de maior destaque na cidade, respeitando sempre as suas características arquitectónicas.

Em Tomar, os edifícios com maior valor arquitectónico e fluxo turístico são o Convento de Cristo, a Igreja de São João Baptista, a Sinagoga e Museu-Hebraico, a igreja de São Francisco e a Igreja de Santa Maria dos Olivais.

I. Acessibilidade a Edifícios Históricos

“A acessibilidade tem que ser para todos os cidadãos, a qualidade que permite a qualquer pessoa comunicar, compreender ou alcançar o que necessita, em qualquer ambiente.”

Acessibilidade para Igualdade e Oportunidade – Guia de Boas Práticas, SNRIPD, Lisboa, 2000, pág.15

“ Ser móvel é percorrer a nossa espantosa condição urbana, que é condição humana, porque o território, muito para além da sua vertente física, é uma imensa construção social. A cidade é, por excelência, o lugar onde o homem pode encontrar a sua maior e mais expressiva dimensão. É o lugar de exponenciais fontes de informação, múltiplas formas de comunicação, absoluta mobilidade, diversidade de culturas e formações, oportunidade de ofertas, infinitas possibilidades de relações sociais. Lugar de encontros, culturas, religiões, mas também memórias, ideais, atitudes, aprendizagens. Em suma, a polis é o lugar da própria democracia.”

Guia Acessibilidades e Mobilidades para Todos, SNRIPD, Porto, 2007, pág.15

1. Acessibilidade a Edifícios Históricos

1.1. Conceito e Finalidade

É notória a falta de conhecimento da população em geral, sobre a necessidade de acessibilidades. Existe igualmente um errado entendimento das pessoas acerca da eliminação das barreiras arquitectónicas, por quanto, estas não beneficiam apenas um grupo de cidadãos (as pessoas com limitações físicas), mas antes, facilitam uma maior mobilidade de toda a população. Contribuindo para melhorar o nosso país e consecutivamente a Europa, este é o primordial objectivo do conceito europeu de acessibilidade criado em 2003 pela Comissão Europeia que visa instituir uma “Europa Acessível a Todos”, concebendo uma sociedade mais igualitária, acessível em todos os aspectos, sem excluir ninguém.

Mas o significado de mobilidade, nem sempre está associado à acessibilidade, pois basta o acesso não ser prático, de fácil compreensão, utilização e circulação, para se tornar num obstáculo. A noção de mobilidade, segundo vários autores, deixou de ser uma mera distância entre dois pontos para se transformar em algo mais abrangente que engloba a “deslocação de pessoas, bens, informação, relaciona ainda sítios de trabalho com acessos a bens de consumo, com as residências e espaços de entretenimento e lazer, com as compras e com as relações de amizade.”⁷ Por sua vez a acessibilidade deve ser entendida como a mobilidade para a realização das necessidades, ou seja, como o suporte, pois não basta movimentar-se, é necessário conseguir chegar ao seu destino autonomamente.

O maior problema está na construção do ambiente edificado, pois este é desenhado primordialmente para a população que se encontra em plenas capacidades físicas, mas a acessibilidade é um direito cívico, logo é obrigatório que a sociedade se equipe para um grupo específico de cidadãos que foge ao padrão de normalidade.

Deste modo é necessário assegurar e promover a acessibilidade aos cidadãos que sofram condicionamento na sua mobilidade, concedendo-lhes “...um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática....”⁸

Segundo a Organização Mundial de Saúde, uma em cada dez pessoas, ou seja, 650 milhões em todo o Mundo, tem alguma deficiência, mas este número tende a aumentar, não pelas deficiências congénitas, pois tem havido uma melhoria nos serviços de saúde, mas pelas “deficiências adquiridas”. Que englobam as elevadas taxas de sinistralidade na via rodoviária, os

⁷ TELES, Paula – *Os Territórios (Sociais) da Mobilidade*. Lugar do Plano, Aveiro, 2005, pág.38

⁸ Decreto-Lei nº163/ 2006, de 8 de Agosto. Cfr. *Diário da República*, 1ª Série, nº 152, pág. 5670

acidentes de trabalho; o aumento da esperança média de vida e consequentemente o acréscimo do número de idosos. Estima-se que em 2030 uma em cada cinco pessoas tenha mais do que 65 anos e em 2050 exista o triplo do número de pessoas com idade superior aos 80 anos.

Em Portugal, de acordo com os dados do último recenseamento, efectuado a 12 de Março de 2001, existem 636 059 pessoas com deficiência, correspondendo a 6,1% da população total. É de referir que, segundo as estatísticas, a população idosa representava 16% da população portuguesa, mas este fenómeno tende a aumentar, como referi anteriormente, segundo o Estudo de Avaliação das Necessidades dos Seniores em Portugal⁹, em 2008, proposto pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU) e pela Boston Consulting Group (BCG), Portugal encontra-se no 10º lugar do ranking, que diz respeito à percentagem de idosos, surgindo como um dos países mais envelhecidos a nível mundial.

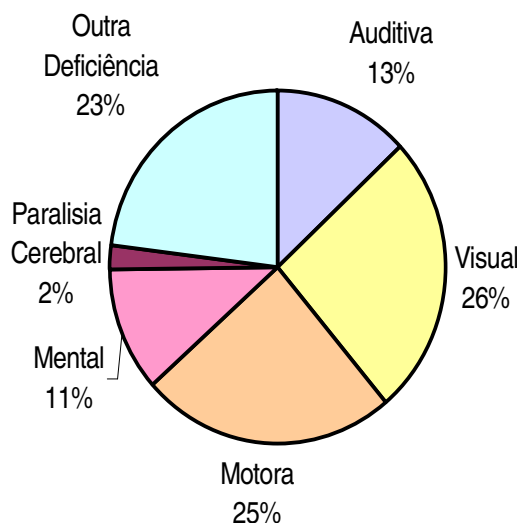


Figura 001- Distribuição da população com deficiência, por tipo de deficiência

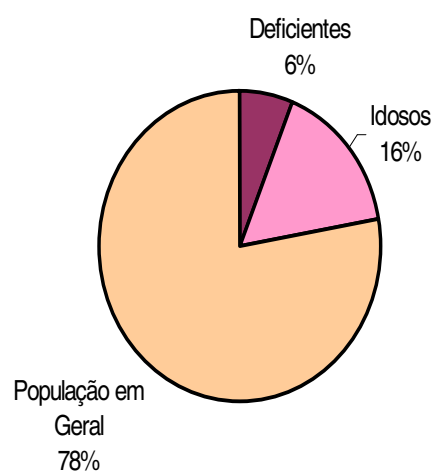


Figura 002- Distribuição da população com dificuldades de mobilidade

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

“A deficiência é uma perda ou anormalidade de uma estrutura do corpo ou de uma função fisiológica (incluindo funções mentais), (...) podem ser temporárias ou permanentes; progressivas, regressivas ou estáveis; intermitentes ou contínuas.”¹⁰

Os cidadãos portadores de deficiência, para além deste seu infortúnio, deparam-se ainda com ofensas de carácter físico, psicológico e social há vários séculos, agravando assim as suas condições de vida.

De acordo com a Declaração dos direitos do Homem, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns

⁹ Estudo de avaliação das Necessidades dos Seniores em Portugal - http://www.akdn.org/publications/2008_portugal_estudo%20seniores.pdf

¹⁰ OMS – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Lisboa, 2004, págs. 13,14 e 15

para com os outros em espírito de fraternidade.”¹¹ É indispensável, o seu cumprimento, proporcionando uma igualdade de direitos e oportunidades, aumentando o processo da sua inclusão social e não o contrário.

Por sua vez, estes também são os objectivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujos princípios, são: “respeito pela dignidade inerente, pela autonomia individual incluindo a liberdade de escolha e a independência das pessoas; não discriminação; participação plena e efectiva e inclusão na sociedade; respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; igualdade de oportunidades; acessibilidade; igualdade entre homens e mulheres”.¹²

Uma das soluções para diminuir a discriminação, é combatê-la, caso haja indícios na violação dos direitos fundamentais, primordialmente o princípio da igualdade, recorrer à Lei nº 46/2006, de 28 de Agosto, a qual “tem por objecto prevenir e proibir a discriminação, directa ou indirecta, em razão da deficiência, sob todas as suas formas (...) aplica-se igualmente à discriminação de pessoas com risco agravado de saúde.”¹³ As práticas discriminatórias são puníveis por Lei, indemnizando as pessoas em causa ou recorrendo ao pagamento de uma coima.

Sendo assim, é fundamental que as pessoas com deficiência denunciem todos os actos discriminatórios a que são sujeitos, porque independentemente das suas limitações, nenhum ser humano pode ser privado de educação, cuidados de saúde, emprego e até mesmo cultura. Por outro lado, a sociedade têm de aprender a olhar para estes cidadãos, não como objecto de piedade ou de repulsa, mas como homens, mulheres e crianças que querem alcançar a todo o custo a sua própria autonomia, tal como todos nós prezamos a nossa.

Sermos autónomos, não depender de ninguém para executarmos a mais básica necessidade, de acordo com as capacidades que nos são permitidas, aumenta significativamente a nossa auto-estima, o nosso ego.

Imaginar como deve ser o mundo de um invisual, é difícil, mas fazendo um esforço conseguimos. Muitos de nós, quando crianças, já tivemos medo do escuro, agora imaginem uma vida mergulhada numa escuridão profunda, não conseguir ver os rostos das pessoas que mais ama, nem distinguir cores, nem mesmo apreciar as magníficas paisagens portuguesas. É duro, mas existem muitas pessoas a viver num mundo rodeado de uma só cor, o preto. Este foi

¹¹ ONU - Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948, (artigo 1º)

¹² ONU- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pág. 4, (artigo 3º)

¹³ Lei nº 46/2006, de 28 de Agosto. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 165, pág.6210, (alíneas 1 e 2 do artigo 1º)

apenas um exemplo, mas existem tantos outros, a própria velhice também ela pode ser considerada um autêntico martírio.

Cabe à sociedade civil ajudar a melhorar as condições de vida de todos estes cidadãos, consequentemente permitindo a sua participação cívica e social a que têm direito. A principal acção da sociedade podia reflectir-se na abolição definitiva de todas as barreiras arquitectónicas existentes no ambiente edificado, que impedem a livre circulação, sem qualquer tipo de ajudas técnicas, com total segurança, possibilitando assim a total fruição do espaço. Estas barreiras condicionam “muitas pessoas a uma vida de exclusão, segregando-as, impedindo-as de uma cidadania plena, obrigando-as a um esforço adicional ou a uma dependência, por vezes humilhante, para poderem realizar as tarefas simples do dia-a-dia”¹⁴, e não afectam somente as pessoas portadoras de deficiência mas a sociedade em geral.

As barreiras arquitectónicas são obstáculos concretos que existem nos espaços que habitamos. No local da intervenção - zona histórica – encontram-se um elevado número de monumentos. Por esse facto, existem maiores dificuldades de mobilidade, em virtude da existência: de calçada típica em seixo rolado, passeios e ruas estreitas e escadas que constituem um entrave ao acesso a edifícios históricos. Impedindo de imediato um grupo de cidadãos de conhecer e visitar o nosso património, nomeadamente os edifícios religiosos, retirando-lhes, desta forma, a possibilidade de praticar a sua fé.

Na época da sua construção, o conceito de acessibilidade, não era encarado pela sociedade como um valor fundamental, as pessoas portadoras de deficiência eram encaradas por alguns membros da sociedade como objecto do castigo de Deus. Muitas delas abandonadas e mortas pelos familiares, os mais supersticiosos viam-nos como feiticeiros ou bruxos que possuíam poderes especiais¹⁵.

Tal como se conhece da história, os anões e corcundas eram os bobos das festas, por conterem diferenças relativamente ao resto da sociedade, animando os senhores mais abastados. Na idade moderna, avança-se para perceber e ajudar essas mesmas pessoas, mas nem toda a sociedade consegue fazer esta evolução, continuando a praticar actos ignorantes como, por exemplo abandonar e eliminar esses cidadãos.

A ideia generalizada ao longo dos tempos, de que estes cidadãos não têm as mesmas capacidades que o resto da população, promove uma exclusão da sociedade. É necessário evoluir.

¹⁴ TELES, Paula – *Os Territórios (Sociais) da Mobilidade*, ob. cit., pág.250

¹⁵ História da Pessoa com Deficiência – http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php

Se fizermos uma retrospectiva, verificamos que grandes nomes da nossa história continham algum tipo de deficiência. Ora vejamos: Luís de Camões (1524 a 1580), o poeta dos *Lusíadas*, perdeu um olho quando lutava em Ceuta; Galileu Galilei (1564 - 1624), encarado como o "pai da ciência moderna", ficou cego nos seus últimos anos; e outros não tão conhecidos como o John Milton (1608 – 1674), um dos maiores escritores ingleses, era cego; Stephen Farfler, um relojoeiro alemão, paraplégico construiu uma cadeira de rodas auto-manobrável; o grande músico Ludwig Von Beethoven (1770-1827) perdeu a audição de forma gradual entre os 20 e os 50, mas não deixou de compor.

Em suma, a adaptação dos edifícios históricos, é encarado por muitos cidadãos como uma afronta à herança histórica, mas tudo tem necessidade de evoluir para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Sendo o nosso país rico em património, é incorrecto e até mesmo injusto que tantas pessoas fiquem privadas de conhecerem as nossas raízes culturais. A implementação de mecanismos de acesso, resguardando a integridade estrutural do imóvel, não comprometendo as suas características, nem desrespeitando o seu traçado original, apenas contribuirá para o desenvolvimento social e económico do país, oferecendo facilidades e comodidades que podem ser aproveitadas por todos, independentemente da sua idade ou condição física.

Basta um simples gesto, cumprir e fazer cumprir o Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto, o qual procede à definição das condições de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos, edifícios públicos e edifícios habitacionais.

Procedendo assim, caminharemos para uma sociedade sem barreiras físicas no acesso e fruição dos monumentos históricos, proporcionando uma qualidade de vida acrescida sobretudo às pessoas com incapacidades motoras.

1.2. Enquadramento Legal

Criar acessibilidades é um problema que já persiste há vários anos e que tem sofrido dificuldades em estabelecer-se.

Em 1982, surge o Decreto-Lei nº 43/82, de 8 de Fevereiro, que “no âmbito do apoio aos deficientes, em particular aos deficientes motores, no duplo aspecto da sua vida quotidiana e profissional, importa eliminar ou reduzir as suas limitações de movimentação e, em especial, as

originadas pela concepção arquitectónica das edificações.”¹⁶ Visando consagrar no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) as primeiras normas técnicas sobre acessibilidade. Tudo parecia caminhar para uma mudança de atitude. Porém, depois de sucessivas prorrogações da entrada em vigor do referido diploma, este acabaria por ser suspenso e revogado pelo Decreto-Lei nº 172-H/86, de 30 de Junho, que “reconhece, contudo, que as soluções encontradas naquele normativo são de difícil aplicação”.¹⁷ Um dia depois, 1 de Julho de 1986, foi publicado em despacho conjunto dos Ministros do Plano e da Administração do Território, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Trabalho e Segurança Social, onde foram aprovadas recomendações técnicas que visavam melhorar a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida aos estabelecimentos que recebem público.

Aquela medida acabou por ser reforçada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 6/87, de 29 de Janeiro, a qual tinha por objectivo “aprovar normas relativas ao acolhimento e atendimento do público”¹⁸. Foi substituída posteriormente, pela Resolução nº 34/88, de 16 de Agosto, esta reafirmando a necessidade de eliminação das barreiras arquitectónicas no acesso às instalações dos serviços públicos, por cidadãos condicionados de mobilidade, sejam deficientes motores ou idosos, “quando não for possível ou viável proceder à eliminação daquelas barreiras (...), podem os serviços instalar equipamentos técnicos especiais, (...) ou providenciar, em local do edifício designado para o efeito, devidamente assinalado e acessível ao utente, a deslocação de funcionários junto deste, de modo a ser prestado o serviço pretendido”¹⁹

No ano seguinte, em 1989, surge a Lei nº 9/89, de 2 de Maio, dispunha que “o regime legal em matéria de urbanismo e habitação deve ter como um dos seus objectivos facilitar às pessoas com deficiência o acesso à utilização do meio edificado, incluindo espaços exteriores, e que, para o efeito, a legislação aplicável deve ser revista e incluir obrigatoriamente medidas de eliminação das barreiras arquitectónicas.”²⁰

No entanto, nenhuma das deliberações supra citadas, foram cumpridas, devido à inexistência de normas imperativas e sancionatórias.

Entre avanços e recuos, em 1997, passados 15 anos sobre o mesmo incumprimento legal, surge o Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio, o qual aprovava “as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada,

¹⁶ Decreto-Lei nº 43/82, de 8 de Fevereiro. Cfr. *Diário da República*, 1ª Série, nº 32, pág. 305

¹⁷ Decreto-Lei nº 172 –H/86, de 30 de Junho. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 147, pág. 1550- (18)

¹⁸ Resolução do Conselho de Ministros nº 6/87, de 29 de Janeiro. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 24, pág. 384 –(2)

¹⁹ Resolução do Conselho de Ministros nº34/88, de 28 de Julho. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 188, pág. 3380

²⁰ Lei nº 9/89, de 2 de Maio. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 100, pág. 1798 (1ª e 2ª alínea do artigo 24)

nomeadamente através da supressão das barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública...”²¹ Segundo os termos deste diploma, a Administração Pública Central e Regional tinha a seu cargo os edifícios públicos, tais como centros de saúde, hospitais, escolas, conservatórias dos registos civil e predial, repartições de finanças, tribunais, museus, equipamentos de cultura, desporto e recreio, a quem competia construir acessos, para facilitar a locomoção das pessoas com mobilidade reduzida. Infelizmente, em alguns destes casos esta determinação não passou do papel...

O citado Decreto-Lei estabeleceu um prazo de sete anos para garantir o pleno acesso dos cidadãos com mobilidade condicionada a todos os edifícios e espaços que receberiam público, mas este objectivo, tal como muitos, ficou longe de ser cumprido.

As escassas intervenções efectuadas para eliminar barreiras arquitectónicas levaram ao aparecimento de novos obstáculos na acessibilidade. De acordo com algumas declarações de associações, em especial da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), “o Decreto-Lei nº 123/97 foi preparado de uma forma muito ligeira e apresenta um conjunto de lacunas legais, pelo que no entender da Associação era necessário credibilizá-lo e torná-lo operativo”.²²

Sendo impreterível actuar nesta matéria, a entrada em vigor do Decreto-lei nº 163/2006, de 8 de Agosto, foi fundamental para cessar todos os inconvenientes causados ao longo destes anos.

O citado Decreto-Lei nº 163/2006, que entrou em vigor seis meses após a sua publicação, isto é, a 8 de Fevereiro de 2007, veio revogar o anterior Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio, tendo como propósito definir condições de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos, sublinhando-se que, pela primeira vez, estas normas se estendem ao edificado habitacional.²³

Note-se que o Estado Português tem incumbências constitucionais de “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses”²⁴, assim como, de “realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias”²⁵, concomitantemente à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, criando acessibilidades, para que as pessoas deficientes possam participar na sociedade e sejam incluídas em igualdade com as demais. A este propósito, a Lei nº 38/2004, de 18 de Agosto, determina “a promoção de uma

²¹ Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 118, pág. 2540 (1ª alínea do artigo 1º)

²² NUNES, Vladimiro – “Barreiras arquitectónicas para deficientes”, *Arquitectura e Vida* nº 53, Lisboa, 2004, pág. 50

²³ Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 152, págs. 5670 e 5676, (artigo 26º)

²⁴ Constituição da República Portuguesa (alínea d) do artigo 9º)

²⁵ Constituição da República Portuguesa (alínea nº2 do artigo 71º)

sociedade para todos, através da eliminação de barreiras e da adopção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência.”²⁶

Deste modo, o Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto, não pretende mais do que pôr em prática todas as considerações acima referidas, introduzindo normas técnicas e evitar o seu incumprimento, aplicando acções sancionatórias. Este diploma traz algumas inovações face ao regime anterior do Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio, pela constatação de insuficientes soluções, nomeadamente:

- o alargamento do âmbito de aplicação das normas técnicas de acessibilidade aos edifícios habitacionais;
- a introdução de diversos mecanismos que visavam evitar a entrada de novas edificações não acessíveis no parque edificado português;
- a introdução de mecanismos mais exigentes a observar sempre que quaisquer excepções ao integral cumprimento das normas técnicas sobre acessibilidades sejam concebidas;
- a atribuição de um papel activo na defesa dos interesses acautelados aos cidadãos com necessidades especiais e às organizações não governamentais representativas dos seus interesses;
- a consagração de mecanismos tendentes à avaliação e acompanhamento da sua aplicação;
- aumento das acções sancionatórias, em relação às ineficazes do regime anterior que, face à sua ilegalidade, permitiam uma contínua desigualdade na sociedade portuguesa imposta pelas barreiras arquitectónicas. Estas novas coimas podem ser acompanhadas de sanções acessórias e o seu pagamento é posteriormente repartido pelas entidades fiscalizadoras e entidade pública responsável pela execução das políticas de prevenção, habitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência.

No entanto, algumas excepções transitaram do revogado Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio²⁷, para o actual Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto²⁸, com alguns ajustes a saber:

- caso as adaptações para a criação de acessibilidades nos edifícios, sejam desproporcionalmente difíceis ou requererem a aplicação de meios económico-financeiros desmesurados, ou que possam afectar sensivelmente o património cultural ou histórico, não é exigível o cumprimento das normas técnicas;

²⁶ Lei nº 38/2004, de 18 de Agosto. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 194, pág. 5232, (alínea d) do artigo 3º)

²⁷ Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 118, pág. 2541, (1ª e 2ª alínea do artigo 5º)

²⁸ Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 152, pág. 5673, (1ª, 2ª e 8ª alínea do artigo 10º)

- cabe às entidades fundamentar e justificar os motivos que legitimam esse incumprimento e realizar soluções diferentes das decorrentes daquelas normas, mas respeitando sempre os termos gerais da mesma. Porque a possibilidade de opção por soluções diferentes não significa não adaptar, mas sim utilizar uma solução tecnicamente mais correcta que facilite a acessibilidade ao edifício em questão;

- salvaguarda-se que os edifícios e respectivos espaços circundantes que revistam especial interesse histórico e arquitectónico, designadamente os imóveis classificados ou em vias de classificação, ficam dependentes do parecer favorável do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, actualmente designado de Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. As soluções, devem adequar-se às características específicas do edifício em causa;

A norma supracitada, no Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio, foi a que mais suscitou críticas, por alegadamente ter dado azo a que muitos edifícios e espaços circundantes, para os quais se poderiam ter criado alternativas sem pôr em causa a estrutura arquitectónica ou histórica, nunca tivessem sido objecto de adaptação, nem tivessem recebido as melhores condições de acessibilidade.

É indispensável dizer que, de acordo com o Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto, as instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos e espaços abrangentes, cujo início da construção seja anterior a 22 de Agosto de 1997, dispõem de um período de adaptação de dez anos, a contar da data de entrada em vigor do D.L. (8 de Agosto de 2006), ou seja, até ao dia 8 de Fevereiro de 2017.

Em suma, compete-nos a todos nós e aos responsáveis técnicos aplicar as normas técnicas implementadas pelo Decreto-Lei acima referido, com o único propósito de quebrar com as nocivas barreiras arquitectónicas, promovendo uma acessibilidade universal, melhorando significativamente a qualidade de vida dos cidadãos portadores de deficiências, conferindo um aspecto primordial na vida de todos os seres humanos, ou seja, a sua acessibilidade e mobilidade.

1.3. Esquemas Adequados à Eliminação de Barreiras Arquitectónicas

As barreiras arquitectónicas situam-se no espaço de circulação. O mesmo deve ser pensado e projectado com o intuito de permitir uma circulação plena a todos os cidadãos, independentemente da sua condição física.

Deste modo, “as áreas urbanizadas devem ser servidas por uma rede de percursos pedonais, designados de acessíveis, que proporcionem o acesso seguro e confortável das pessoas com mobilidade condicionada a todos os pontos relevantes da sua estrutura activa (...), tal como “os edifícios e estabelecimentos devem ser dotados de pelo menos um percurso, designado de acessível, (...) entre a via pública, o local de entrada/saída principal e todos os espaços interiores e exteriores que os constituem.”²⁹

O percurso acessível engloba uma circulação contínua e livre de obstáculos, tanto ao nível horizontal como vertical. Na circulação horizontal há que ter em atenção o dimensionamento do espaço, o movimento da manobra, a área de deslocação e as características do piso. Verticalmente deparamo-nos com o obstáculo mais frequente no quotidiano – as escadas – que, segundo a actual legislação, “é recomendável que não existam, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias.”³⁰

1.3.1. Circulação Horizontal

De acordo com o *Conceito Europeu de Acessibilidade*³¹, os passeios deverão ser dimensionados em função do fluxo pedonal.

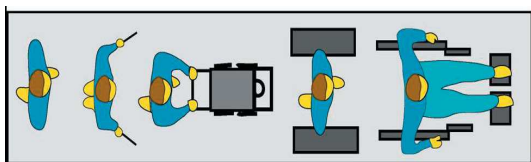


Figura 003 – A: quando as pessoas não passam umas pelas outras, largura 0,9 m

Fonte: *Conceito Europeu de Acessibilidade*, pág. 101

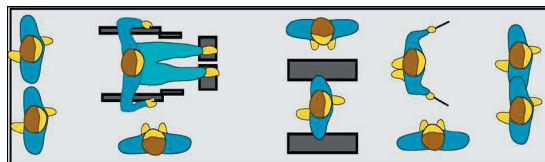


Figura 004 – B: quando as pessoas se cruzam ocasionalmente, largura 1,2 m

Fonte: *Conceito Europeu de Acessibilidade*, pág. 101

²⁹ Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 152, págs. 5676 e 5677

³⁰ Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 152, pág. 5678 (Capítulo 2, Secção 2..4.11)

³¹ SNRIPD – Padrões de Acessibilidade, *Conceito Europeu de Acessibilidade*, 2003, págs. 101 e 102

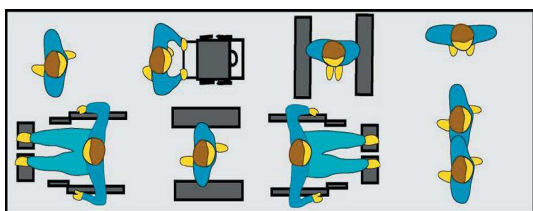


Figura 005 – C: quando as pessoas têm de se cruzar regularmente, largura 1,5 m

Fonte: *Conceito Europeu de Acessibilidade*, pág. 101

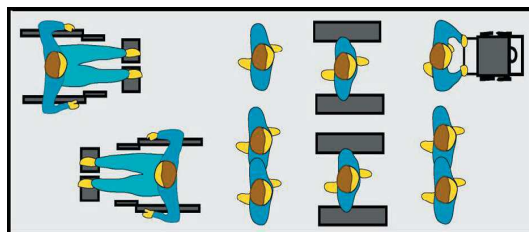


Figura 006 – D: quando as pessoas se encontram e se cruzam continuamente, largura 1,8 m

Fonte: *Conceito Europeu de Acessibilidade*, pág. 101

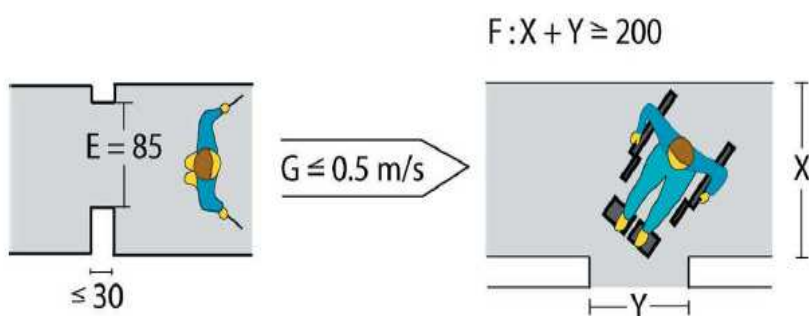


Figura 007 - E: quando existe um estreitamento ocasional do passeio

F: quando tem de ser dada uma volta de 90° numa entrada ou na abertura/soleira de uma porta

G: A velocidade/rapidez que as pessoas podem imprimir na sua deslocação (critério importante, por ex. para se determinar o tempo de abertura das portas automáticas e o da mudança das cores dos semáforos nas passadeiras).

Fonte: *Conceito Europeu de Acessibilidade*, pág. 102

Para além dos circuitos em linha recta é importante ter atenção aos espaços de viragem, pois, se não se cumprirem certos requisitos, as pessoas em cadeiras de rodas não conseguirão efectuar as manobras. As dimensões a adoptar, segundo a legislação nacional são:

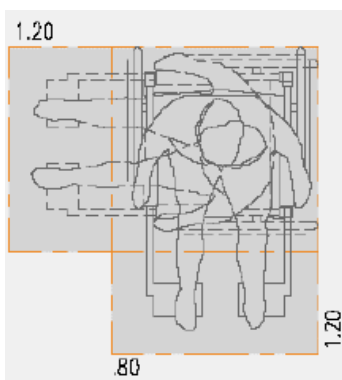


Figura 008 – Rotação de 90°

Fonte: LOPES, Maria Elisabete, pág. 107

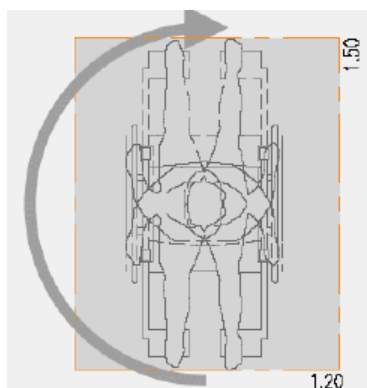


Figura 009 – Rotação de 180°

Fonte: LOPES, Maria Elisabete, pág. 107

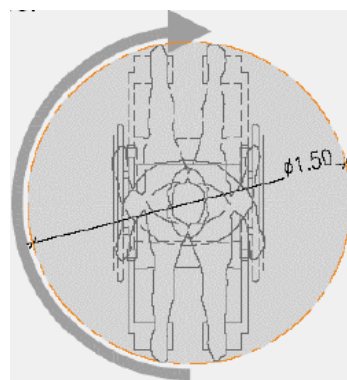


Figura 010 – Rotação de 360°

Fonte: LOPES, Maria Elisabete, pág. 107

A área antecedente e subsequente à entrada deve conter dimensão suficiente para efectuar uma rotação de 360° (ver Figura 010), independentemente do edifício ou estabelecimento. As portas de entrada/saída dos mesmos devem conter uma largura útil igual ou superior a 0,87 m. Para que a circulação seja coerente para qualquer tipo de usuário os corredores, galerias e patamares devem ter largura igual ou superior a 1,20 m. Ao longo do seu trajecto podem existir algumas excepções, troços com 0,9 m de largura, se o seu comprimento for menor que 1,5 m e durante este espaço não exista nenhum acesso a portas laterais. Se a largura dos corredores, galerias ou patamares for inferior a 1,5 m é obrigatório a existência de espaços, onde se possa efectuar uma rotação de 360° ou mudança de direcção equivalente a uma rotação de 180° (ver Figura 009).

Para que os deslocamentos se efectuem em segurança, principalmente para pessoas com dificuldades de locomoção, é indispensável analisar as características dos pisos. É necessário que o revestimento dos pisos sejam regular, firme (no caso de existir tapetes ou carpetes, não criando ondulações ou ressaltos), estável e antiderrapante.

Qualquer percurso deve ainda ser dotado de pisos tácteis, de alerta ou de direcção.

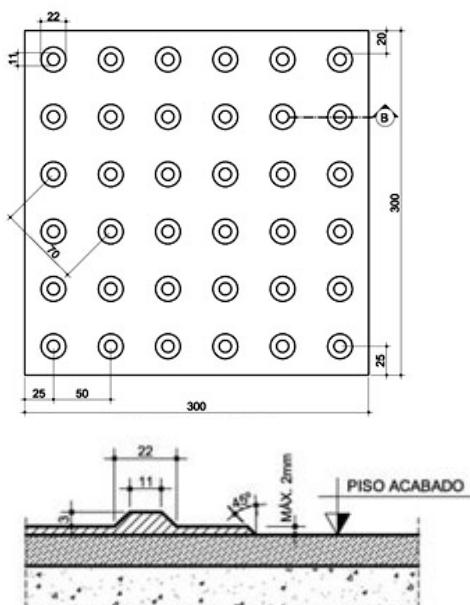


Figura 011 – Planta e corte de piso tátil de alerta

Fonte: http://www.haiah.com.br/espec_pisotatil.htm

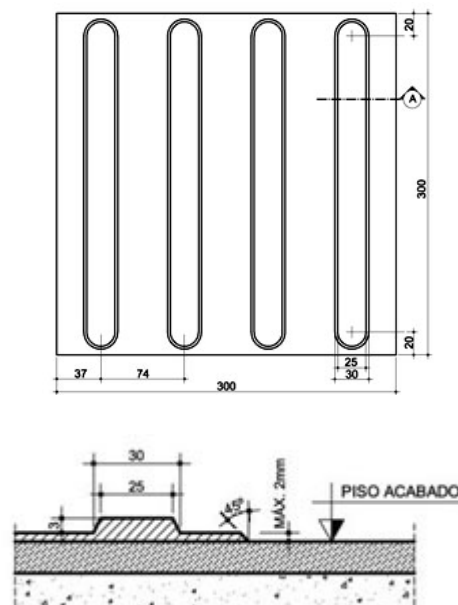


Figura 012 – Planta e corte de piso tátil de direcção

Fonte: http://www.haiah.com.br/espec_pisotatil.htm

“O piso tátil de alerta é aplicado, na maioria das vezes, no sentido perpendicular ao deslocamento, para alertar a pessoa com deficiência visual sobre a ocorrência de desníveis; rebaixamento de guias e faixas de travessia; objectos suspensos posicionados entre 0,6 m e 2,10 m do piso ou aquelas cuja base é menor do que a sua projecção, não podendo ser detectados com a bengala; ainda para identificar mudança de direcção da sinalização tátil

direccional, seja junto a portas de acesso, elevadores ou ainda lugares que ofereçam risco, como grandes vãos ou obstáculos intransponíveis.”³² O piso tátil de alerta deve estar localizado entre 0,28 m e 0,32 m antes do início e fim de rampas e escadas no sentido de advertir a mudança de plano.

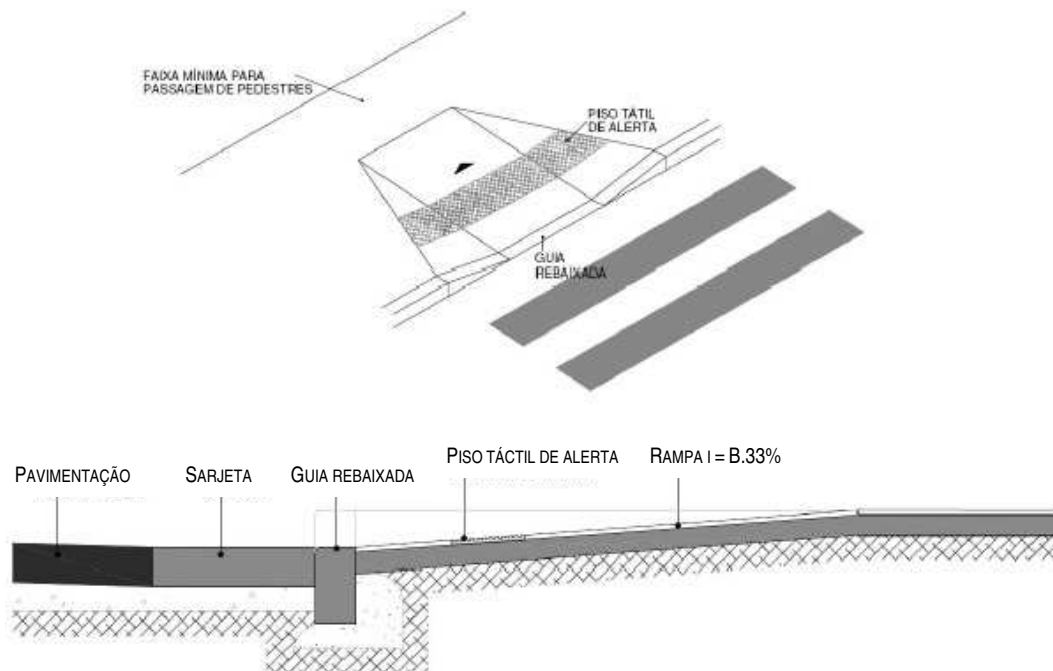


Figura 013 – Perspectiva e corte longitudinal de rebaixamento de guia com aplicação de piso tátil de alerta

Fonte: LOPES, Maria Elisabete, pág. 112

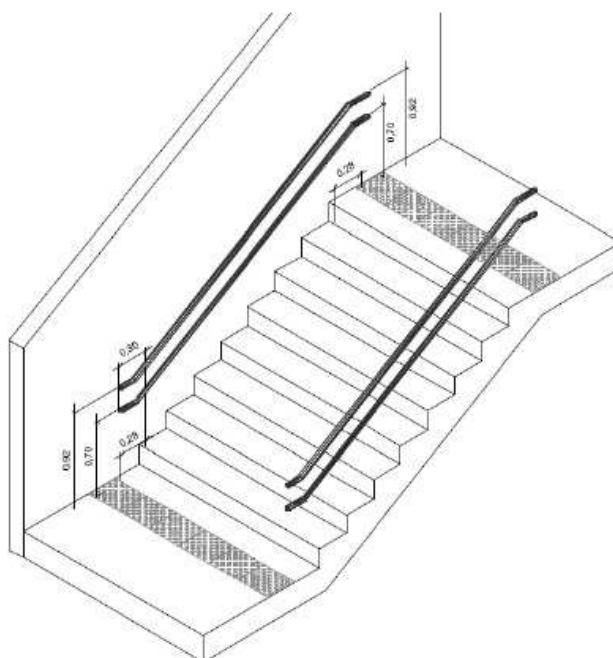


Figura 014 – Esquema da aplicação de piso tátil de alerta, em escadas

Fonte: LOPES, Maria Elisabete, pág. 121

³² LOPES, Maria Elisabete – *Metodologia da análise e implantação de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e dificuldade de comunicação*. Tese de Doutorado, FAUUSP, São Paulo, 2005, pág. 111

Por sua vez, “o piso tátil de direcção deve ser instalado nas áreas de circulação, indicando caminhos a seguir, sempre que não houver uma guia de balizamento ou quando esta for interrompida. Quando houver mudança de direcção entre duas linhas de sinalização direccional, estas devem ser interrompidas por uma área de piso tátil de alerta para indicar que existem outras opções de trajecto. Deve ser contrastante em relação ao restante piso onde está instalado, e textura distribuída uniformemente, (...). Sempre que a largura do local permitir, devem estar posicionados de modo a que o espaço adjacente de pelo menos um dos lados tenha 1,20 m de largura para espaços confinados, e 0,9 m para espaços abertos. Estas medidas permitem ainda que uma cadeira de rodas possa circular ao lado do piso tátil de direcção. A largura do piso tátil não deve ultrapassar $\frac{1}{4}$ da largura do piso em que está implantado.”³³

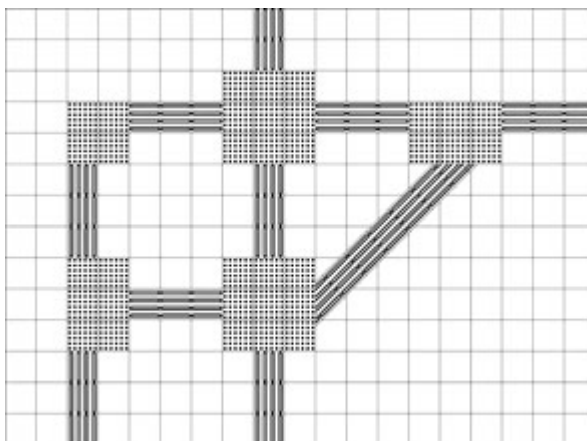


Figura 015 – Esquema de sinalização de piso tátil de alerta e direccional

Fonte: http://www.haiah.com.br/espec_pisotatil.htm

1.3.2. Circulação Vertical

Tal como referi anteriormente, a circulação vertical pode ser efectuada através de escadas, rampas, ascensores ou plataformas elevatórias.

De todas as estruturas, a mais usual são as escadas, pela sua fácil execução e baixo custo, conseguindo vencer desníveis em áreas reduzidas, sem recorrer a qualquer tipo de mecanismo. Mas trazem dificuldades para alguns usuários, como, por exemplo, para as pessoas que se deslocam em cadeiras de rodas, pois têm aqui um obstáculo intransponível. Para outros a passagem por umas simples escadas pode ser considerado como um exercício árduo e

³³ LOPES, Maria Elisabete. Ob. cit., pág. 113

penoso. Refiro-me a alguns idosos, cidadãos com dificuldade de locomoção ou/que circulam com apoios (muletas, bengalas, andarilhos, etc.).

Deste modo, é urgente arranjar soluções que melhorem significativamente a circulação de todos, pois é impraticável substituir todas as escadas existentes. Tal como é necessário que qualquer estrutura vertical cumpra os requisitos plasmados na norma legal anteriormente citada (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto)

1.3.2.1. Escadas

Sendo as escadas a primeira opção corrente, para vencer desníveis, é importante que elas possuam:

- ao longo da sua extensão, dimensões constantes entre o cobertor e o espelho, tendo um cobertor com medidas iguais ou superiores a 0,28 m e um espelho que não deve exceder os 0,18 m;
- degraus desprovidos de focinhos salientes, apenas deveram existir focinhos boleados, cujo raio de curvatura esteja compreendido entre 0,005 m e 0,01 m, de forma que o peito do pé durante a subida não fique preso (ver Figura 016);
- faixas antiderrapantes, localizadas ao longo do comprimento do cobertor, assim como sinalização visual, situada nas extremidades do mesmo, permitindo uma melhoria na segurança;
- corrimãos de ambos os lados, quando o desnível a vencer for superior a 0,4 m;
- os corrimãos devem ter um “formato circular, medindo entre 0,03 m e 0,045 m de diâmetro e afastados 0,04 m em relação à parede, quando embutidos em nichos deve prever também um afastamento superior de 0,15 m para garantir o posicionamento da mão.”³⁴ ;
- corrimãos com altura compreendida entre 0,85 m e 0,9 m, medida desde o degrau até ao bordo superior do elemento prensível. Deverá ainda estender-se do primeiro degrau e numa dimensão igual ao cobertor. Neste espaço poderão existir ou não informações tácteis ou em Braille (ver Figura 017), com o intuito de avisar as pessoas com deficiência visual para o início de degraus. A 1 m do seu término deverá estar instalado um anel de 0,02 m de espessura, com textura diferente do corrimão, alertando para o seu fim. Após a passagem do último degrau, o corrimão deve prolongar-se mais 0,3 m.

³⁴ LOPES, Maria Elisabete. Ob. cit., pág. 122

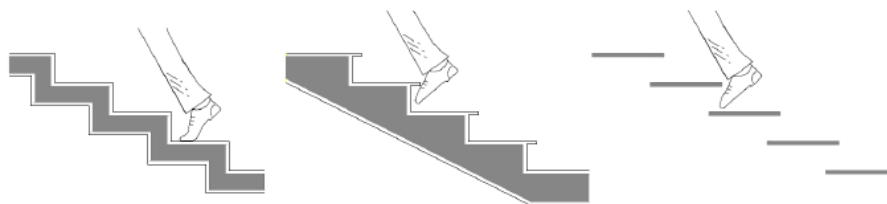


Figura 016 – Modelos de degraus, onde o exemplo da esquerda é o melhor; os outros dois não são aconselhados

Fonte: LOPES, Maria Elisabete, pág. 120

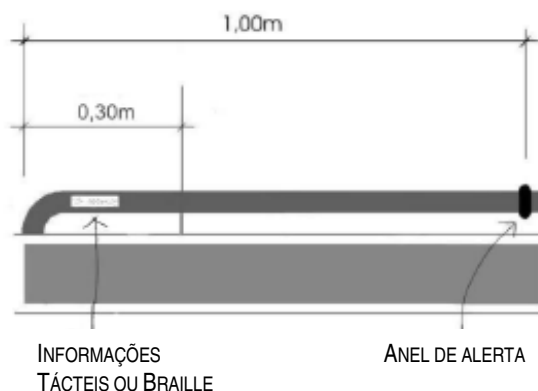


Figura 017 – Informação tátil de corrimão (utilizado em escadas ou rampas)

Fonte: LOPES, Maria Elisabete, pág. 124

1.3.2.2. Rampas

As rampas devem ser construídas segundo a menor inclinação. Em casos específicos, podem ter:

- inclinação inferior a 6%, vencer desnível menor que 0,6 m e ter projecção horizontal que não exceda os 10 m;
- inclinação abaixo dos 8%, vencer desnível aquém dos 0,4 m e ter projecção horizontal que não ultrapasse os 5 m.

Assim, quando os edifícios são submetidos a obras de alteração ou conservação, podem existir limitações de áreas. Nestas circunstâncias, é admissível que as rampas possam atingir níveis de inclinação iguais ou superiores a 8%. Apenas nos dois casos subsequentes, a inclinação pode exceder os 8%:

- se o desnível for menor do que 0,2 m e a projecção horizontal não exceder os 2 m, a inclinação pode atingir os 10%;
- se o desnível for inferior a 0,1 m e a projecção horizontal não ultrapassar os 0,83 m, pode alcançar uma inclinação até 12%.

Regularmente as rampas devem possuir uma largura de 1,2 m. Poderão, no entanto, ter uma largura de 0,9 m, se existirem duas rampas para o mesmo percurso ou se a sua projecção horizontal não exceder os 5 m. Em conformidade com o desnível da rampa, pode ou não existir corrimão, isto é:

- se o desnível for inferior a 0,2 m, não existe necessidade da utilização do corrimão;
- se o desnível estiver compreendido entre 0,2m e 0,4 m e a sua inclinação não ultrapassar os 6%, recomenda-se o uso de corrimão num dos lados;
- nos restantes casos, é indispensável o uso do corrimão em ambos os extremos da rampa.

Quando a aplicação do corrimão for obrigatória, o mesmo deverá prolongar-se 0,3 m do topo e da base e estar posicionado segundo determinadas regras, a saber:

- quando a inclinação for igual ou menor do que 6%, a altura do corrimão está compreendida entre 0,85 m e 0,95 m;
- quando a inclinação ultrapassar os 6%, o corrimão terá de ser duplo. A altura menor deverá estar situada entre 0,7 m e 0,75 m e a altura maior entre 0,9 m e 0,95 m, (as medidas em ambos os casos são referentes à altura entre a rampa e o bordo superior do corrimão).

1.3.2.3 Ascensores/ Elevadores

Trata-se de um equipamento mecânico colectivo, de transporte de pessoas entre vários níveis. Por norma deve estar localizado num percurso acessível, isento de qualquer tipo de obstáculos ou barreiras. A área que antecede a entrada do ascensor deve conter dimensões que permitam a uma pessoa em cadeira de rodas efectuar uma rotação de 360°. As portas do elevador devem possuir uma largura útil igual ou superior a 0,8 m; para ascensores novos recomenda-se a aplicação de portas de correr automáticas.

As dimensões mínimas das cabines são 1,1 m de largura por 1,4 m de comprimento. Estes valores permitem uma carga útil de 600 kg, ou seu uso até 8 pessoas. Há modelos que podem ir até aos 16 passageiros, com 1200 Kg de carga útil, apresentando uma largura de 2,1 m e um comprimento de 1,3 m.

É importante que o piso interior seja antiderrapante e existam barras de apoio numa das paredes lateral ou até mesmo nas três, localizadas entre 0,875 m e 0,925 m e com um afastamento da face parietal entre 0,035 m e 0,05 m. No interior da cabine os comandos situam-se entre 0,9 m e 1,3 m, e no exterior entre 0,9 m e 1,2 m. Os botões “devem ter formato côncavo ou saliente em relação ao painel, ser em retro-iluminados, conter informações em Braille e

números ampliados e em relevo com 0,015 m de altura. Devem ser previstos sistemas de comunicação de voz, (...) aviso sonoro de fechamento e abertura da porta, assim como, intercomunicador interno da cabine e luz de emergência”, conforme propõe Maria Elisabete Lopes.³⁵

Para além de todos os requisitos anteriores, a paragem dos elevadores deve ser precisa e nivelada em relação ao patamar, podendo ter um desnível até 0,02 m.

1.3.2.4 Plataformas Elevatórias

Ao contrário dos anteriores equipamentos, as plataformas elevatórias são meios electromecânicos individuais que podem ser aplicados em planos verticais ou inclinados. As dimensões estão pré-determinadas, nunca inferiores a 0,75 m por 1 m, permitindo ser utilizadas por um adulto em cadeira de rodas.

Aquando da aplicação das plataformas elevatórias, é necessário averiguar se o espaço pré-destinado para seu uso, contém “dimensões que permitam o posicionamento da plataforma, acrescida da área de manobra necessária para sair do equipamento e iniciar a circulação pelo espaço adjacente.”³⁶

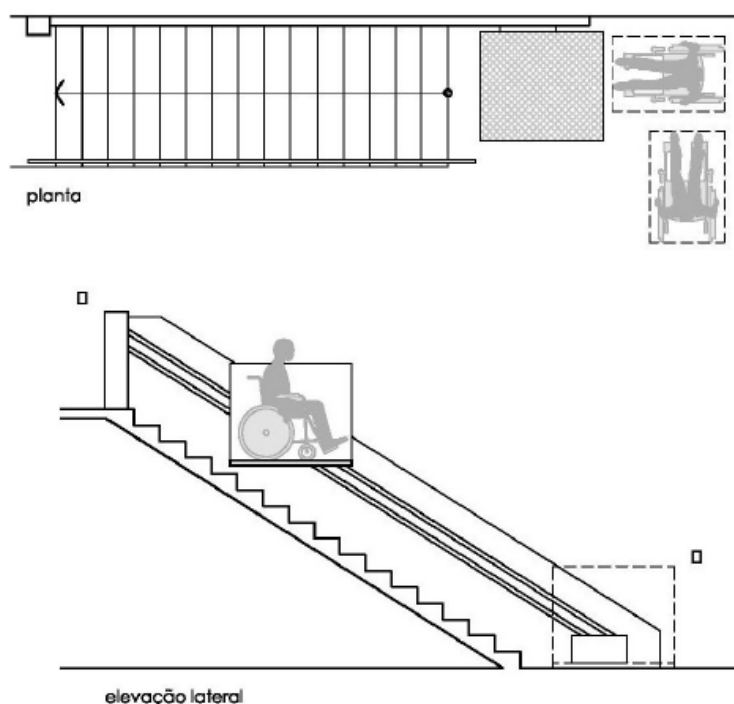


Figura 018 – Plataforma aplicada em escadas

Fonte: LOPES, Maria Elisabete, pág. 130

³⁵ LOPES, Maria Elisabete. Ob.cit., pág. 128

³⁶ LOPES, Maria Elisabete. Ob. cit., pág. 129

Para segurança dos seus utentes; é obrigatório o uso de portas ou barras de protecção, caso o desnível seja superior a 0,75 m. Os comandos das plataformas elevatórias devem estar instalados no interior, para que o seu usuário os possa usar autonomamente, sem ajuda de terceiros.

A área antecedente à paragem da plataforma deve estar devidamente sinalizada com piso de alerta, para que as pessoas com deficiência visual possam circular seguramente. A plataforma deve ser rebatível, permitindo o uso total das escadas quando ela não estiver a ser utilizada. À semelhança da paragem dos ascensores, a diferença de altura entre a plataforma e o piso pode ir até 0,02 m.

Todos os equipamentos atrás mencionados, se cumprirem as regras impostas, podem ajudar a melhorar significativamente a vida de uma pessoa com mobilidade condicionada, tornando-a mais alegre, confiante e principalmente mais autónoma.

1.4. As (I)mobilidade(s) aos Edifícios Históricos

Ao analisarmos a evolução das cidades antigas, verificamos que em todas elas existe quase delimitado um núcleo central, uma zona mais antiga denominada actualmente como centro histórico. Este “miolo” da cidade, que noutros tempos equivalia à totalidade da cidade, é onde coabitavam distintas classes sociais e que reúne a maior parte dos edifícios, hoje designados históricos. A organização da cidade acontece em torno dessas marcas edificadas deixadas pelos nossos antepassados.

Após a Revolução Industrial, dá-se o processo de migração. Muitas pessoas deslocam-se dos campos para as cidades. Como as zonas antigas, destas urbes, se encontravam sobrelotadas, os vazios existentes tinham preços muito altos. Por esse facto, as novas edificações surgiram nas zonas periféricas, onde havia uma maior “liberdade construtiva” e os custos eram mais reduzidos. É nesta fase de construção que as cidades passam de uma organização regrada, como acontecia nas zonas históricas, para uma total desorganização, desprovida de qualquer planeamento. O crescimento da cidade acontece aleatoriamente. Nada é pensado, apenas importa construir para melhor rentabilizar o espaço. Os núcleos habitacionais são construídos em altura e consecutivamente surgem vias mais largas para melhor fluidez do tráfego em contraposição às ruas estreitas pensadas para a circulação de peões, carroças e carruagens.

Consecutivamente os centros históricos são votados ao abandono, em virtude do desaparecimento do comércio tradicional e da deslocação dos serviços e equipamentos para a periferia. Estas práticas originam uma desertificação daqueles espaços urbanos e geram uma progressiva degradação das cidades, em particular do seu património.

Importa, no entanto, que qualquer intervenção a este nível respeite as normas legais em vigor, com particular destaque para a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Washington (1987), tendo em vista a preservação e salvaguarda do património.

Como refere Paulo Peixoto, “os centros históricos tocam no sentido em que, por trás das suas fachadas mais exuberantes, ressoam, alternam ritmos e cadências inconstantes, emitem sons, cores e odores que obrigam o investigador a escolher entre vários rumos possíveis da pesquisa e a concluir que não há um, mas sim vários centros históricos ao dobrar de cada esquina nas áreas urbanas antigas”³⁷

Não posso, também, deixar de referir a existência dos vários trabalhos de restauro, recuperação, reabilitação e conservação que foram feitos nos centros históricos das nossas cidades, onde já existem espaços com autenticidade, originalidade e qualidade de vida. Porém, muito ainda está por fazer nos centros históricos, segundo Nuno Portas, “as ruas não chegam para os carros, os carros prejudicam os peões, o estacionamento não chega”.³⁸ Este é um problema pelo qual muitas pessoas deixam de frequentar as zonas históricas, as pessoas idosas que vivem no seu interior, em alguns casos deixam mesmo de sair à rua, por insegurança. Situação essa que deve ser corrigida aquando da transformação/revitalização dos centros históricos, com a criação de melhores acessos, tanto ao nível pedonal como rodoviário.

De acordo com Lucília Caetano, “o centro histórico, outrora constituía o centro vital da urbe no seu complexo social, meios urbanos de produção e de comércio, negócios e administração. Entretanto, a expansão física rompe este quadro, ao deslocar os sectores produtivos, administrativos e residenciais, dando lugar à desertificação e envelhecimento da população residente, à pobreza e à degradação da actividade económica e dos edifícios.”³⁹

Ao proceder a uma análise morfológica do centro histórico de Tomar, na sua globalidade, são notórios os obstáculos que dificultam a locomoção, não havendo deste modo um circuito acessível, que as pessoas portadoras de deficiência possam executar autonomamente, pois o seu traçado é composto por ruas estreitas, desniveladas e íngremes,

³⁷ Citado por ALVES, Janete – *Reabilitação de Centros Históricos*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007, pág. 6

³⁸ Citado por QUEIRÓS, Filipa – *Reabilitação de Centros Históricos*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007, pág. 11

³⁹ Citado por QUEIRÓS, Filipa - *Reabilitação de Centros Históricos*, ob.cit., pág. 3

muitas possuem irregularidades no piso. Temos ainda a inexistência de passeios, ou, quando os mesmos existem, são demasiado estreitos tornando-se inadequados para uma circulação pedonal, quanto mais para uma pessoa com mobilidade condicionada.

Em síntese, existe uma grande dificuldade em “caminhar” nestas ruas de Tomar, onde se localiza a maioria dos monumentos que iremos estudar, discriminando e excluindo todos os cidadãos que contenham alguma dificuldade de deslocação, como pessoas em cadeiras de rodas, pessoas com dificuldades sensoriais - pessoas cegas ou surdas, temos ainda por exemplo as pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias e também, “...os cidadãos que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos...”.⁴⁰

Face a este diagnóstico, as cidades não podem ter limites de mobilidade pelo que é urgente unir as pessoas em vez de as separar, incluí-las em vez de as excluir. É necessário criar uma acessibilidade eficiente aos edifícios, como em toda a zona histórica em função da sua localização e das suas características espaço-funcionais.

Existe algumas soluções que podemos adoptar para melhorar a acessibilidade nos centros históricos, entre elas está a criação de mais ruas exclusivamente para peões, o aumento dos passeios, quando possível, ou então criar faixas com pavimentos nivelados e aderentes sobre a calçada original, assim como a melhoria ao nível da orientação (através da implementação de pisos tácteis de alerta e direccionais, complementado com sinalização sonora).

Existe ainda uma série de conceitos inseridos no projecto designado por, desenho para todos, “que representam um design de produtos e de meios físicos a utilizar por todas as pessoas, até ao limite máximo possível, sem necessidade de se recorrer a adaptações ou a design especializado”.⁴¹

⁴⁰ Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 152, pág. 5670

⁴¹ CUD (The Center for Universal Design), 1997: <http://www.design.ncsu.edu/cud/>

II. Casos de Estudo em Tomar

“Para melhor se compreender, sentir e amar o singular encanto de Tomar, é necessário conhecer o sentido histórico da sua formação e desenvolvimento através dos séculos. Penetrar-lhe o segredo íntimo; aspirar-lhe, na sua plenitude, o perfume da flor urbana.

A beleza peculiar das grandes estâncias de arte compõe-se de três elementos em proporções variáveis; os monumentos históricos e artísticos; as paisagens que os enquadram; e o passado que lhes marca a origem e a evolução no tempo. Em Tomar, tudo corre para uma impressão uníssona de conjunto.”

Jaime Cortesão – *Tomar. Na Terra dos Templários*, Tomar, pág. 6

2. Casos de Estudo em Tomar

2.1. Enquadramento Histórico-Urbano

Os historiadores divergem quanto à origem do topónimo Tomar. Para alguns a proveniência da cidade advém dos povos lusitanos, possuidores de um Deus das águas, Nava ou Navia. Este, por vez, terá dado origem ao termo Nabância e ao próprio rio que banha a cidade, o Rio Nabão. Segundo outros historiadores, o nome da cidade ocorreu sobre influências árabes, Tamárara, que significava água doce. Mais recentemente o arquitecto José Inácio da Costa Rosa, refere que Tomar deriva da “palavra de Tomo ou Tumo, forma popular hispânica do vocabulário greco-latino Thymus, Tomilho, registada por autores Árabes, juntando-lhe o sufixo AR, como sucede, por exemplo, com pomar, derivado do pomo, ou Avelar derivado de Avelã.”⁴²

A cidade de Tomar, também conhecida como cidade dos Templários, contém indícios de fixação humana com mais de 30 mil anos. Estudos referem que junto ao vale do rio Nabão, devido às suas condições de fertilidade, puderam ter existido povos primitivos. Mas existem contradições quanto aos povos que se seguiram. Alguns historiadores admitem a existência de uma povoação romano – visigótica de raízes lusitanas, “Nabância”, localizada nas margens do rio Nabão. Outros, no entanto, remontam à presença dos romanos, primeira metade do século I d.C. Os seus maiores vestígios são as ruínas do Fórum de Sellium.

A partir do século VIII d.C. decorre o domínio árabe. Durante este período vários edifícios foram arrasados, foram poucos os que escaparam. O Convento dos monges Beneditos (actualmente igreja de Santa Maria dos Olivais) tenha sido um deles, mas mesmo assim sofreu algumas destruições⁴³.

Em 1147, a Ordem dos Templários⁴⁴, implantada em Portugal, ajudou D. Afonso Henriques (1137-1185) na conquista de Santarém aos mouros, tornando-os assim responsáveis pelo território a montante de Santarém, entre o Mondego e o Tejo.

⁴² ROSA, José Inácio da Costa – “Nascimento e Evolução Urbana de Tomar até ao Infante D. Henrique”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 2, 1981, págs. 38 e 39.

⁴³ A igreja de Santa Maria dos Olivais, *Boletim da Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº27, Porto, 1942, pág. 6

³⁶ A Ordem dos Templários entra em Portugal no reinado de D. Teresa (1112- 1128), embora tendo sido criada em 1119 na cidade de Jerusalém, cujo nome completo era Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão. É com seu filho, D. Afonso Henriques (primeiro rei de Portugal, após a sua independência do Reino de Leão) que a Ordem se difunde. Inicialmente as funções da Ordem cingiam-se aos territórios cristãos conquistados na Terra Santa durante o movimento das Cruzadas, e referiam-se à protecção dos peregrinos que se deslocavam aos locais sagrados. Mas a valentia e destreza demonstrada em várias batalhas por estes Cavaleiros, transformava a participação na ordem uma forma atractiva de servir a Deus e ganhar respeitabilidade na sociedade, tornando-se nos séculos seguintes, uma instituição de enorme poder político, militar e económico. Apenas no ano de 1128 a Ordem foi aprovada pelo Concílio de Troyes e consecutivamente reconhecida pelo Papa Honório II.

Estando a ligação, através da via romana, entre Santarém e a actual capital Coimbra, desprovida de qualquer protecção, o Rei, viu-se assim na obrigação de criar a primeira escolha para implantação de uma nova fortificação, essa escolha reverteu para Ceras (povoação no limite do concelho de Tomar). Mas D. Gualdim Pais, mestre da Ordem dos Templários, não aprovando esta opção, preferiu deslocar-se mais para sul até Tomar, para encontrar um sítio com maior desnível. Aqui encontrou três cabeços, decidindo por aquele que tinha maior domínio sobre o vale do rio Nabão. Assim, D. Gualdim Pais, a mando de D. Afonso Henriques, inicia a construção do Castelo de Tomar em 1 de Março de 1160. Nesta mesma época tem início a construção da Charola e surge o primeiro núcleo habitacional, no interior das muralhas.

Mas a obra dos Templários não fica por aqui, pois promove a reconstrução da actual Igreja de Santa Maria dos Olivais, sobre os restos do que havia sido o Mosteiro da Ordem Beneditina, denominada pelos cavaleiros como Panteão da Ordem. Junto da igreja ergue-se uma Torre Sineira, que segundo vários autores terá pertencido ao referido Mosteiro, outros, no entanto, vêem-na como uma torre de atalaia. Diz a lenda que comunicava com o castelo por um longo túnel, embora nenhuma investigação arqueológica o tenha demonstrado até à presente data.

Diante do compromisso de promover o povoamento na região, D. Gualdim Pais em 1162 concedeu o primeiro Floral da Vila. Com o crescimento populacional a povoação expande-se para o exterior da fortificação. Num primeiro núcleo ainda junto da mesma, até que se liberta por completo do cabeço e estabelece-se num núcleo habitacional situado no vale do rio, denominada de Vila de Baixo.

No ano de 1190, o castelo de Tomar sofre o trágico cerco de Almansor, que se estendeu por seis longos dias. Grande parte das casas na vila baixa foram queimadas, mas a fortaleza, com o seu ar indestrutível aliado à força heróica de D. Gualdim Pais (com 72 anos na época) e seus Templários, saiu vitoriosa.

A 1312 dá-se a extinção da Ordem dos Templários, por bula do Papa Clemente V (1304-1314), mas D. Dinis (1279-1325), o Rei na altura, não satisfeito com a decisão e tendo grande estima pelos Templários, propõe que os bens da Ordem dos Templários sejam transferidos para uma nova Ordem. Assim, em 1319 nasce a nova Ordem, a Ordem de Cristo. Esta, inicialmente, estabeleceu-se em Castro Marim e só em 1357 é que regressa a Tomar.

Sendo já residente em Tomar, é em 1417 que o infante D. Henrique toma posse da direcção da Ordem de Cristo, como seu Governador, e se torna o grande impulsionador dos descobrimentos marítimos.

Ao contrário da antiga Ordem dos Templários, onde os cavaleiros podiam viver fora dos limites do Convento, esta nova Ordem, passa a viver em clausura, onde o próprio infante dá o exemplo. Perante as novas regras, foram construídos dois claustros, o claustro do Cemitério e da Lavagem, destinados aos cavaleiros da Ordem de Cristo. Adjacente aos claustros nasce a nova residência do infante, os Paços do Infante.

As obras por si comandadas não terminaram por aqui. Para além do Convento, corrigiu-se o curso do rio, construíram-se açudes, em suma, o infante teve um papel preponderante na fisionomia da zona histórica de Tomar. Mas o desenvolvimento da cidade não se limitou à influência henriquina, deu-se também pelo estabelecimento de um grande grupo de novos habitantes, como os mercadores, artesões e judeus. Tendo o último, atingido um número significativo, concentrando-se assim num bairro próprio, denominado de Judiaria. O maior vestígio deixado pelos Judeus é o seu templo, a Sinagoga, cujo interior perdura intacto até aos dias de hoje.

Apesar do grande desenvolvimento da cidade na época do infante D. Henrique é no reinado de D. Manuel I (1495-1521) que a cidade atinge o seu apogeu. Enriquecida com a mudança da praça pública para o local que hoje ocupa, e no qual construiu os Paços do Concelho (antigos Paços Manuelinos) e reconstruiu a Capela de São João⁴⁵, denominada de Capela Real de S. João Baptista. D. Manuel I, promoveu ainda a transformação do Hospital de Nossa Senhora da Graça, fundado pelo seu tio infante D. Henrique, em Santa Casa da Misericórdia. Mas o seu trabalho estende-se também para o Convento de Cristo onde executou obras de ampliação. Considerando a Charola pequena para as práticas religiosas da Ordem, transforma-a em capela-mor e acrescenta-lhe uma nave (constituída pelo coro e sala do Capítulo, é nesta sala que se encontra a famosa janela do Capítulo). Em 1510, D. Manuel concede novo foral à cidade.

Após a morte de D. Manuel I, sucede-lhe no trono D. João III (1521-1557). Passados nove anos após o início do seu reinado (1530), ocorreu uma regeneração da Ordem de Cristo, transformando-a numa ordem regular sujeita a clausura. A mesma passou a pertencer à Coroa, na qual o rei designou de Ordem Regular dos Freires de Cristo, a pedido do mesmo, passou a ser dirigida pelo Frei António Lisboa, provincial da Ordem de S. Jerónimo. De acordo com as novas exigências da Ordem era necessário adaptar o espaço. Ampliando as instalações do Convento de Cristo, construíram-se dormitórios, refeitórios, adegas, cozinhas e novos claustros,

⁴⁵ Consta ter servido os gloriosos Cavaleiros dos Templários, nas suas orações quando se deslocavam para a Corredoura, local onde se realizavam os exercícios de carácter bélico, para correr com as lanças, era mais prático em terreno plano do que em declives acentuados como os do Castelo. Este acontecimento acabou por dar nome à rua, pela qual ainda hoje é conhecida, FERREIRA, José; ROSA, João – Tomar: Perspectivas. Gráfica de Tomar, 1991, pág. 68

tais como o de Santa Bárbara, o Principal, o da Micha, dos Corvos e da Hospedaria. Foram ainda construídas salas para o noviciado.⁴⁶

No ano de 1550, D. João III mandou erguer a ermida de Nossa Senhora da Conceição⁴⁷, iniciada pela mão do arquitecto João de Castilho, o mesmo que efectuou grande parte das obras ocorridas no Convento, acabando por ser terminada pelo seu seguidor o arquitecto Diogo de Torralva.

Com a morte de D. João III, o trono foi deixado a seu neto, D. Sebastião. Tendo apenas três anos de idade, a regência ficou ao encargo da viúva D. Catarina após a sua renúncia, sucedeu o único irmão de D. João III, o cardeal infante D. Henrique, até o futuro rei atingir maioridade. No tempo que D. Catarina governou, mandou ampliar os antigos paços do infante D. Henrique, pelo facto de aqui residir, passando a designarem-se por paços de D. Catarina, mandou destruir o claustro de D. João III e construir outro no seu lugar.

Durante o curto reinado de D. Sebastião (1557-1578), nada foi feito na cidade de Tomar. Após a sua morte seguiu-se um período conturbado tanto para o país, pois o rei não tinha descendentes, como para a própria cidade que começa uma fase de declínio. Esta é atenuada em 1581, com a perda da independência, onde D. Filipe II de Espanha ou Filipe I (1581-1598) é declarado rei de Portugal e Grão-Mestre da Ordem de Cristo.

Apesar do domínio espanhol, as obras no Convento prosseguiram, conclui-se o Claustro Principal, iniciado por D. Catarina, e iniciou-se uma grande obra de carácter hidráulico, o Aqueduto dos Pegões, destinado a abastecer o convento de água. Foram ainda construídas a sacristia nova, junto ao claustro do Cemitério, mas a grande obra da época filipina no Convento foi a fachada norte e a porta Filipina.

Nesta mesma época é construído o Convento de S. Francisco, localizado na várzea grande da cidade.

Proclamada a Restauração⁴⁸, em 1640, seguiu-se o reinado D. João IV (1640-1656), em 1649, convocou toda a sua corte para a cidade para aqui se reunir, mas este acontecimento acabou por não suceder. Após D. João IV, sobe ao trono D. Afonso VI (1656-1683). É durante o seu domínio que a igreja de S. Francisco é concluída e se dá início à edificação do Hospital da Misericórdia.

⁴⁶ Era uma espécie de escola elementar, que ensinava gramática, teologia, música sacra e ainda lógica, retórica, filosofia, aritmética e geometria.

⁴⁷ D. João III não tencionava repousar junto a seus pais nem irmãos, desejo que acabou por não se concretizar pois como se sabe, queria ter o seu próprio jazigo; é com esta intenção que se construiu a capela de Nossa Senhora da Conceição.

⁴⁸ Designação dada ao regresso da independência de Portugal sobre o domínio Castelhano (1580-1640), durante sessenta anos ocorreu um regime de monarquia dualista, onde as coroas dos dois países couberam a Filipe II, Filipe III e Filipe IV de Espanha. A restauração da independência é comemorada anualmente em Portugal com o feriado, no dia 1 de Dezembro.

As obras no Convento dão-se por terminadas no reinado de D. Pedro II (1683-1706), ligando a Portaria filipina com a Torre de Menagem. Nessa construção encontramos a Enfermaria e a Sala dos Cavaleiros.

Com D. João V (1707-1750), fizeram-se algumas obras na vila, reconstruiu-se a estrada e respectivas pontes entre Lisboa e Coimbra. Mas é no período de D. José (1750-1777) que a vila recupera o seu potencial económico graças às indústrias manufactureiras.

Durante o reinado de D. Maria I (1777-1816) a vila passa por um novo período de decadência. Este, causado pelas invasões francesas, que saquearam e danificaram grande parte do património português. Despojaram a capela da Nossa Senhora da Conceição; desapareceram alfaias religiosas, iluminuras e códices do arquivo do Convento de Cristo; mas o maior acto de vandalismo foi terem queimado a notável obra-prima do reinado de D. Manuel, o cadeiral do coro do Convento.

Tendo o Convento sido alvo de um massacre, é com a extinção das ordens religiosas em 1834 que ocorre o seu abandono. Persistindo até 1843, onde uma das partes do Convento é vendida ao Marquês de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral, para sua residência.

Tomar recebe alvará de D. Maria II (1834-1853), no dia 13 de Fevereiro de 1844, elevando-se assim à categoria de cidade.

Em suma, a cidade de Tomar, apesar de todos os infortúnios ocorridos no seu tesouro artístico, durante séculos, ainda é vista como um dos grandes centros histórico-artísticos de Portugal.

Desenho 1- Cidade de Tomar, Planta de Localização

2.2. Convento de Cristo

2.2.1. Localização

O Convento de Cristo encontra-se contido nas muralhas do Castelo Templário de Tomar, formando assim um conjunto monumental único.

Localiza-se no cume de um monte, com domínio sobre planície e consequentemente uma vista privilegiada sobre a cidade, que se estende deste o lado nordeste até ao sudeste. Do lado este, a sul, abrange toda uma mancha arbórea, nomeada de Mata dos Sete Montes, ou mata da cerca. A este do Convento, encontra-se todo o núcleo histórico, com centro na igreja de S. João Baptista

A obra mais marcante deste conjunto monástico é a Charola. Esta peça única da Europa foi fulcral para a classificação do monumento a património mundial da UNESCO.



Figura 019 – Vista aérea do Convento de Cristo, em Tomar

Fonte: <http://www.conventocristo.pt/pt/fotografias.html>

2.2.2. Síntese Histórica

A beleza arquitectónica, que podemos desfrutar ao percorrer o Convento, demorou seis séculos a ser edificada, com início no séc. XII e conclusão no séc. XVIII. A origem da sua construção remonta à Ordem dos Templários, pelas mãos do conceituado mestre da Ordem, D. Gualdim Pais, que em 1160 deu início à construção do Castelo.

Nesse mesmo ano, num dos ângulos das muralhas é construída a emblemática Charola, ou rotunda templária.

É nesta “jóia arquitectónica”, com aparência de fortaleza, que os cavaleiros Templários faziam as suas orações. Cujas entradas era feita, inicialmente, pelo lado nascente, mas com as alterações a que a

mesma fora sujeita, transformando esta porta em janela, a entrada passou a ser feita pelo lado sudeste, no portal manuelino. A inspiração desta obra proveio das viagens ao Oriente, mais concretamente do modelo da Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém, do séc. IV⁴⁹. A Charola é considerada um dos melhores exemplos ibéricos sobre influências Românica – Bizantina. É sobre este ícone da arquitectura, que se vai expandir o Convento, agregando-se construções, articuladas em claustros.

Após a dissolução da Ordem dos Templários, o rei D. Dinis, cria uma nova ordem, em 1319, denominada Ordem de Cristo.

A primeira ampliação do Convento coube ao infante D. Henrique, nomeado governador da Ordem de Cristo, em 1417. Assim no séc. XV, para responder às novas regras da Ordem – a clausura - o infante construiu os dois primeiros claustros, a nordeste da Charola. O mais primitivo é o claustro do Cemitério, contíguo, do lado este, encontra-se o da Lavagem, seguindo-se os Paços do Infante (onde o infante habitou). Anexada à Charola edificou-se a capela de S. Jorge (antiga sacristia) e a Torre Sineira, todas estas obras foram dirigidas pelo arquitecto Fernando Gonçalves. O claustro do Cemitério, tinha como objectivo servir de sepultura para os religiosos e

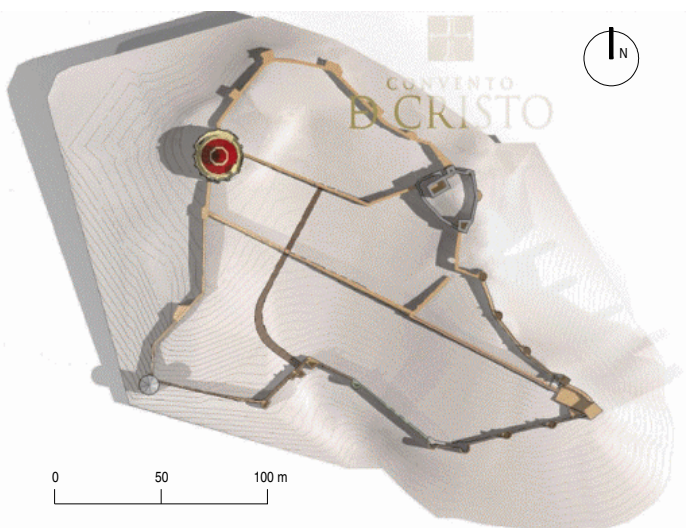


Figura 020 – Tomar, Convento de Cristo. Planta do Castelo e Charola

Fonte: Arq. Sotero Ferreira (Convento de Cristo, 2007), modificado

⁴⁹ FERREIRA, Jorge, ROSA, João, ob. cit., pág. 66

cavaleiros da Ordem, tal como acontecia com a igreja de Santa Maria dos Olivais, Panteão da Ordem dos Templários. Em contrapartida ao anterior, o claustro da Lavagem, para superar o desnível existente, foi construído em dois pisos, o rés-do-chão destinava-se à criadagem (cozinhas e oficinas), o primeiro piso aos dormitórios dos freires. Segundo frei Bernardo da Costa “chama-se da lavagem pela razão que nas quadras inferiores dele se lavam os hábitos dos religiosos”⁵⁰.

Depois do infante é com D. Manuel I (1495-1521) que as obras do Convento são reiniciadas, a sua primeira intervenção ocorre na Charola. No seu entender esta possuía dimensões reduzidas para as práticas religiosas da Ordem, assim no séc. XVI, acrescenta-lhe um novo corpo, transformando a rotunda dos templários, em capela-mor. O arquitecto responsável por esta obra foi Diogo de Arruda, que procedeu à eliminação das duas faces do lado poente da Charola, para aí acrescentar a nave manuelina, rompendo os limites da muralha. Esta nave alberga no piso superior o coro e no piso inferior a sacristia, também conhecida como sala do Capítulo. D. Manuel I enriqueceu o interior da Charola com notáveis estátuas de madeira policromada, assentes em mísulas de talha coberta

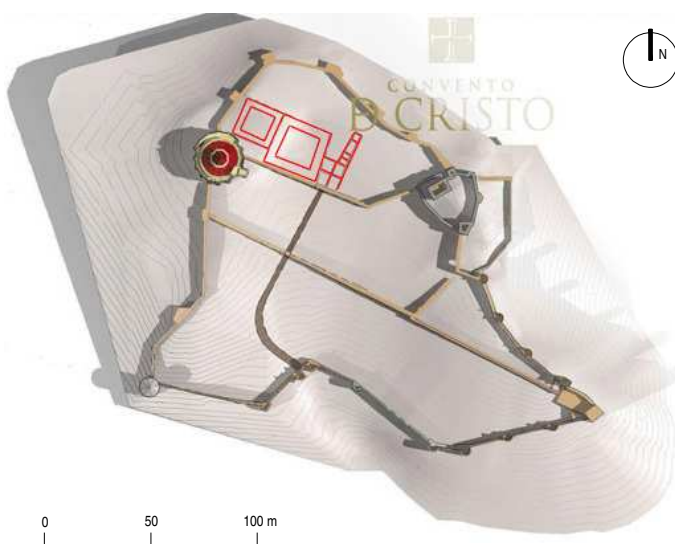


Figura 021 – Tomar, Convento de Cristo. Planta das novas construções devidas ao Infante D. Henrique

Fonte: Arq. Sotero Ferreira (Convento de Cristo, 2007), modificado

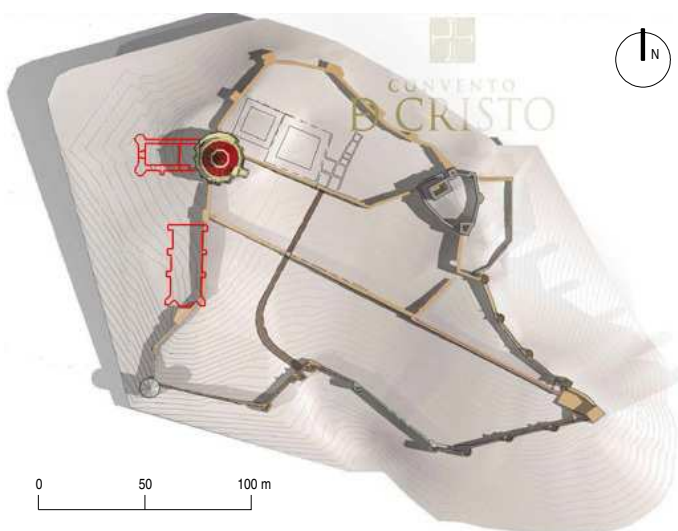


Figura 022 – Tomar, Convento de Cristo. Planta das novas construções devidas a D. Manuel I

Fonte: Arq. Sotero Ferreira (Convento de Cristo, 2007), modificado

⁵⁰ GRAÇA, Luís Maria Pedrosa dos Santos – *Convento de Cristo*. Edição ELO, Lisboa, 1994, pág. 40

de ouro velho, atribuídas a Fernando Munõz, e ainda tábuas pintadas por Régio Jorge Afonso, encaixadas em locais predestinados e cujo tema é a vida de Cristo. Alguns destes quadros desapareceram.

É no exterior desta nave que é feita uma exaltação à epopeia marítima, tal como “Camões imortalizou-a pelas letras, (...) o arquitecto celebrou-a no poema da pedra”⁵¹. Toda a fachada poente contém elementos náuticos, com particular destaque para a famosa janela do Capítulo, o maior exemplo do estilo manuelino. Esta ampliação na igreja implicou, como atrás referido, a criação de um novo acesso. Assim a sudeste da rotunda dos templários, abre-se um magnífico portal da autoria do Arq. João de Castilho. A magnificência desta peça mais parece um altar, a sua conclusão decorreu no ano de 1515.

É ainda, durante este período que se inicia a construção da casa do Capítulo, a sua edificação, a dada altura, foi suspensa e continuada no reinado de D. João III (1521-1557). Intitula-se como casa do Capítulo incompleta, porque nunca chegou a ser concluída, localizada a sul do portal Manuelino a sua construção foi feita no sentido inverso, de cima para baixo, sobre a direcção norte-sul. Tal como já referi, teve início com D. Manuel I, que construiu o piso superior, onde os Cavaleiros da Ordem se reuniam, a entrada era feita por um portal na mesma direcção que o da igreja manuelina que acabou por ser substituído pela actual porta. O piso inferior edificado, passados quinze anos entre 1530-1533, já num estilo renascentista por seu filho, D. João III destinava-se ao clero. A entrada para este piso, era feita por uma sala designada de vestíbulo com ligação ao claustro Principal.

Foi durante o domínio de D. João III, que se verificou a maior expansão do Convento, dando resposta à nova regra de clausura, a que a Ordem de Cristo passou a estar sujeita. Onde os conceituados cavaleiros se transformaram em monges contemplativos, dirigidos pelo provincial da Ordem de S. Jerónimo, Frei António Lisboa.

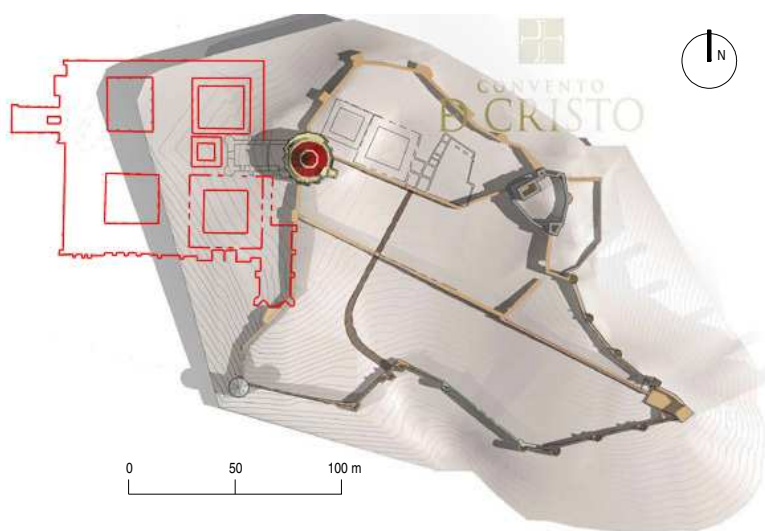


Figura 023 – Tomar, Convento de Cristo. Planta das novas construções devidas a D. João III

Fonte: Arq. Sotero Ferreira (Convento de Cristo, 2007), modificado

⁵¹ CASTRO, Miguel de Mello – *Pedras-de-Armazém de Tomar*. Edição de Álvaro Pinto, Lisboa, 1955, pág. 38

Estávamos na segunda metade do séc. XVI, quando se deu início à construção das novas exigências, entre dormitórios, refeitório, cozinha, despensa, adega, biblioteca e outras. Estas obras estiveram a cargo de João de Castilho, que delineou toda essa massa conventual em seis claustros distintos: claustro da Micha, dos Corvos, da Hospedaria, de Santa Bárbara, das Necessárias e o de D. João III. Todos estes claustros, de características próprias, nascem em torno da igreja manuelina, quase que “abafando-a”, ocultando assim as janelas poente e sul.

A norte da nave manuelina, encontramos o claustro da Hospedaria, tal como o nome indica, destinava-se a albergar os hóspedes e peregrinos. De acordo com a inscrição no fecho da abóbada terá sido concluído entre 1541-42. A sua ocupação era hierarquizada, no piso superior descansavam os ilustres visitantes, assim sucessivamente até ao piso térreo, onde circulava a criadagem, a norte as Cavalariças, a poente a procuradoria e as despensas, a sul o claustro de Santa Bárbara. Este tinha como objectivo fazer a ligação entre os dormitórios e o refeitório, que se encontravam no claustro dos Corvos. Iniciou-se em 1531, originalmente ele encobria por completo a janela do Capítulo, mais tarde foi-lhe retirado o piso para libertar a jóia arquitectónica.

Consta que o claustro da Micha⁵² tenha tido início a 1528 e deu-se por terminado a 1543-1550, conforme é visível na inscrição da coluna. Albergava a nascente as despensas, a sul a cozinha e a adega de azeite, a poente o enorme forno do pão, no primeiro piso a norte estava a casa do D. Prior, a nascente e a sul as celas/dormitórios e a poente a sala das Cortes.

O claustro dos Corvos⁵³ localiza-se contíguo e a sul do anterior, aqui armazenavam-se os produtos. A sua edificação teve duas fases, uma 1537-1539 e outra 1543-1548, de acordo com inscrições visíveis no fecho das abóbadas. No piso térreo eram dispostos do lado norte as cozinhas e dependências, do lado nascente o refeitório, do lado sul o antigo celeiro e no lado poente encontravam-se os armazéns e as adegas. No piso superior, norte e nascente, o corredor dos dormitórios, a sul a biblioteca conventual. A poente encontra-se o pátio dos Carrascos (onde floresciam arbustos silvestres do mesmo nome). A norte do pátio, contíguo ao claustro da Micha, construiu-se o chamado claustro das Necessárias, aqui convergiam todas as dependências sanitárias do Convento.

Tal como todos os claustros anteriores, o claustro D. João III, mais conhecido como Principal, também tinha um propósito, fazer ligações entre a igreja e a casa do Capítulo, entre os dormitórios e o refeitório, servindo inclusivamente de passagem às procissões, por ser o claustro

⁵² “O chamado Claustro da Micha evoca, neste nome, a broinha ou simples bocado de pão que era dado aos pobres, junto da portaria do Convento”, GRAÇA, Luís Maria Pedrosa dos Santos – *Convento de Cristo*. Edição ELO, Lisboa, 1994, pág. 70

⁵³ “O Claustro dos Corvos chama-se assim porque era ali que se faziam as execuções e lá deixavam os cadáveres até serem devorados pelos corvo.”, SOUSA, J.M. – *Notícia descritiva e história da cidade de Thomar*. Litografia Antunes, Rio maior, 1991, págs. 134,135

mais ornamentado. Mas o claustro que hoje podemos apreciar não é o primitivo, construído entre 1530-33 pelo Arq. João de Castilho, uma vez que a viúva de D. João III, D. Catarina, mandou demoli-lo e construir outro no seu lugar. Porém, existem alguns apontamentos do antigo claustro de D. João III, como a ala nascente que ligava a Igreja à casa do Capítulo, já referido. Podemos ainda admirar as quatro entradas que Castilho construiu uma a poente, que dá acesso ao púlpito existente no refeitório, outra a noroeste que dá acesso ao refeitório e ao corredor do dormitório, ambas situadas em pisos distintos, existe outra a nordeste, e por fim uma a sudeste para a inacabada casa do Capítulo.

Depois da morte de D. João III, o herdeiro ao trono era D. Sebastião, como este não tinha idade suficiente para governar sucedeu a viúva D. Catarina. Esta rainha ao permanecer em Tomar mandou ampliar os antigos paços do infante, para o lado da Torre de Menagem, em 1559 colocou o sino “Baleia” na Torre Sineira. Mas a sua maior intervenção foi a demolição do claustro construído pelo seu marido e sua substituição pelo actual, da autoria de Diogo de Torralva, que se prolongou pelo domínio Filipino, até à sua conclusão em 1591 e não a 1562 como erradamente foi inscrito no fecho da abóbada, na ala norte.

No reinado de Filipe I (1581-1598), o arquitecto Filipe Terzi concluiu o claustro Principal com a construção da galeria superior do lado sul; construiu ainda o lavatório a caminho do refeitório, datado em 1593 e executou a maior obra de engenharia, o aqueduto dos Pegões, que canalizava água até ao Convento, com uma extensão de 6 Km. Esta obra demorou 20 anos, iniciada em 1593 e terminada já no reinado do D. Filipe II (1598-1621) em 1613. Outra marca filipina é a construção da Portaria Real na fachada norte, obra do Arq. Diogo Marques Lucas, junto à porta encontra-se uma lápide com a data de conclusão 1620, ou seja ainda no reinado de D. Filipe II. É durante o domínio de Filipe II que se coloca o lavabo no corredor dos dormitórios, com inscrição de 1617, e ergue-se a magnífica fonte, no centro do Claustro Principal, da

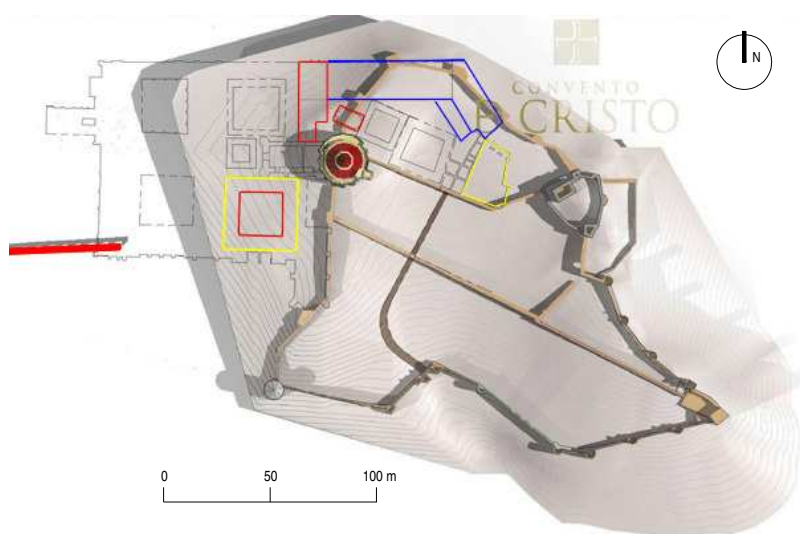


Figura 024 – Tomar, Convento de Cristo. Planta das construções devidas a D. Catarina (amarelo), domínio Filipino (vermelho) e D. Pedro II (azul)

Fonte: Arq. Sotero Ferreira (Convento de Cristo, 2007), modificado

autoria de Pedro Fernandes Torres, sucessor de Filipe Terzi.

Para finalizar a pertença filipina no Convento é necessário referir ainda, as novas construções localizados na zona ocidental do claustro do Cemitério: a sacristia Nova (1620) e a capela dos Portocarreros (1626).

As obras no Convento dão-se por concluídas em 1690 no reinado de D. Pedro II (1683-1706), com a implementação da enfermaria, muito benéfica tanto para os freires como para os pobres que viviam nas imediações. Situada entre a Portaria Real e a Torre de Menagem, a sua construção alicerçou-se sobre a base da antiga muralha, quem comandou as obras foi D. Frei Guilherme de Freitas. Este extenso corredor, da antiga enfermaria, culmina na sala dos Cavaleiros.

Em 1811 as tropas francesas invadiram o Convento queimando uma peça de grande valor, o cadeiral do Coro do Convento, que existia na igreja manuelina. Após a extinção da Ordem de Cristo em 1834, o Convento ficou ao abandono. Muitos edifícios foram vendidos, o próprio Convento, ou melhor, uma parte dele foi vendida a António Bernardo da Costa Cabral em 1837 que fez dela a sua residência.

No ano de 1852, D. Fernando II (1837-1853), ordena a demolição do piso superior do claustro de Santa Bárbara e da ala sul do Claustro da Hospedaria, libertando assim a fachada ocidental da igreja manuelina, mais precisamente a Janela do Capítulo.

Decorria o ano de 1871 quando o Ministério das Obras Públicas cedeu ao Ministério da Defesa, a enfermaria, a botica, a sala dos cavaleiros e o claustro da Micha para o Hospital Militar regional nº3.

Entre 1900 e 1912 decorreram trabalhos de limpeza e restauro (nos paços da rainha, nos claustros da Lavagem e da Micha, na capela de S. Jorge e nos ornatos do Coro).

O Convento recebeu a classificação de Monumento Nacional, no dia 10 de Janeiro de 1907. Nos anos de 1926-1929 e 1933-1945 foram executados trabalhos de restauro, a 1933 a Direcção Geral dos

Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N), efectuou arranjos paisagísticos de forma a valorizar toda a zona da entrada do Convento, construindo muros, canteiros, colocando vasos, bancos e alegretes. Em 1939, o Estado compra, a parte que fora vendida a privados.



Figura 025 – Tomar, Convento de Cristo. Claustro da Lavagem antes das obras de restauro realizadas no séc. XX

Fonte: D.G.E.M.N.

O conjunto monástico foi sujeito a diversas intervenções de consolidação, restauro e limpeza inicialmente pela D.G.E.M.N. e a partir de 1965 da responsabilidade do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

Qualquer monumento necessita de trabalhos de conservação, restauro e limpeza, o Convento não é excepção, o tempo traz consigo efeitos destruidores que podem ser fatais para o edifício. É necessário intervir para que as gerações vindouras possam desfrutar dele, tal como nós.

Em Dezembro de 1983, esta sumptuosa obra de arquitectura, que é o Convento de Cristo, recebeu da UNESCO a classificação de Património Mundial.

Entre 1987 e 1988 foi construído um elevador, para uso interno da administração, no lado poente do claustro dos Corvos. Com passagem pelos três pisos, no piso térreo está anexado a uma das portarias do claustro, no piso intermédio está localizado no corredor do noviciado no sentido norte-sul, no piso superior, no dormitório grande, a sua implantação situa-se num corredor paralelo ao eixo norte-sul. Este mecanismo vem facilitar significativamente a circulação vertical no interior do imóvel.

Em 2008, o Convento recebeu um grupo de turistas com várias pessoas portadoras de deficiência. Para que pudessem circular pelo Convento, a administração construiu algumas rampas, no piso térreo, com resto de madeira que possuía, para facilitar a circulação. As quais ainda lá permanecem, não obstante o seu carácter precário e provisório.

2.2.3. Descrição do Edifício

Esta magnífica obra de arquitectura abrange vários estilos desde o Românico passando pelo Gótico, o Manuelino. Também são visíveis influências do Renascimento e Maneirismo, incluindo o próprio Barroco.

Durante seis séculos o Convento foi crescendo, perfazendo hoje este admirável conjunto (igreja, claustros e dependências conventuais), cada peça tem a sua beleza própria, mas o elemento de maior valor, a centro irradiador de todo este monumento é a Charola.

Tratando-se de um Convento compreendido pela muralha do Castelo, o acesso é



Figura 026 – Tomar, Convento de Cristo. Vista nascente

feito por duas portas. A primeira, a porta de S. Tiago, onde encontramos a norte a Alcáçova do Castelo, segue-se a porta do Sol, aqui a nossa visão é absorvida pela magnificência da rotunda dos templários (Charola). O seu carácter de fortaleza domina todo o espaço envolvente, implantado propositadamente a uma cota superior em relação ao Castelo.

É pela capela de São João (antiga sacristia) que actualmente se acede ao Convento, uma sala de planta quadrangular, com dimensões reduzidas, cujo tecto é de abóbada “fechada ao alto por uma pedra circular onde se revela, num escudo clássico, o brasão dos Almeidas.”⁵⁴ Assim que se entra, do lado oeste, sobressai o túmulo dos senhores do Infante, Vasco Gonçalves de Almeida e Mécia Lourenço.

Saindo da capela, entramos no claustro do Cemitério, “há no seu todo uma sensação de paz que se harmoniza perfeitamente com o destino para que foi reservado: o de nele virem a ser sepultados os cavaleiros de Cristo.”⁵⁵ De planta quadrangular, com apenas um piso, onde está presente o estilo gótico através dos vinte arcos de ogiva (cinco em cada lanço), apoiados em esbeltas colunas, com fustes lisos e capiteis ornamentados, a sua cobertura é de abóbada de berço. Existem ainda dois túmulos incrustados na parede voltada a sul e oeste, respectivamente, o de D. Diogo da Gama e o de Dr. Pedro Álvares de Freitas. A obra do Infante, o claustro do Cemitério, foi sujeita a alterações no período manuelino e filipino, como atrás foi referido, seja com o revestimento das paredes em azulejos hispano-mouriscos quer com as construções filipinas: a sacristia Nova e a capela dos Portocarreiros. Estes novos espaço localizam-se a noroeste do claustro. A sacristia Nova substituiu a antiga sacristia localizada na capela de S. João, desenvolve-se numa planta rectangular com entrada pelo claustro do Cemitério, é iluminada por janelas com cartelas nos lados menores noroeste e sudeste. Nos lados longitudinais, deparamos com dois arcos possantes, funcionando como uma extensão do espaço. A sua cobertura é em abóbada de berço, com caixotões pintados com dourados. A capela dos Portocarreiros⁵⁶ tem o interior revestido por azulejos, incluindo a cobertura em abóbada de berço e o frontal do altar. Nas paredes laterais são ainda visíveis painéis de azulejos com representações de cenas da vida de Cristo.

Adjacente ao claustro do Cemitério, temos o claustro da Lavagem, com características muito semelhante ao anterior, com excepção nas dimensões (lanços com 18,40m). Ao contrário do seu antecedente, para acompanhar o desnível, possui dois pisos e é considerado um dos

⁵⁴ CASTRO, Miguel de Mello – *Pedras- de- Armas de Tomar*. Edição de Álvaro Pinto, Lisboa, 1955, pág. 28

⁵⁵ ROSA, José Inácio da Costa – “Os Oito Claustros do Convento de Cristo”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº1, 1981, pág. 35

⁵⁶ “Capela seiscentista que o fidalgo António Portocarreiro, almoxarife das rendas da Mesa Mestral da Ordem de Cristo, mandou erguer a fim de servir de jazida a si e seus descendentes.”, CASTRO, Miguel de Mello, *ob. cit.*, págs. 52 e 53

primeiros claustros de dois andares a ser construído em Portugal. O claustro tem cobertura de madeira é formado em cada lanço por cinco arcos de ogiva, no piso superior são suportados por pares de colunas e capiteis ricamente trabalhados, destinado aos cavaleiros e freires da Ordem de Cristo. Sendo o piso inferior o local da criadagem dispunha de acabamentos mais pobres que o anterior. Possui ainda quatro tanques e um poço da cisterna, actualmente encontra-se ocupado por peças arqueológicas, retiradas das imediações da igreja de Santa Maria do Olival.

A nascente do claustro da Lavagem, encontra-se as ruínas dos antigos Paços do Infante, também chamado de Paços de D. Catarina, onde ambos residiram.



Figura 027- Tomar, Convento de Cristo.
Claustro do Cemitério



Figura 028 – Tomar, Convento de Cristo.
Claustro da Lavagem

Para continuarmos o percurso temos de voltar para traz, ao claustro do Cemitério, aqui encontramos uma passagem do lado sul, que liga à Charola, mas por uma questão de salvaguarda encontra-se interdita à passagem, apenas se pode desfrutar a sua beleza entrando pela igreja manuelina. A caminho da mesma, deparamo-nos com a loja do Convento, situada na sala dos Reis, de espaço rectangular e revestida a azulejos.

A nave da igreja é o espaço de transição, onde a nascente temos a Charola, a poente o coro e a sacristia. É coberta por uma abóbada polinervada, apoiada em mísulas e um friso que acompanha todo o interior e exterior. O grandioso portal de João de Castilho abre-se a sul, o interior é formado por um arco abatido com elementos vegetalistas. No exterior o requinte dos pormenores saltam à vista, rematado por um dossel de abóbada, assente em dois contrafortes, transmitindo um sentido de profundidade, construído por três arquivoltas de arco inteiro, ricamente decoradas, com influências manuelinas e renascentistas. Numa posição central sob dossel, situa-se a Virgem Maria, a quem é dedicada esta igreja, a acompanha-la encontramos outras imagens importantes da religião cristã.

A famosa Charola, apesar de transformada em capela-mor não perdeu o seu valor arquitectónico, mantendo-se como um dos templos mais originais do estilo românico-bizantino da Península Ibérica. No interior da rotunda templária, ocupando uma posição central existe um altar, contrapondo aos habituais, de forma ortogonal. A base abre-se em arcos esguios e a parte superior em frestas estreitas e compridas para iluminação. Este núcleo central é coberto por uma cúpula nervurada de oito panos, circunscrito por uma abóbada de berço suportada por arcos torais de volta perfeita. Concêntrico ao polígono interior, temos um polígono exterior de 16 faces, onde foram constituídos contrafortes nos ângulos que culminam em ameias, semelhantes à muralha. Para criar o acesso à nave da igreja, duas faces foram sacrificadas, as restantes encontram-se divididas por colunelos, onde partem os arcos torais da abóbada. A iluminação deste espaço é feita por estreitas frestas, colocadas em faces alternadas. Durante as alterações, D. Manuel enriqueceu-a com estatuária (de madeira policromada, representando Profetas), pinturas (tábuas pintadas com cenas da Vida de Cristo) e outros elementos complementares.



Figura 029 – Tomar, Convento de Cristo.
Interior da Charola

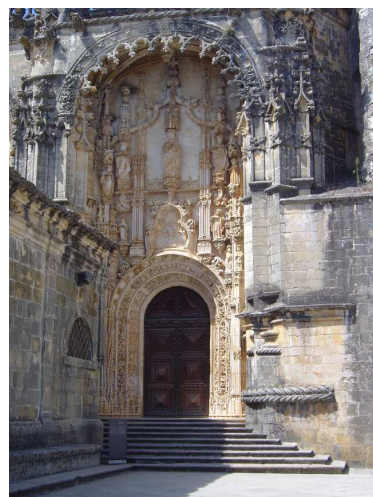


Figura 030 – Tomar, Convento de Cristo.
Portal Manuelino

No lado poente da igreja, o terreno apresentava um desnível considerado, obrigando Diogo de Arruda a construir em dois pisos. Assim no nível superior, situa-se o coro, cuja cobertura é uma continuação da nave da igreja, apoiada em oito mísulas. Fazendo parte da composição do espaço temos os cadeirais, dispostos em “U”, em substituição dos primitivos, queimados durante as invasões francesas. O espaço é bastante iluminado por quatro janelões, com colunas laterais de base gótica, e a poente pelo óculo profundo envolto numa moldura torsa. Sob o coro, a um nível inferior ao da igreja, temos a sacristia ou sala do Capítulo, a redução do pé-direito, dá-nos uma sensação de “esmagamento”, envolta por uma abóbada achatada, riscada por arcos segmentares, suportada igualmente por mísulas. A luz que penetra no seu

interior e basicamente da janela a poente, a famosa janela do Capítulo, no vão voltado a sul, a luz é difusa, pois ficou parcialmente tapada durante as ampliações decorridas no tempo de D. João III. O interior da janela do Capítulo está envolto num “bordado de pedraria”⁵⁷, contrapondo a um parapeito simples com dois assentos, nas laterais.

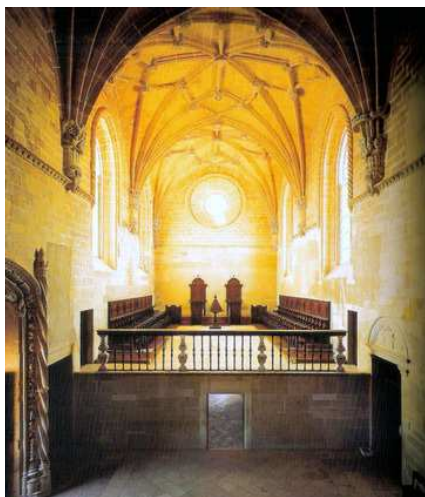


Figura 031 – Tomar, Convento de Cristo. Igreja Manuelina, vista do interior



Figura 032 – Tomar, Convento de Cristo Janela do Capítulo.

Fonte: <http://www.ttt.ipt.pt/image.php?id=38&img=08a.jpg>

Na fachada poente a janela é o ponto central, é em torno dela que se desenvolve um conjunto de elementos marítimos, um exemplo notório da arquitectura manuelina. Delimitada lateralmente por dois poderosos botaréus, coroada pela Cruz de Cristo e rematada por enormes raízes de árvores, existe ainda uma corda que circunda toda a igreja e culmina na parte inferior da janela, junto a uma figura humana. Ao olharmos para esta janela, o desabrochar de pormenores parece interminável.

Voltando ao interior da igreja e avançando na nossa viagem, chegamos ao claustro Principal. Este mais ornamentado que os anteriores, apresenta uma planta quadrada com aproximadamente 35 m em cada lanço, de dois pisos, com galerias abóbadas (abóbadas de nervuras e caixotões) e cobertura em terraço, designado Terraço da Cera. No piso térreo, os ângulos são cortados, a galeria define-se por três grandes arcos de volta inteira, assentes em espessos pilares, as colunas toscanas adjacentes servem apenas de ornamentação. No espaço intermédio rompe-se vãos rectangulares, no piso superior o sistema repete-se, com o mesmo número de arcos, mas de menores dimensões, no espaço sobrance rasga-se outros vãos rectangulares, que assentam em colunas de ordem jónica e dórica, os ângulos são arredondados e nas extremidades nordeste e sudoeste, funcionam as escadas helicoidais. Os

⁵⁷ GRAÇA, Luís Maria Pedrosa dos Santos, ob. cit., pág.47

vestígios do claustro de D. João III, estão patentes nas extremidades, com vãos rectangulares cobertos por abóbadas polinervadas. Nas laterais este e oeste estão as três escadarias que fazem a ligação às outras dependências.

A casa do Capítulo erguida no sentido norte-sul, a sudeste encontra-se o claustro Principal, com acesso lateral ou pelo terreiro a sul do portal de Castilho. Actualmente este espaço, encontra-se em ruínas, não possui qualquer cobertura nem pavimento completo no primeiro piso. No extremo sul do piso superior temos o arco do altar-mor executado por Castilho, com semelhanças ao pórtico da entrada. No piso térreo, contíguo a nave e com acesso por um arco geminado, está o vestíbulo de forma quadrangular envolto numa abóbada nervurada. Rompem-se janelas nas fachadas viradas a nascente e a poente, amparadas por contrafortes.



Figura 033 – Tomar, Convento de Cristo. Claustro Principal



Figura 034 – Tomar, Convento de Cristo. Vista aérea da casa do Capítulo

Fonte: <http://www.ttt.ipt.pt/index.php?nivel=1&m=34>

A norte do claustro Principal, com dimensões significativamente mais reduzidas, temos o claustro de Santa Bárbara, com 15 m no eixo norte-sul e 14 m no eixo este-oeste. Actualmente desenvolve-se num só piso, pois o 1º piso foi extraído, restando apenas as colunas, funcionando deste modo como terraço de contemplação à Janela do Capítulo. No piso térreo, para controlar a altura, foram utilizados arcos de menor flecha, assentes em colunas lisas e coberta por uma abóbada rebaixada.

Mais a norte, localiza-se o claustro da Hospedaria, de planta quadrangular, com 29 m em cada lanço. Constituído por quatro arcadas com arcos geminados separadas por contrafortes. A



Figura 035 – Tomar, Convento de Cristo. Claustro de Santa Bárbara e claustro da Hospedaria

zona norte e oeste desenvolvem-se em três pisos, nos restantes apenas dois. No terceiro piso do lado poente existe um varandim recuado com colunas clássicas e tecto em madeira, semelhante a toda a galeria do piso inferior. A ligação ao corredor do dormitório grande é feita pela varanda do terceiro piso.

O dormitório estende-se por dois grandes corredores, onde se dispõem as celas. O acesso pode ser feito pelo corredor norte-sul, através do claustro da Hospedaria (a norte) e o claustro Principal (a sul), os seus focos de iluminação situam-se nas extremidades. No eixo perpendicular este-oeste existe duas janelas, uma a meio para o claustro da Micha e outra no extremo para o pátio dos Carrascos. Os corredores são revestidos a um terço da altura por azulejos azuis e brancos, contraponto ao tecto escuro de madeira, coberto por uma abóbada de berço. No ponto de intersecção, encontramos a capela do Cruzeiro, com cobertura em abóbada de berço com pequenos caixotões, protegida por um portão de ferro, no interior encontra-se uma imagem em barro, de Cristo coroado de espinhos.

O claustro da Micha localiza-se a poente do claustro anterior, com planta rectangular 29,50 m por 32,20 m. Contém um sistema de arcadas semelhante ao anterior, arcadas duplas entre elas existem botaréus. O piso térreo abre-se em galeria com colunas lisas e mísulas cónicas, coberta por abóbada polinervada, o pavimento e lajeado com quatro clarabóias, e o



Figura 036 – Tomar, Convento de Cristo. Claustro da Micha, vista nascente

acesso para a cisterna no lado noroeste. No lado norte a antiga portaria, a poente o forno de pão e a sul situa-se o lagar de azeite com 33 grandes potes de barro e a cozinha, a nascente existe dependências que serviam de habitação. Do lado nascente e sul do primeiro piso corre uma varanda, que se interrompe no lado norte e poente, aqui localizam-se as salas das Cortes (destinada para os três Estados – o Povo, o Clero e a Nobreza). Dispõem-se em três salas de planta quadrangular, com quatro colunas centrais, que sustentam o tecto de madeira, iluminadas por três vãos rectangulares. No lado sul, localiza-se o corredor do Noviciado, sobreposto ao corredor nascente-poente do Dormitório. Este apresenta um pé direito mais reduzido que o piso superior, com cobertura em abóbada redonda, com acesso pelo claustro de Santa Bárbara. Quando se sai, temos como cenário a janela do Capítulo.

O menor claustro deste Convento é o das Necessárias, contíguo ao claustro anterior, no lado poente. Neste espaço de planta rectangular, na zona central deparamo-nos com uma cisterna, onde culminavam as dependências sanitárias de todo o imóvel.

São raros os monumentos com elevado número de claustros, o Convento de Cristo apresenta oito claustros, faltando ainda descrever o claustro dos Corvos, situado a sul do claustro da Micha e a poente do Principal. O seu espaço é quadrangular, contém uma galeria voltada a poente e sul, com arcos geminados, separadas por contrafortes que se estendem até ao segundo piso, a cobertura da galeria é idêntica à do claustro da Micha. Ao contrário dos anteriores este é ajardinado e não lajeado, a sul temos a antiga livraria ou Scriptorium e uma varanda que se expande por toda a fachada sul. A nascente o refeitório, de planta rectangular, com 33 m de comprimento por 9 m de largura, com cobertura em abóbada de berço, articulada longitudinalmente e transversalmente, conferindo ao espaço um sentido de profundidade. A iluminação é feita por dois janelões na fachada sul e na fachada poente. As paredes laterais suportam ainda a dois terços da altura, dois notáveis púlpitos renascentistas com peitoris decorados com baixos-relevos, a norte o arco estabelece a ligação à cozinha coberta por uma abóbada de cruzaria abatida, sustentada por espessas colunas, a poente tínhamos a sala dos estudos, onde funciona actualmente a cafeteria.



Figura 037 – Tomar, Convento de Cristo.
Claustro dos Corvos, vista sul

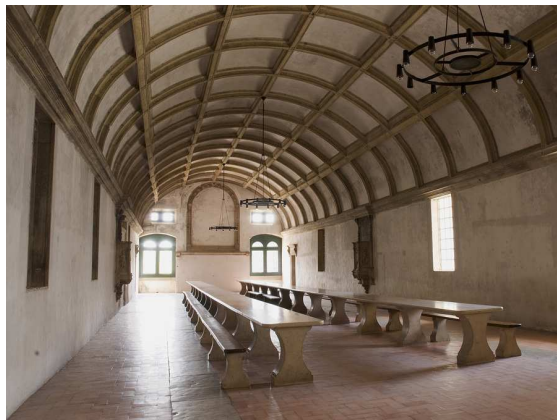


Figura 038 – Tomar, Convento de Cristo. Refeitório

A saída é feita por uma porta secundária no claustro da Micha, virada a norte. Nesta mesma fachada podemos ainda ver a Portaria Real, localizada entre o corpo da Hospedaria e o novo corpo da enfermaria.

2.2.4. Proposta de Intervenção

2.2.4.1. Análise e Proposta para a Área Envolvente

Aceder ao Convento, situado no cume do monte, revela-se uma tarefa árdua e complicada, tanto a nível pedonal como rodoviário.

No interior da cidade, apenas existe uma ligação ao Convento através da Av. Vieira Guimarães, não permitindo a circulação nem escoamento do tráfego rodoviário nas melhores condições, tanto no sentido ascendente como descendente. Ao longo desta Avenida é notória a falta de passeios, com excepção do espaço que liga os dois percursos pedonais (Calçada de Santiago e a Calçada de Santo André), localizados no lado sudoeste para quem sobe. Estes percursos destinados aos peões encontram-se desmazelados, esburacados e em certas zonas invadidos pela vegetação, impossibilitando o seu verdadeiro uso obrigando assim, a circulação dos peões pela Av. Vieira Guimarães, aumentando desta forma a sua insegurança (ver Figura 039).

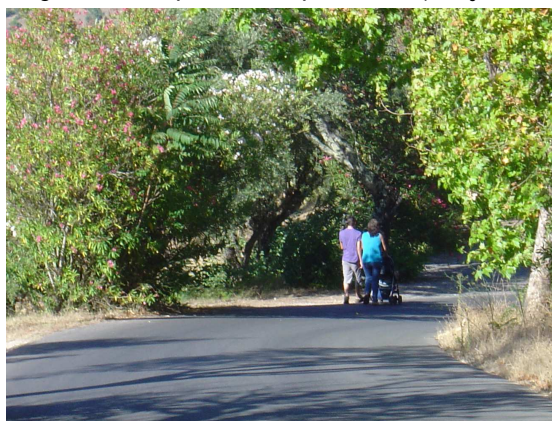


Figura 039 – Tomar, Convento de Cristo. Inexistência de passeios na via de acesso, Av. Vieira Guimarães

Se nos deslocarmos via automóvel, notamos que a estrada não contém marcações, as faixas são reduzidas, no sentido ascendente são visíveis vários obstáculos, obrigando os veículos a invadir a faixa contrária para os contornar. Ao longo da sua extensão não existe qualquer tipo de protecção, guardas, raides, etc. No final da via deparamo-nos com dois parques de estacionamento, um no lado nascente e outro virado a norte do Convento. Em ambos os espaços não existe nenhum lugar reservado a veículos turísticos (autocarros), nem a pessoas deficientes (ver Figura 040). O parque nascente, em determinadas alturas do ano, transforma-se num parque de campismo para auto-caravanas, privando os outros turistas de estacionar. Para



Figura 040 – Tomar, Convento de Cristo. Parque de estacionamento da ala Nascente

além destas limitações, o próprio piso de alcatrão encontra-se em muito mau estado, com largas crateras, tornando-se, por si só, mais um obstáculo a transpor. No estacionamento do extremo norte, os problemas não são menores; mais uma vez, estamos perante um piso irregular em terra batida e com ausência de passeios. O facto de os veículos estacionarem junto ao imóvel, dificulta a saída e/ou entrada do mesmo, para além dos problemas estruturais que podem provocar. É por este lado que, actualmente, as pessoas com mais limitações físicas entram e saem do Convento.

Deste modo, para melhorar a acessibilidade de todos ao Castelo/Convento, proponho a requalificação da Av. Vieira Guimarães, com alargamento das faixas de rodagem, marcação e protecção devidas, e a continuação do passeio existente entre os percursos pedonais, culminando próximo da entrada do Castelo. Consecutivamente, restabelecer a circulação dos peões nas Calçadas de Santiago e de Santo André. Estas deveriam ser sujeitas a intervenções tanto ao nível do pavimento, como de limpeza e iluminação, permitindo aos peões um contacto mais íntimo com a natureza, antes de chegarem aos monumentos.

Em relação ao parque de estacionamento na zona nascente, sugere-se a colocação de um novo piso, combatendo as imperfeições existentes e simultaneamente facilitando a circulação pedonal e rodoviária. É também necessário delimitar uma zona para veículos turísticos e deficientes (incluindo as grávidas e idosos). No lado norte, recomenda-se o afastamento do estacionamento para o outro extremo da via, com acesso pela Av. Vieira Guimarães e saída pela rua paralela à fachada norte, situado a um 1,5 m abaixo da actual via. Esta alteração permite uma continuação visual com o espaço envolvente, libertando assim a ala norte para uso exclusivo dos peões.

É fundamental que exista uma ligação da ala norte à zona da entrada para o castelo (lado nascente), pelo que sugiro a construção de um percurso pedonal, paralelo à fachada norte, em piso aderente e respectivos pisos tácteis (direccionais e alerta), permitindo um acesso mais seguro aos invisuais. O percurso continuará numa rampa que circunscreve a antiga enfermaria e culminará junto à porta de S. Tiago (acesso ao Castelo/ Convento). (Consultar a Planta de Implantação do Convento – Desenho 2)

2.2.4.2. Análise e Proposta para o Interior

A entrada para o conjunto monástico é feita pela ala nascente, atravessando a porta de S. Tiago e contornando posteriormente a Alcáçova do Castelo, do lado norte, numa subida um pouco íngreme, com calçada irregular de seixo rolado, até à porta do Sol (ver Figura 041). Ao transpô-la, avistamos de imediato a Charola como plano de fundo, destacando-se do conjunto pelas suas características de fortificação.

O percurso até à entrada efectua-se em terra batida, ladeado nos extremos por sebes. Voltado a sul, num nível inferior delimitado por uma muralha interior e outra exterior, situa-se uma área arbórea que comporta as antigas hortas e o laranjal. Fora deste limite, a sul, situa-se a Mata dos Setes Montes.

Continuando o trajecto, na direcção da Charola, deparamo-nos com uma escadaria tripartida (composta por uma escada central e duas laterais), mais recente que o conjunto urbanístico inicial, mas de igual carácter (ver Figura 042). O desnível entre o pavimento em terra batida e o terreiro da entrada é de 3,57 m. A escada virada a sul dá ainda acesso a um espaço contíguo à casa do Capítulo que, posteriormente, de acordo com o proposto, fará a transição para o espaço verdejante que acima referi, ou seja, as antigas hortas e laranjal.

Após a subida da monumental escadaria, chegamos ao terraço, local onde se pode vislumbrar o portal manuelino de João de Castilho e de seguida dirigir-se para a entrada situada na antiga capela de São Jorge (o acesso é realizado através de uma passagem estreita com cerca de 0,50 m de largura - ver Figura 043). Superado este obstáculo, encontramos uma escadaria composta por cinco degraus, para aceder à bilheteira existente (ver Figura 044).



Figura 041 – Tomar, Convento de Cristo. Tipo de calçada da entrada nascente, porta do Sol



Figura 042 – Tomar, Convento de Cristo. Escadaria de acesso à bilheteira

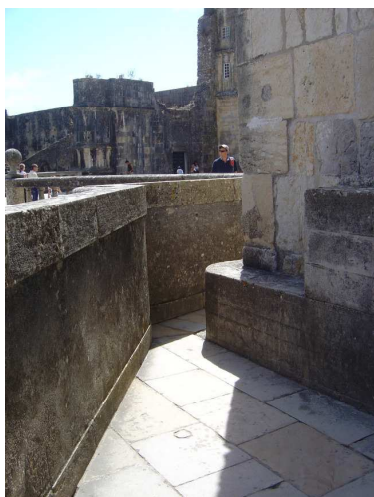


Figura 043 – Tomar, Convento de Cristo. Passagem estreita de acesso ao imóvel



Figura 044 – Tomar, Convento de Cristo. Entrada para a bilheteira, Capela de S. João

Todo o percurso é bastante difícil, desde a entrada no castelo, passando pelo jardim, até chegar à escadaria, quer ao nível da inclinação, quer do revestimento do pavimento. As pessoas com mobilidade reduzida não chegam a entrar nestes espaços, salvo aquelas que, mediante ajuda de familiares, amigos ou guias, conseguem transpor as barreiras existentes ao longo do percurso. Actualmente, este grupo de cidadãos, entram e saem pelo alçado norte, percorrendo apenas o piso térreo. É o único que confere algumas soluções para uma melhor circulação. No entanto, nem todas são suficientemente eficazes, obrigando, ainda assim à necessidade de ajuda de terceiros, como adiante melhor se demonstrará.

Voltando ao espaço anterior (entrada pelo castelo), para que todas as pessoas consigam sentir o potencial que o espaço nos transmite - uma sensação de regresso ao passado - e no sentido de harmonizar a inclinação na entrada do Castelo, proponho dois sistemas. Do lado norte, junto à alcáçova, circunscrevendo-a, sugiro a colocação de uma plataforma - elevador de escadas que culminará junto à porta do Sol. Toda a estrutura que o complementa incluindo os postes de suporte para a plataforma, aproximam-se da alcáçova, mas nunca chegam de facto a tocar-lhe, permitindo, assim a sua montagem e remoção sem causar quaisquer danos à Alcáçova. Para maior fruição do espaço, a plataforma pode-se rebater quando localizado no exterior; todo o conjunto é revestido por uma protecção anti-corrosão. O modelo escolhido é o “Hiro 320”, de cor cinza (mais precisamente



Figura 045 – Exemplo de aplicação da plataforma de escadas

Fonte: http://www.escadafacil.pt/h320_8.htm

RAL 7038 Achatgrau), do catálogo da Escada Fácil⁵⁸, como é possível ver na Figura 045. No extremo sul da entrada, do lado da muralha, sugiro a colocação de uma faixa de piso aderente com respectivos pisos tácteis (direccional e alerta) e um corrimão junto à muralha ajudando como apoio para a subida até transpor a porta do Sol (aplicação semelhante ao exemplo da Figura 046). A partir daqui, a faixa passa a ser central, prolonga-se até à escadaria monumental, com as mesmas características que a anterior, a única excepção é o uso do corrimão, pois tratando-se de um piso plano torna-se desnecessário. Sugiro, pois, a aplicação de placas indicativas escritas em Braille ao longo do percurso, e aconselho ainda a utilização de mapas tácteis, para ajudar os visitantes invisuais a orientarem-se.



Figura 046 – Coimbra, Rua do Cabido. Exemplo de corrimão e piso aderente na zona histórica

Fonte: <http://infohabitar.blogspot.com/2006/10/mobilidade-no-centro-historico-o-caso.html>

Fica, deste modo, reestruturado o percurso da entrada até à escadaria monumental. Chegando à escadaria, deparamo-nos com outro obstáculo – ela própria -, a sua remoção é impensável porque descaracterizaria o espaço. A solução mais aceitável consiste na criação de um percurso alternativo até ao terraço. Mantendo as escadas, proponho, para segurança de todos, a colocação de uma faixa antiderrapante e uma borda de piso fotoluminescente⁵⁹, funcionando como auxílio para os invisuais.

O caminho alternativo, com melhor acessibilidade, deveria situar-se numa zona menos hostil ao conjunto arquitectónico. A escolha recai, assim, num trajecto em que o visitante pode apreciar um pouco mais da beleza do espaço, antes de entrar no Convento, observando as antigas hortas e laranjal, num contacto mais directo com a natureza e usufruindo, consecutivamente, do seu sombreamento. A entrada para este percurso seria feita por um trajecto perpendicular à faixa central (localizada entre a porta do Sol e a escadaria), com igual piso aderente, seguido por uma rampa que antecede o varandim



Figura 047 – Vila de Rei, Museu da Geodesia. Exemplo de passadiço em estrutura metálica

Fonte: <http://industriadarte.blogs.sapo.pt/arquivo/museu%20geodesia.jpg>

⁵⁸ Catálogo dos produtos da EscadaFacil - <http://www.escadafacil.pt/caracH320.htm>

⁵⁹ <http://www.arcomodular.com.br/portugues/uploads/>

panorâmico. Esta varanda estaria implantada no exterior da muralha interior (semelhante à Figura 047), sem ganchos, simplesmente assente em pilares, para que, em caso de remoção, danificar o menos possível da muralha.

Tendo por princípio a igualdade de direitos dos cidadãos e considerando que a actual entrada não cumpre esses requisitos, como demonstram os degraus da escadaria monumental e a existência de uma estreita passagem, seguida de mais cinco degraus, proponho a transferência da entrada/bilheteira para a casa do Capítulo.

Voltando ao passadiço, varanda seria construída em ripas de madeira com corrimão em aço inoxidável, com termo no espaço contíguo da casa do Capítulo. Para melhorar a circulação, toda esta zona seria repavimentada, mantendo os ciprestes e outras árvores já existentes e plantando outras espécies, de forma a criar mais zonas de sombreamento. É deste espaço que parte o novo acesso ao terreiro, por uma rampa tripartida, paralela a casa do Capítulo, proporcionando uma continuidade de percurso entre as rampas e a varanda panorâmica, com os mesmos materiais. Realçando as preexistências, funcionaria muito bem na globalidade (semelhante à Figura 048, consultar os Desenhos 3 e 6).



Figura 048 – Espanha, Alhambra. Exemplo de rampa de madeira na zona histórica

Actualmente a visita começa no claustro do Cemitério, após a subida de três degraus que fazem a ligação entre a zona da bilheteira (capela de S. João) e o claustro. Neste espaço existe a opção de seguir para nascente, em direcção ao claustro da Lavagem ou seguir para poente, no sentido da igreja Manuelina.

Se optarmos pelo claustro adjacente, claustro da Lavagem, descobrimos um desnível de 0,32 m (Figura 049) dificultando a continuidade do percurso. O visitante depois de contorná-lo, vê-se obrigado a retornar ao claustro do Cemitério e neste encontramos espaços agregados, tais como a sacristia Nova, que está implantada 0,1 m acima do pavimento do claustro e a capela dos Portocarreiros. Caminhando na direcção da igreja Manuelina, o percurso encontra-se desprovido de obstáculos. Já no seu interior existem dois desníveis, um a ponte de 2,8 m para a sala do Capítulo e outro a sul para o claustro Principal de 1,2 m (Figura 050).



Figura 049 – Tomar, Convento de Cristo. Desnível entre os claustros da Lavagem e do Cemitério



Figura 050 – Tomar, Convento de Cristo. Desnível entre a igreja manuelina e o claustro Principal

É no Claustro Principal, que se concentra o maior número de ligações verticais para os pisos subsequentes, ou seja, no extremo nordeste e sudoeste, escadas helicoidais para o piso superior, designado por Terraço da Cera. No extremo noroeste, o acesso é feito por uma escada em caracol até ao piso intermédio (piso 1), claustro de Santa Bárbara. Nos lados este e oeste, verifica-se a existência de extensas escadarias em pedra que comunicam com o piso térreo, na primeira chegamos ao vestíbulo, na segunda à passagem entre o refeitório e o piso inferior do claustro Principal.

Recuando ao piso 2, mais concretamente ao claustro Principal, o seu perímetro é acessível mas os espaços contíguos não o são. A nascente, a casa do Capítulo ou capelas incompletas, contém um impedimento de 0,36 m. A poente, na transição do claustro Principal para o corredor do grande Dormitório, é visível um desnível de 0,3 m.

Entrando para o grande Dormitório, pelo lado sudeste, ambos os eixos podem ser percorridos. Existe uma ligação, no corredor norte, mais precisamente na varanda do claustro da Hospedaria, para o piso intermédio (piso 1), por umas estreitas escadas em caracol.

Como ficou patente, pretendo substituir a entrada da capela de S. Jorge para a casa do Capítulo. Sendo um espaço em ruínas, os turistas passam, mas não lhe chegam a dar a devida importância (foi aqui que durante três séculos se agruparam os cavaleiros e os freires do Ordem de Cristo). É minha intenção restituir-lhe, em parte, a sua função inicial – criando um ponto de reunião para uma intensa viagem pelo mundo (do passado). (consultar Desenho 3)

Deste modo, pretendo criar uma edificação inócua à ruína com a forma paralelepípedica em estrutura metálica, revestida a vidro e com pavimento e tecto em madeira. Para o seu interior sugiro um balcão para bilheteira, rebaixado numa das zonas para pessoas que se deslocam em

cadeira de rodas e um módulo de instalações sanitárias, também ele revestido a madeira. Com esta nova edificação é necessário substituir a rampa exterior até ao piso interior, assim como, no extremo sul, refazer a ligação ao antigo piso. Como se trata de uma estrutura envidraçada pretendo criar uma zona de sombreamento, prolongando a cobertura, apenas, do lado sul.

O início da visita faz-se pelo extremo poente, em direcção ao claustro Principal, com a possibilidade de descer um degrau ou por uma rampa, com materiais idênticos à rampa exterior (em ripas de madeira com guardas em aço inoxidável), mantendo uma continuidade de percurso do exterior para o interior. Os espaços contíguos ao claustro Principal são: a igreja Manuelina e o grande Dormitório. Se optarmos pela igreja, temos que transpor as escadas visíveis na Figura 050. Como o espaço é reduzido não é possível construir uma rampa, a solução encontrada passa pela colocação de uma plataforma - elevador de escada -, igual ao modelo proposto para o exterior. Este tipo de plataformas possui uma particularidade, para além de facilitar a acessibilidade a pessoas que se desloquem em cadeira e rodas, permite que outras pessoas com dificuldades de locomoção as usem, porque contêm um pequeno assento rebatível (Figura 051). Esta plataforma seria colocada na parede recta, como é possível consultar no Desenho 7. É de salientar, ainda, que para todas as escadas existentes é proposto o uso de uma borda de piso fotoluminescente e faixa antiderrapante (Figura 052), já referida anteriormente.



Figura 051 – Exemplo da plataforma com o assento aberto

Fonte: Catálogo dos produtos -

<http://www.escadafacil.pt/fotosH320.htm>

Para facilitar a circulação dos invisuais, sugiro a colocação, ao longo de todo o percurso, de 3 faixas de piso tátil fácil⁶⁰ (direccionais e de alerta), com largura de 0,03 m e espessura 0,0041 m (semelhante à figura 053). Ambas as soluções são colocadas em cima do pré-existente.

⁶⁰ Catálogo da Andaluz - http://www.andaluzacessibilidade.com.br/acessibilidade_produtos.html#pisotatilfacil



Figura 052 – Exemplo de um piso fotoluminescente e faixa antiderrapante

Fonte: <http://www.arcomodular.com.br/portugues/produtos/sinalizacao-visual/bordas-de-piso/borda-de-piso-fotoluminescente>



Figura 053 – Exemplo de piso tátil fácil (direccional e alerta)

Fonte: <http://thaisfrota.files.wordpress.com/2009/06/piso-tatil-facil.jpg?w=225&h=300>

Com estas soluções os visitantes conseguem alcançar em segurança, a nave da igreja e, após a sua visita, deslocarem-se para nordeste, desfrutando de toda a área do claustro do Cemitério, incluindo a sacristia Nova, através da rampa proposta. É ainda possível irem até ao claustro da Lavagem sem dificuldades, passando pela nova rampa paralela à parede de união dos claustros. Se preferirem podem manter o trajecto rectilíneo e descerem um degrau. É obrigatório fazerem o regresso pelo claustro Principal, pois não existe ligação para os pisos inferiores.

No claustro Principal, em direcção ao grande Dormitório, transpondo mais uma barreira com a ajuda de uma rampa, chegamos ao corredor norte-sul. Aqui a ligação para os restantes pisos é feita através de um elemento mecânico, o elevador, localizado no corredor este-oeste. É necessária a utilização de duas celas para facilitar a manobra de acesso. (ver Desenho 3)

Retomando a análise do edifício e centrados no piso intermédio (piso 1), concluímos que, em relação aos demais, é aquele que possui o percurso mais reduzido. Aqui podemos visitar o claustro da Hospedaria, o de Santa Bárbara e espaço contíguo, o corredor do Noviciado. Este último encontra-se a um nível inferior em relação ao claustro, de 0,16 m (Figura 054), e para além deste obstáculo, existem ainda as escadas que fazem a ligação para a sala das cortes, situadas 0,3 m acima deste. Ainda neste piso, mais concretamente no claustro da Hospedaria, encontramos mais dois impedimentos: uma soleira, com desnível 0,13 m (Figura 055) e outro desnível no claustro da Hospedaria.



Figura 054 – Tomar, Convento de Cristo. Desnível entre o corredor do Noviciado e o claustro de Santa Bárbara



Figura 055 – Tomar, Convento de Cristo. Soleira elevada deixada por uma antiga porta no claustro da Hospedaria

As intervenções neste piso serão mínimas, dada a natureza dos obstáculos, proporcionando a ligação com o piso superior, através do elemento mecânico instalado no corredor do noviciado, exactamente na última cela virada a norte. Para sair desde corredor subimos por uma rampa, com uma vista privilegiada para a janela do Capítulo. Já no claustro da Hospedaria, proponho a remoção da antiga soleira (Figura 055) e a construção de uma rampa, no outro extremo. (consultar Desenho 4)

Os acessos ao último piso do Convento podem ser feitos pelo lado sul do Claustro de Santa Bárbara ou pelo lado poente do claustro da Hospedaria, ambas as escadarias são construídas em pedra. Ao descer pelo claustro de Santa Bárbara, chegamos à intersecção entre o piso térreo deste e o do claustro Principal (Figura 056). Ambos os espaços situam-se a um nível inferior, comparativamente ao patamar de ligação, entre 0,17 m e 0,18 m. Neste ponto, constatamos a existência de “uma tentativa de acessibilidade”, com a aplicação de duas rampas construídas com restos de madeira, criando um sistema improvisado.



Figura 056 – Tomar, Convento de Cristo. Rampa provisória entre o claustro Principal e o de Santa Bárbara

Tal como já referi, mas voltando a realçar, a administração do Convento, sem qualquer tipo de ajuda técnica, elaborou por “modus” próprio um método para vencer aquelas barreiras, tendo como objectivo tornar pelo menos um piso acessível (meritório, mas insuficiente). Em bom

rigor, o Convento desenvolve-se em sete pisos e não em três, contabilizando todos os desníveis. Esta atitude denota, sem dúvida, uma evolução de mentalidade, pois todos nós sabemos que os edifícios históricos não foram pensados para a realidade actual. Estes edifícios já foram sujeitos a inúmeras intervenções, porque não adaptá-los, solucionando assim mais um problema?

Retomando a descrição do percurso no claustro Principal toda a sua área é percorrida sem dificuldades, assim como o espaço confinante, o refeitório. Apenas na transição deste para a cozinha, encontramos um impedimento, a diferença de cota entre ambos cria um desnível de 0,7 m. No interior da cozinha temos a possibilidade de seguir para o claustro dos Corvos ou para o da Micha, em qualquer um deles existem barreiras a vencer. A primeira, é de 0,7 m, no sentido ascendente até ao claustro dos Corvos, segue-se outra no sentido descendente de 0,26 m, para o claustro da Micha. Se optarmos pelo desnível menor, deparamo-nos com um piso muito irregular, em calçada de seixo em todo o seu perímetro. Neste claustro, podemos visitar os claustros adjacentes: o de Santa Bárbara (nascente) e o dos Corvos (sul).

Seguindo pelo claustro dos Corvos as dificuldades mantêm-se. O primeiro entrave é um degrau que está temporariamente resolvido com o sistema de rampas, há pouco referido (Figura 057). Sucede-se um corredor com mais uma resistência, onde a diferença de níveis é mais significativa, 0,8 m, mas parcialmente resolvido com uma das tais rampas, esta por sua vez, não cumpre nem com a inclinação nem possui a protecção recomendada (Figura 058).



Figura 057 – Tomar, Convento de Cristo. Rampa provisória entre os claustros da Micha e o dos Corvos



Figura 058 – Tomar, Convento de Cristo. Rampa provisória no corredor do claustro dos Corvos

A sul do claustro dos Corvos encontramos a sala Scriptorium. Mais uma vez é necessário subir um degrau para a alcançarmos. Anexado a esta sala encontramos um núcleo de instalações sanitárias que se repete em outras duas zonas. No fundo do corredor descobrimos a ligação para a varanda da fachada Sul, elevada 0,03 m do pavimento do claustro.

Retornando ao claustro da Micha, pode-se optar por um de dois trajectos, pelo claustro de Santa Bárbara ou pelo claustro da Hospedaria. Optando pela primeira, ao longo do percurso verificamos uma ligeira inclinação que é abruptamente interrompida por uma barreira de 0,24 m (Figura 059), depois de ultrapassada, encontramos nas extremidades norte e sul, os outros dois núcleos de instalações sanitárias, nenhuma delas permite a utilização por pessoas com deficiência.



Figura 059 – Tomar, Convento de Cristo. Corredor de ligação entre os claustros da Micha e o de Santa Bárbara



Figura 060 – Tomar, Convento de Cristo. Rampa provisória entre os claustros de Santa Bárbara e da Hospedaria e irregularidade de piso

Analisando o último claustro, o da Hospedaria, situado 0,16 m abaixo do claustro anterior, com uma rampa improvisada. Aqui encontramos o mesmo problema do piso do claustro da Micha, ou seja o piso irregular em seixo (ver Figura 060).

O terminus da visita é feito por uma pequena sala, situada 0,17 m acima do piso de ligação entre dois claustros, o da Hospedaria e o da Micha. Também aqui é visível o uso de rampa provisória (Figura 061). É por este espaço, que as pessoas com mobilidade reduzida, actualmente entram e saem, usufruindo de uma ínfima parte do Convento, pois só conseguem aceder e percorrer este piso térreo.

Continuando o raciocínio de acessibilidade sugerido para os outros dois pisos, temos por guia o elemento vertical – elevador – que estabelece o vínculo entre todos. No piso térreo, o elevador encontra-se localizado numa sala de arrumos, antiga despensa, de maiores dimensões que as celas anteriores, adjacente ao claustro da Micha. Como



Figura 061 – Tomar, Convento de Cristo. Rampa provisória para a saída

não existem instalações sanitárias para deficientes, proponho a sua construção no extremo oposto ao elevador, utilizando materiais leves (madeira) da mesma cor e textura do novo piso da sala. Neste espaço temos duas opções: ou visitamos a cozinha por um percurso interior ou saímos para o claustro da Micha. Na primeira implica a abertura ao público de duas salas (actualmente indisponíveis) que estão ao mesmo nível da cozinha, permitindo um trajecto sem qualquer tipo de intervenção. Deste modo, seguimos um dos princípios orientadores do presente trabalho, que consiste na criação de percursos, com o mínimo de equipamentos estranhos (rampas, elevadores, plataformas elevatórias, etc.) ao traçado original do conjunto de edifícios.

Terminada a visita à cozinha, é necessário fazer o trajecto em sentido inverso, pela “sala do elevador”, através de uma rampa, para o claustro da Micha. Este piso carece, igualmente, de uma intervenção no sentido de atenuar a sua irregularidade. Proponho a aplicação de uma faixa central num piso regular e aderente, mantendo em seu torno a antiga calçada de seixo, continuando pelo claustro da Hospedaria. Em direcção ao claustro de Santa Bárbara, proponho uma nova rampa no sentido este-oeste. Já no claustro, podemos seguir para o claustro Principal ou regressar ao claustro da Micha. Na primeira opção, serão transpostas duas rampas, a primeira no sentido oeste-este e a segunda no sentido contrário. Contornando metade do claustro Principal, surge-nos um novo espaço, o vestíbulo; aqui subimos a rampa e deslumbramo-nos com esta ruína, que é a casa do Capítulo, com um novo piso em madeira (semelhante à Figura 062). Saindo do vestíbulo e contornando o resto do claustro chegamos ao refeitório e temos a hipótese de descer os quatro degraus para a cozinha ou retroceder até ao claustro Principal, passando pelo de Santa Bárbara e descer até ao da Micha, rumo ao último claustro por visitar, o claustro dos Corvos. Para este propõem-se novas rampas com inclinações correctas: a primeira como o desnível é inferior a 0,4 m sem necessidade de corrimão, a segunda carece de corrimão de ambos os lados, pois o desnível é superior, 0,8 m (em acabamentos semelhantes à Figura 063).



Figura 062 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.
Exemplo de aplicação de piso em madeira



Figura 063 – Castelo de Vide, Póvoa e Meadas.
Exemplo de rampa com ripas de madeira

Fonte: <http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/2007/10/arquitecto-manuel-bagulho-estuda.html>

A saída do Convento passaria a ser feita pela porta no claustro da Micha, que em tempos foi utilizada para venda de pão no exterior. Para que possa haver um percurso coberto é necessário abrir um pequeno vão no lado oeste. Este espaço seria fechado em vidro e com um piso em madeira sobre o original, demarcando a zona de saída à semelhança da entrada. (Vidé Desenho 5)

Desenho 2 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Planta de Implantação

Desenho 3 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Planta Piso 2

Desenho 4 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Planta Piso 1

Desenho 5 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Planta Piso Térreo

Desenho 6 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Pormenor da Rampa para a Entrada

Desenho 7 - Proposta de Acessibilidade para o Convento de Cristo, em Tomar. Pormenor da Plataforma Elevatória para a igreja
Manuelina

2.3. Igreja de São João Baptista

2.3.1. Localização

A igreja de São João Baptista, também conhecida como igreja matriz de Tomar, encontra-se implantada em pleno “coração” da cidade, mais precisamente na Praça da República, no interior do centro histórico. Pertence à freguesia de S. João Baptista, na margem ocidental do rio Nabão, a este do Convento de Cristo. Ladeada por edifícios de habitação, a nordeste deparamo-nos com a Rua Serpa Pinto, também conhecida como Corredoura, a oeste a Praça da República com a estátua do D. Gualdim Pais e a Câmara Municipal (antigos Paços do Concelho), como pano de fundo encontramos as muralhas do castelo templário. Do lado sudeste temos ainda a rua de São João, topónimo aliada à igreja.



Figura 064 – Vista poente da igreja de São João Baptista, em Tomar

2.3.2. Síntese Histórica

A actual igreja de S. João Baptista, é uma ampliação da capela de mesmo nome, a data da sua construção não se sabe ao certo, mas remonta à fundação da vila, provavelmente terá sido erguida por D. Gualdim Pais. Segundo documentos existentes na Torre do Tombo, em 1178, já existia a Rua de S. Joannes⁶¹. Da capela primitiva, pouco ou nada resta, apenas duas representações enigmáticas que se encontram actualmente embutidas na base da torre sineira.

Na época dos Templários, esta era uma zona fulcral da cidade, tal como referi anteriormente. De acordo com as suas condições planas, em contraposição ao cabeço do castelo, tratava-se do espaço mais propício à prática do exercício bélico. Os Templários desciam assim a calçada de S. Tiago, que convergia na Corredoura, local onde se concentravam os cavaleiros para exercitarem as suas corridas com lanças, daí a sua origem. Da intersecção das duas ruas, localizava-se a capela de S. João Baptista, a sua implantação era feita no eixo longitudinal norte-sul, provavelmente por imposições do traçado templário, com dimensões reduzidas, pois apenas servia para os cavaleiros fazerem as suas orações antes dos combates.

Segundo o escritor Amorim Rosa, foi no período do infante D. Henrique que se deu a construção da Praça. E consecutivamente o aumento da capela, “em 1430 já fechava o lado nascente da Praça, (...), entre a Rua de S. João e a Corredoura”⁶². O único vestígio da obra feita pelo infante é o modesto portal gótico, com um simples arco de ogiva na fachada sul, da mesma época que os dois primeiros claustros do Convento (Cemitério e Lavagem).

Após a morte do infante D. Henrique em 1460, o infante D. Fernando, pai do Rei D. Manuel I, é nomeado governador da Ordem de Cristo. Sete anos depois, em 1467, começam as obras de reconstrução da igreja tal como a conhecemos. No decorrer da ampliação, várias foram as transformações: a orientação passou a ser segundo a norma recomendada, cabeceira virada a nascente; aumento significativo das dimensões e consequentemente da estrutura.

As obras de reconstrução dão-se por concluídas, no reinado de D. Manuel I (1495-1521), em 1510, um ano depois finalizam-se as obras na torre sineira, de aspecto medieval. A frontaria conjuga assim a passagem do estilo gótico para o manuelino, tal como a maior jóia arquitectónica, guardada no interior da igreja, o Púlpito, que em 1513 é lavrado com características semelhantes aos labores existentes no Mosteiro da Batalha.

D. Manuel I, em 1520, eleva a Capela Real de S. João Baptista a Colegiada, integrando assim todas as capelas de padroado real. Três anos depois, em 1523, D. João III (1521-1557), ordena a colocação do relógio que se encontrava no Castelo, ou seja, da porta do Sol para a

⁶¹ ROSA, Amorim – *História de Tomar*, vol.1, 2ªed, Tomar, 1988, pág. 94

⁶² ROSA, Amorim. Ob.cit., pág. 94

torre sineira. Após sete anos, em 1530, D. João III, transfere todos os bens existentes na igreja de Santa Maria do Castelo para a igreja de S. João.

No início do séc. XVII são colocados os altares laterais em cantaria, a capela-mor é revestida a azulejos, mas estes acabam por ser retirados, no século XVIII, quando da colocação do retábulo de talha dourada.

Em 1875, a igreja sofre as primeiras obras de restauro, o pavimento é revestido por lajes cobrindo assim as lápides existentes, abriram-se dois vãos na frontaria, para dar mais luz à igreja e imitar o estilo gótico, mas foram tapadas nos primeiros anos do séc. XX, por serem inestéticas⁶³. Em 1883, foi necessário restaurar o portal e o púlpito da igreja.

A 16 de Junho de 1910, este imóvel é classificado como Monumento Nacional.

Segundo documentação existente, a torre sineira sofre a primeira intervenção de restauro em 1931, seguindo-se outras em 1959 e 1970. A degradação do material é comum, principalmente na pedra calcária, deste modo, o portal sofreu a segunda intervenção em 1933/1934, e assim sucessivamente em, 1962, 1975, 1977, 1979.⁶⁴

Em 1940, reconstruíram-se paredes na sacristia, fazendo assim uma modificação geral. Um ano depois efectuaram-se obras na cobertura e reconstruiu-se, na sua totalidade, o coro e dotou-se a igreja de energia eléctrica.

As obras de restauro realizadas mais recentemente datam de 1990, na fachada principal e torre. Consistiram primordialmente em limpeza, reparação de juntas, fixação de elementos, colocação de sistemas anti-pombos.



Figura 065 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Fachada principal com janelas neogóticas, finais do séc. XIX

Fonte: <http://www.ttt.ipt.pt/image.php?id=82&img=36a.jpg>

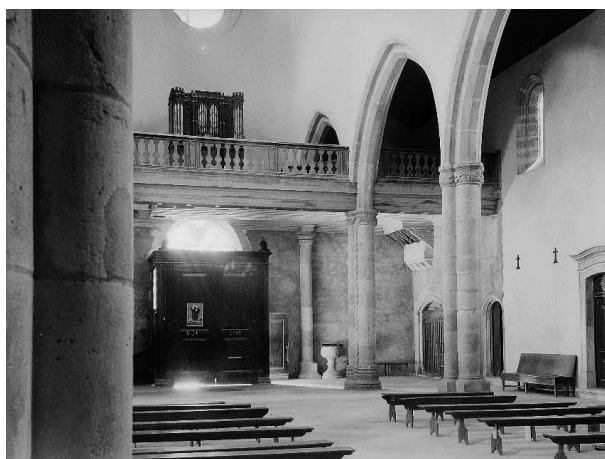


Figura 066 – Tomar, Igreja de S. João Baptista. O coro antes da substituição para madeira

Fonte: D.G.E.M.N.

⁶³ CASTRO (ALVELLOS), Miguel de Mello – *Pedras de Armas de Tomar*, Lisboa, 1955, pág. 62

⁶⁴ Igreja de S. João Baptista - http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx

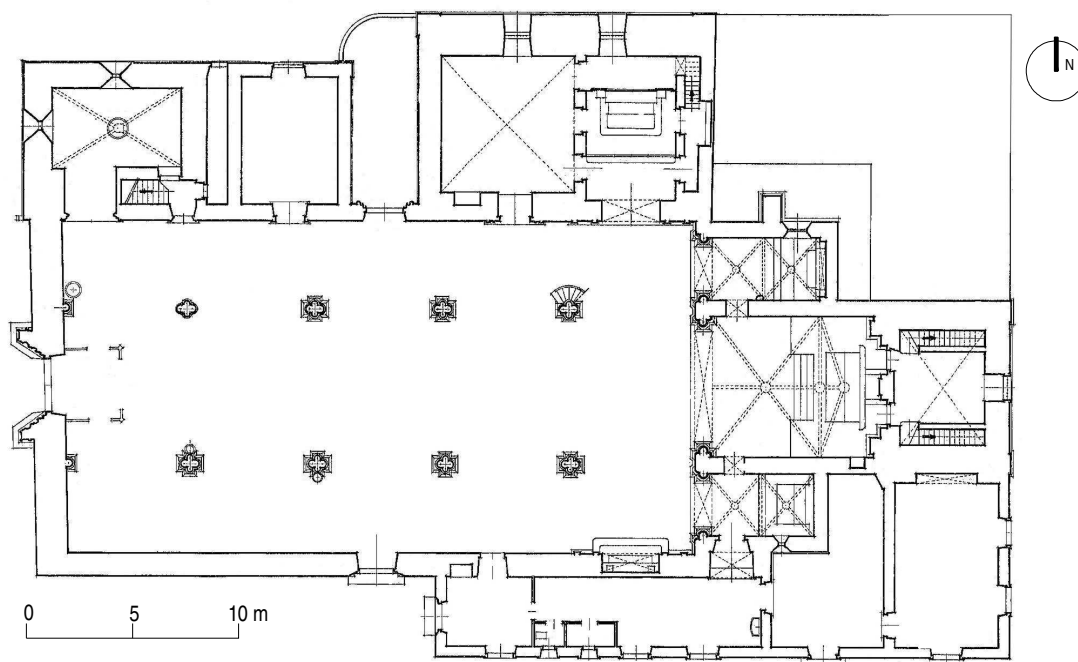


Figura 067 – Tomar, Igreja de S. João Baptista. Planta actual

Fonte: D.G.E.M.N.

2.3.3. Descrição do Edifício

Este templo reúne a presença de vários estilos arquitectónicos, desde o Gótico até ao Barroco.

Na fachada virada a sul estamos perante a porta mais antiga da igreja, em estilo gótico primitivo, construído na época do infante D. Henrique, como já referi anteriormente.

Na frontaria, orientada a este, podemos ver o portal de acesso, segundo Garcez Teixeira “é o último lampejo do estilo gótico antes de se extinguir por completo”⁶⁵. Exemplo do gótico flamejante, com todos os pormenores relacionados com a natureza, ornamentos florais e vegetalistas, apresenta um arco conopial de três arquivoltas, flanqueado por um par de pilastras pinaculadas, que ostentam a dois terços elegantes baldaquinos, ligadas por um friso horizontal de flores-de-lis. Contém ainda um tímpano, com uma série de elementos de grande delicadeza, centrado por um grande baldaquino de primoroso acabamento, onde estaria representado um santo, tal como nas suas laterais. Todo este portal, de autor desconhecido, denota influencia “no âmbito da escultura ornamental das capelas imperfeitas do Mosteiro da Batalha”⁶⁶ Por sua vez a torre sineira denota características manuelinas, com os emblemas que o rei D. Manuel I se fazia representar: a esfera armilar, a cruz de Cristo e o escudo real. Assemelha-se à torre da igreja

⁶⁵ CASTRO (ALVELLOS), Miguel de Mello – *Pedras de Armas de Tomar*, Lisboa, 1955, pág. 60

⁶⁶ FRANÇA, José Augusto – *Tomar*, Lisboa, 1994, pág. 38

matriz de Golegã, que também contém um dos portais mais característicos do Manuelino. A torre da igreja de S. João, divide-se por três corpos: a base de secção quadrada, o corpo octogonal ventanas sineiras e o coruchéu acinzentado.



Figura 068 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Frontaria



Figura 069 – Golegã, igreja matriz. Frontaria

A fachada voltada a norte não contém quaisquer influências do gótico mas sim manuelinas, com todos os simbolismos dos descobrimentos marítimos. A porta lateral construída no séc. XIV, é guarnecida por um arco trilobado acompanhado por duas colunas torcidas, iguais às do pórtico da igreja manuelina do Convento de Cristo.

Ao entrar deparamo-nos com um templo de três naves com cinco tramos em que a nave central é significativamente mais alta do que as colaterais; todas as coberturas de madeira. A nave central alberga clerestório e arcos ogivais suportados por elegantes colunas com capitéis vegetalistas. Na 4ª coluna do lado norte, encontra-se adossada uma grandiosa obra de arte, o púlpito do séc. XV; ao subir a escada em caracol chegamos a um varandim em forma de prisma, com influências do gótico flamejante e alguns simbolismos típicos do manuelino. As semelhanças dos temas equiparam-se ao portal principal, indicando serem obras do mesmo artista. A forma como a pedra calcária é esculpida, trata-se de um autêntico “trabalho de ourives”⁶⁷.

⁶⁷ VELESO, Carlos e PONTE, Salette da - *Imagens de Tomar: Roteiro Histórico*, Tomar, 1990, pág. 39



Figura 070 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Nave central



Figura 071 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Púlpito, séc. XVI

Estamos perante uma planta longitudinal, constituída pelo corpo rectangular da igreja com 29,8 m de comprimento e 14,85 m de largura. Tripla capela-mor com abside e absidiólos rectangulares, comunicantes de estilo manuelino, com abóbadas nervuradas, apoiadas em mísulas e revestidas de azulejos seiscentistas e talha dourada. No absidiolo norte está a imagem do Sagrado Coração de Jesus e no voltado a sul encontra-se a imagem de Nossa Senhora do Carmo.

As capelas existentes no transepto são renascentistas: do lado norte temos a capela do Santíssimo Sacramento, forrada a talha branca e dourada, com o Sacrário e Cristo Crucificado e do lado sul, com acabamentos mais simples, encontra-se a capela de Nossa Senhora de Fátima.

Entrando pelo lado norte, podemos encontrar outra obra de arte o Baptistério, de arco rebaixado de vão largo, com gradeamento. No interior é possível ver a pia baptismal de linhas simples e um tríptico “dos princípios do séc. XVI, belíssima pintura onde se reconhecem influências do flamengo Quentin Metsys e que representa o Baptismo de Cristo (...)”.⁶⁸ Seguidamente, existe o acesso à torre sineira e ao coro, este construído em madeira assente sobre um guarda-vento, suportando um órgão⁶⁹. A terceira porta corresponde à sacristia, a porta subsequente abre-se para a Corredoura, construída no reinado D. Manuel I, como referi anteriormente.

⁶⁸ GIL, Júlio – *As Mais Belas Igrejas de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1989, pág. 118

⁶⁹ Construído por Gray & Davidson, que substitui o do séc. XVIII” Igreja de S. João Baptista - http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx

Do lado sul, deparamo-nos com a porta mais primitiva da igreja, construída no tempo do infante D. Henrique, que se abre para a rua de S. João. Entre a porta primitiva e a capela temos a ligação para a secretaria e sala de reuniões.

Ao deambular pelo templo, podemos ver obras de Gregório Lopes⁷⁰, dispersas pelas paredes laterais, algumas delas fizeram parte do retábulo do altar-mor, substituído no séc. XVII.

Habitados à luz do dia, quando se entra na igreja a iluminação parece insuficiente, o nosso olhar focaliza-se para o brilho dourado vindo do altar-mor.

2.3.4. Proposta de Intervenção

2.3.4.1. Análise e Proposta para a Área Envolvente

A igreja de São João Baptista tem um lugar central relativamente aos outros monumentos, pela sua implantação na Praça da República. Aqui o peão é privilegiado, com um espaço exclusivo, o seu piso é liso e regular junto à igreja, ao contrário da típica calçada em seixo rolado, do século XVIII, que existia nas ruas do centro histórico. (ver Figura 072)

O acesso à Praça da República é restrito a peões. A circulação automóvel fica restringida ao lado sul pela Rua de S. João. O parque de estacionamento, mais perto, encontra-se localizado (a poente) nas traseiras da Câmara, os demais situam-se a norte e a sul. Para descobrir os encantos desta cidade com tanta história é preferível optar pelo circuito pedonal. Mas é necessário ter um cuidado acrescido, pois nem todas as ruas do centro histórico estão interditas ao trânsito. Com exceção da Rua Serpa Pinto (Antiga Corredoura), e da rua perpendicular norte (Rua Silva Magalhães).

As restantes ruas do centro histórico contêm passeios muito reduzidos, ou praticamente inexistentes, como é o caso da rua perpendicular sul (Rua Infantaria 15), aqui encontram-se dois passeios muito reduzidos, como se vê na Figura 073, obrigando os peões a circular na estrada.



Figura 072 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Diferença de pisos na Praça da República

⁷⁰ “Foi um dos mais insígnies pintores do eclético ético Renascimento Português” – http://pt.wikipedia.org/wiki/Gregório_Lopes

No sentido de melhorar a circulação de todos, proponho a supressão do passeio localizado a este, na Rua Infanteria 15, em toda a sua extensão, à excepção do pequeno troço inicial, que terá um passeio mais reduzido com apenas 0,9 m de largura, menos 1,13 m que o anterior. A poente, sugiro o alargamento do passeio para 1 m, onde permite o peão circular em segurança mediante a sua condição física.

Relativamente aos três lugares de estacionamento, situado a sul da igreja, proponho a substituição de parque de cargas e descargas, para parque exclusivo de deficientes. (consultar Desenho 8)



Figura 073 – Tomar, Rua Infanteria 15.
Passeios reduzidos

2.3.4.2. Análise e Proposta para o Interior

Em comparação com os restantes edifícios de carácter religioso, este possui um desnível menor, com uma diferença de cotas entre o pavimento exterior e interior de 0,05 m. (ver Figura 074) No interior, essa discrepância é reduzida para 0,03 m (Figura 075)



Figura 074 – Tomar, igreja de S. João Baptista.
Desnível do exterior

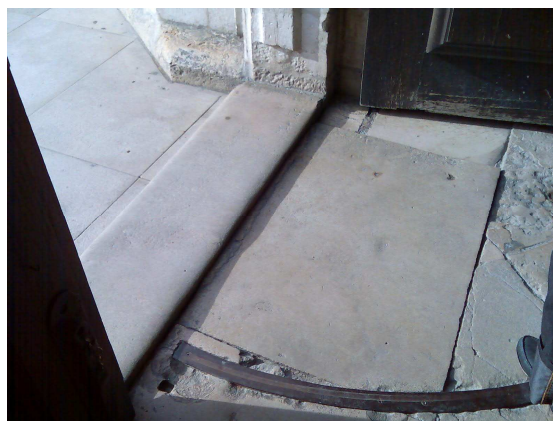


Figura 075 – Tomar, igreja de S. João Baptista. Desnível do interior

Tratando-se igualmente de uma barreira, proponho a construção de duas rampas em chapa metálica, pintada por tinta acinzentada, no exterior e no interior, minimizando, desta forma, o confronto de materiais (pedra e chapa metálica). A do exterior, que terá maior projecção horizontal, estará fixa ao pavimento, as do interior correriam sob a do exterior, quando as portas estivessem abertas estendia-se para o interior, “funcionando como uma gaveta”, (ver Figura 076)

quando as portas estiverem fechadas a rampa é recolhida. A inclinação utilizada foi de 8 %.
(consultar Desenho 8)

Segundo as regras pré-estabelecidas no Decreto-Lei nº 163/ 2006, de 8 de Agosto, as rampas podem “ter uma inclinação não superior a 8 %, vencer um desnível não superior a 0,4 m e ter uma projecção horizontal não superior a 5 m.”⁷¹

As Figuras 077 e 078, são rampas de exemplo aplicadas noutros edifícios.



Figura 076 – Exemplo de sistema de correr, proposto para as rampas do interior

Fonte: Catalogo produtos http://www.escadafacil.pt/ramp_9.htm

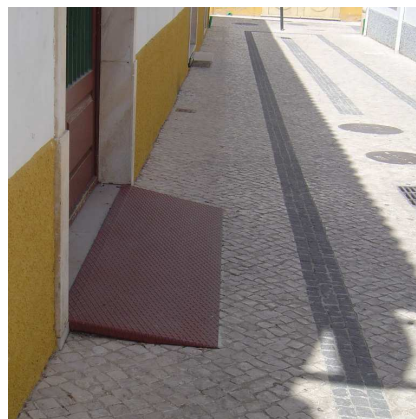


Figura 077 – Tomar, Antigos Correios. Exemplo de rampa em estrutura metálica



Figura 078 – Lisboa, Palácio Pimenta, Museu da Cidade. Exemplo de rampas metálicas

Fonte: http://farm4.static.flickr.com/3611/3625326172_b9cfe89ea5_b.jpg

⁷¹ Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto. Ob cit. pp. 5678

Desenho 8 - . Proposta de Acessibilidade para a igreja de São João Baptista, em Tomar. Planta Piso Térreo e Pormenor

2.4. Sinagoga e Museu-Hebraico

2.4.1. Localização

O templo hebraico, mais conhecido como Sinagoga, localiza-se no interior do centro histórico, na margem ocidental do rio Nabão. Mais precisamente na zona baixa da cidade, a nascente do emblemático Convento de Cristo e a sudeste da Igreja matriz S. João Baptista.

No tempo do infante D. Henrique, concentrou-se aqui a judiaria, a qual deu o nome à Rua da Judiaria. Posteriormente, passou a Rua Nova e, mais recentemente, a Rua Dr. Joaquim Jacinto.

A Judiaria estava compreendida entre a Rua Direita (actualmente Rua da Infanteria 15) e a Rua dos Moinhos, apenas um pequeno troço da Rua Dr. Joaquim Jacinto, à semelhança das outras comunidades judaicas, continham portas que abriam ao nascer do Sol e fechavam ao pôr-do-sol.

O maior vestígio que se encontra desta comunidade é o seu antigo templo, o elemento fulcral da religião, e um anexo adjacente, dedicado ao banho – *mikva*, descoberto mais recentemente.



Figura 079 – Vista norte da Sinagoga, em Tomar

2.4.2. Síntese Histórica

De acordo com testemunhos epigráficos da época, a presença do povo judaico na Península Ibérica remonta ao início do século II d.C., embora em Portugal, o seu valor histórico só é referido no século XVI. Caracterizam-se como um dos maiores grupos de influência económica para a sociedade medieval portuguesa e conjuntamente um dos maiores recursos da coroa, pois proporcionaram o financiamento de várias viagens nas Descobertas Marítimas⁷².

É importante referir que os judeus não se misturavam com o resto da população, viviam em bairros designados de Judiaria, comunas privadas de judeus, cujo núcleo central era a Sinagoga⁷³, ou Templo. Normalmente situavam-se junto das zonas de maior circulação de gentes e mercadorias num recinto fechado.

A comunidade judaica fixa-se em Tomar no decorrer da Idade Média, entre os séculos XIV e XV, sob influências do infante D. Henrique, mestre da Ordem de Cristo, que proporcionava facilidades aos cidadãos que se fixassem no local. Ambos tiveram um contributo fundamental para o desenvolvimento económico e cultural da cidade, assim como para “o andamento da máquina político-administrativa da Ordem de Cristo”⁷⁴.

Entre 1430-1460, dá-se a construção da Sinagoga, fundada pelo Rabi sefardita Joseph Caro. Mas em 1496, o rei D. Manuel I (1495-1521)⁷⁵ decretou a expulsão dos judeus de Portugal e a utilização daquele espaço como templo judaico foi proibida.

Segundo Samuel Schwarz⁷⁶ (1880-1953), na Sinagoga “original”, os homens e as mulheres faziam as suas orações separadamente. O único elemento em comum seria a entrada, que dividia os homens para nascente, e as mulheres para sul, esse “hall de entrada” fazia ainda a ligação a um primeiro piso designado de sobradado, onde presumivelmente estaria a escola ou

⁷² PONTE, Salette e FERREIRA, Luís – “Um Tempo uma Exposição a Sinagoga de Tomar, 500 anos de História”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 15, 1991, págs.125 e 126

⁷³ Sinagoga: Local de culto, de reunião comunitária, de assistência social e de formação escolar.

⁷⁴ LAPA, Maria Fernanda – “A Sinagoga de Tomar – Seu enquadramento na problemática da presença judaica em Tomar”, *Boletim Cultural Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº11/12, 1989, págs. 37 a 47

⁷⁵ D. Manuel I antes de casar com a princesa Isabel de Espanha, assinou um contrato que tinha como objectivo expulsar os hereges (mourões e judeus) do território nacional. Com a subida ao trono, em 1495, tentou que a princesa reconsiderasse mas o mesmo não aconteceu e em 5 de Dezembro de 1496 assina o decreto da sua expulsão. Os judeus não concordando com a proposta tentam fugir, mas apenas o porto de Lisboa estava disponível. É aí que D. Manuel I comete mais um erro e rapta as crianças menores de 14 anos, para serem criadas por famílias cristãs e posteriormente baptizadas. É através destes forçados baptismos que nascem os cripto-judeus, que praticavam o judaísmo em segredo. Os cristãos mais antigos desconfiavam da sinceridade da fé praticada pelos “cristãos novos”. Em 1506, ocorreu o chamado Pogrom de Lisboa, o massacre que vitimou mais de dois mil judeus, entre homens, mulheres e crianças.

Cfr. http://pt.wikipedia.org/wiki/Judeus_em_Portugal#Da_Expuls%C3%A3o_ao_Pogrom_de_Lisboa

⁷⁶ Judeu polaco, investigador da cultura hebraica, comprou a Sinagoga, suportou obras de limpeza e desterro, doando posteriormente ao Estado. Cfr. http://pt.wikipedia.org/wiki/Samuel_Schwarz

a casa do hazan⁷⁷, pois nunca se encontravam no piso térreo.

Em 1516, a sinagoga é adaptada a cadeia pública. A prisão dos homens localizava-se na área do templo propriamente dito, por sua vez, as mulheres ficavam num anexo lateral contíguo ao templo, designado de “logoa” onde as judias faziam a sua oração, ladeado por um gradeamento de madeira.

Não se sabe ao certo, mas julga-se que a transferência da cadeia para o Paço Municipal ocorreu após a conclusão das suas obras, entre 1542 e 1550.

De acordo com documentação arqueológica e literária, a sinagoga passou de cadeia para ermida de São Bartolomeu entre o final do século XVI e início do século XVII. A modificação de função para capela careceu de obras. Fecharam as frestas abertas para a instalação da cadeia das mulheres, fechou-se o acesso para o exterior da porta do levante, que seria apenas visível do interior; anteriormente comunicava com uma casa sobrada, espécie de átrio da entrada. Todas estas dependências pertenceram à “antiga sinagoga”.

Segundo o testemunho de alguns habitantes da época, pois não existe documentação catalogada, consta que terá existido um altar na parede do fundo e uma pia de água benta, adaptações ao catolicismo que acabaram por ser demolidas. Da era católica, a alteração mais significativa é o alçado norte, “a janela grande de pedraria com a sua grade de ferro para a rua nova”⁷⁸ foi destruída e deu lugar à actual porta de entrada.

Em relação à prisão das mulheres e aos aposentos do carcereiro, localizados a nascente do templo, foram destruídos entre os séculos XVII e XVIII, para darem lugar a um palácio.

Durante as inúmeras mudanças ocorridas ao longo da sua utilização, nunca a sua estrutura foi abalada, excepto nos finais do século XIX, quando foi convertida em adega e armazém de cereais, isto porque o espaço não estava equipado para receber esta nova função.

Esta relíquia judaica foi classificada como monumento nacional a 1921.

Em 1923, o Dr. Samuel Schwarz, adquiriu a Sinagoga. Mais tarde dou-a ao Estado, no ano de 1939, para a instalação do Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto⁷⁹.

As escavações arqueológicas efectuadas mais recentemente, em 1985, a poente da Sinagoga, revelaram um anexo destinado ao banho sagrado para purificação “*mikveh*”, ou também conhecido como o culto Sabático feminino.

⁷⁷ “O Funcionário de uma Sinagoga, que conduz a parte litúrgica do serviço e canta as orações ou cantos destinados a ser executados como solos” – <http://www.thefreedictionary.com/hazan>

⁷⁸ SIMÕES, J. M. Santos - *Tomar e a sua Judiaria*. Edição do Museu Luso-Hebraico, Tomar, 1943, pág. 56

⁷⁹ Protegido do rei D. João II, obrigado a fugir juntamente com os seus familiares para Constantinopla, por causa do acordo que D. Manuel I tinha feito antes de se casar. http://pt.wikipedia.org/wiki/Abra%C3%A3o_Zacuto

Estas novas descobertas contribuíram para a execução de um plano de recuperação da Sinagoga (Templo e Anexo), concretizando assim um desejo antigo de Samuel Schwarz, que seria o de restabelecer a memória de um povo massacrado pela história.

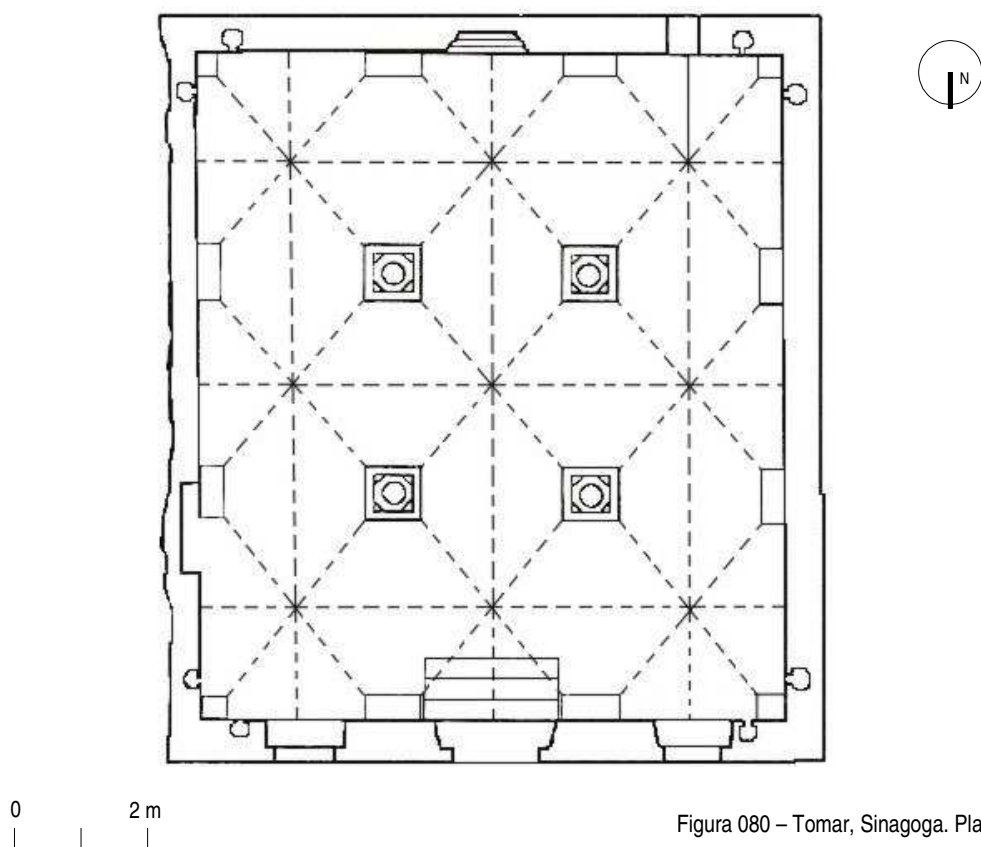


Figura 080 – Tomar, Sinagoga. Planta actual

Fonte: SIMÕES, J.M.- Tomar e a sua Judiaria.
Edição do Museu Luso-Hebraico, Tomar, 1943

2.4.3. Descrição do Edifício

Sendo o exterior da Sinagoga alterado, aquando da instalação da ermida de S. Bartolomeu, manifesta pouco interesse arquitectónico, como templo.

Por sua vez no interior, “não que as suas dimensões nos subjuguem ou os olhos se prendam em primores ornamentais, mas uma sensação curiosa se apodera de nós, como se, com a nossa entrada, profanássemos um templo proibido.”⁸⁰

A sua configuração arquitectónica é equiparada a certas mesquitas de Magreb. Consta-se que Joseph Caro, natural de Toledo, terá trazido influências de viagens efectuadas à Turquia

⁸⁰ SIMÕES, J. M. Santos - *Tomar e a sua Judiaria*. ob. cit., pág. 60

e a Jerusalém, e terá posteriormente construído uma Sinagoga em Safed⁸¹, segundo as práticas da Península Ibérica.

A entrada primitiva da Sinagoga era feita lateralmente, a nascente da actual porta, dividindo a sinagoga dos homens e das mulheres. Os primeiros entravam e viravam para ocidente, é ainda possível ver do seu interior, a porta do levante que fazia a ligação da antecâmara para o Templo, por sua vez as mulheres como eram em menor número, seguiam para sul quando entravam. Todo este anexo (entrada e sinagoga feminina) foi destruído.

Desenvolvendo-se num espaço de planta rectangular, com 9,50m de comprimento e 8,20m de largura, medidos no seu interior, dividido em três naves, coberto por uma abóbada de arestas vivas, caiada, de nove tramos sem nervura, construída em tijolo e apoiada no centro por quatro colunas cilíndricas de capitéis com feição bizantina, e em mísulas⁸² apoiadas nas paredes laterais.



Figura 081 – Tomar, Sinagoga. Portal de entrada para a Sinagoga dos homens, séc. XV

Fonte: <http://www.ttt.ipt.pt/image.php?id=85&img=15a.jpg>



Figura 082 – Tomar, Sinagoga. Abóbada

Toda a construção encerra um enorme simbolismo. Por exemplo as doze mísulas, representam as doze tribos de Israel, por sua vez as quatro colunas simbolizam as quatro matriarcas: Sara, Rebeca e as duas gémeas Léa e Raquel, filhas de Labão, razão pela qual existem dois capitéis iguais em duas colunas, que divergem das restantes.

Para a resolução do problema da acústica, foram colocadas oito bilhas de barro, invertidas, ocultas nos ângulos superiores dos referidos alçados, onde apenas era visível um orifício, o gargalo da mesma.

⁸¹ É uma cidade do Nordeste de Israel. Situada acima do nível do mar, a uma altitude de 800 metros. Praticamente toda a população da cidade é judaica. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Safed>

⁸² É um ornato que ressaí de uma superfície, geralmente vertical, e que serve para sustentar um arco de abóbada. <http://pt.wikipedia.org/>



Figura 083 – Tomar, Sinagoga. Extremo noroeste onde é visível a bilha que está no interior da parede



Figura 084 – Tomar, Sinagoga. Pormenor da bilha invertida

É notória a existência de algumas frestas e janelas dos lados sul e nascente, que serviam de iluminação e arejamento à Sinagoga, essenciais para a leitura adequada da Tora⁸³, virado para a ocidente, tal como um exemplar do Velho Testamento e um candelabro para sete velas, o chamado “menorah”.

Em suma, todos os templos judaicos contêm: salas de culto separadas para homens e mulheres; anexos para os rituais banhos femininos; locais de estudo das Sagradas Escrituras; escola para ensino da Lei Mosaica⁸⁴ às crianças; os alojamentos e local de estudo do “Rabi”.

⁸³ É o nome dado aos cinco primeiros livros, que constituem o texto central do judaísmo, os livros de Moisés, mas o termo Tora é também aplicado ao Antigo Testamento como um todo. <http://pt.wikipedia.org/>

⁸⁴ Em hebraico a Lei é chamada de Tora, que pode significar também instrução ou doutrina

2.4.4. Proposta de Intervenção

2.4.4.1. Análise e Proposta para a Área Envolvente

A Sinagoga está instalada no interior do núcleo histórico da cidade. Com as alterações a que foi sujeita ao longo da história, as suas características perderam-se, confundindo-se actualmente com o resto dos edifícios envolventes.

Situada na Rua Joaquim Jacinto, o seu acesso pode ser realizado, via automóvel, sentido oeste-este ou via pedonal.

Aqui sobressai um dos poucos vestígios da típica calçada em seixo rolado, do século XVIII, que não chegou a ser removida aquando das obras de saneamento básico, decorridas durante o ano de 2008 e início de 2009 (ver Figura 085).

Este troço, será uma espécie de “museu”, pois o actual Presidente da Câmara, pretende substituir a calçada das restantes ruas



Figura 085 – Tomar, Rua Joaquim Jacinto. O que resta da calçada de seixo do séc. XVIII



Figura 086 – Tomar, Rua dos Moinhos. O novo piso em calçada portuguesa e faixa central

à semelhança das que já foram repavimentadas em calçada portuguesa. (ver Figura 086)

Segundo o Presidente, “a substituição para um piso mais liso facilitará a circulação de peões, diminuindo a taxa de incidentes a que as senhoras ao usarem sapatos altos eram sujeitas (entorses e quedas), causados pela irregularidade do piso”⁸⁵. É compreensível a posição do Presidente da edilidade,

porém, caminhando para uma cidade acessível a todos, não deve ser esta a principal preocupação, mas antes, as pessoas com mobilidade reduzida que são as mais afectadas e que acabam sempre por ser esquecidas.

Não é na destruição das nossas memórias que reside a solução. Na minha opinião, podemos sempre melhorar o nosso património, adaptando-o às nossas necessidades, sem o danificar drasticamente.

⁸⁵ Jornal *O Mirante*, Santarém, 16/10/2008

Proponho assim, a recolocação da típica calçada de seixo, nas ruas do centro histórico e a construção de uma faixa central, num piso regular e aderente, onde num nível inferior circularia toda a tubagem de infra-estruturas (saneamento, cabos eléctricos, condutas de gás, etc.). Caso houvesse necessidade de reparação apenas era retirada a faixa central, mantendo o resto intocável. (à semelhança da Figura 087) Para melhorar o caminho dos invisuais sugeria a colocação de piso tátil (direccional e de alerta), não só nesta rua, mas pela cidade em geral. (Figura 088)



Figura 087 – Coimbra, Rua de Sobre Ripas.
Exemplo de piso aderente



Figura 088 – Brasil, Curitiba. Exemplo de piso tátil de alerta e direccional

No caso específico da Rua Joaquim Jacinto, sugiro ainda a exclusividade ao peão, vedando-a ao trânsito, como já acontece em outras ruas da cidade. Cuidando não só dos peões mas também do próprio património. (consultar Desenho 9)

2.4.4.2. Análise e Proposta para o Interior

A irregularidade do piso não é a única dificuldade a que se está sujeito, para visitar o templo hebraico.

Chegando à porta, temos uma soleira sobrelevada do solo 0,20 m, um rebaixamento de 0,07 m onde corre a porta, seguido de três degraus até avistar o pavimento interno. Somando têm um total de 0,73 m, entre a soleira e o interior da Sinagoga. É necessário salientar que as escadas não possuem corrimão, de acordo com as novas regras, “as escadas que vencerem desníveis superiores a 0,4 m devem possuir corrimãos de ambos os lados.”⁸⁶

⁸⁶ Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto. Ob. cit., pp. 5678



Figura 089 – Tomar, Sinagoga.
Desnível exterior

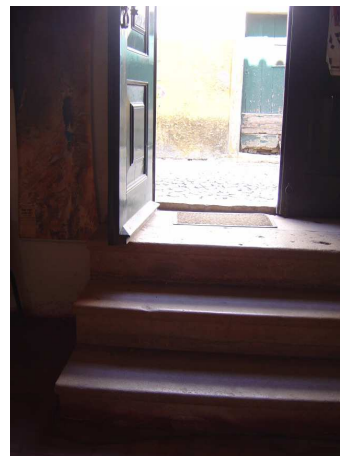


Figura 090 – Tomar, Sinagoga.
Desnível interior

Não obstante a ideia inicial de recuperar o acesso primitivo do Templo - entrada lateral - tal solução deixou de ser aceitável, a partir do momento em que se constatou que o espaço adjacente é uma propriedade privada e nele foi construída uma casa de habitação. Com efeito, só através da expropriação deste edifício seria possível aceder à porta original da Sinagoga, algo improvável, actualmente.

Sendo assim, a minha proposta passa pelo rebaixamento da soleira, à semelhança da porta contígua, que faria a ligação à porta primitiva. (ver Figura 091)



Figura 091 – Tomar, Sinagoga. Desnível onde se encontrava a porta primitiva, que fazia comunicação com a porta do Levante

Note-se que a actual porta e degraus são adaptações, a que a Sinagoga foi sujeita quando funcionou como igreja católica, entre o final do séc. XVI e início do XVII, como já foi referido, anteriormente.

Das propostas apresentadas, esta pressupõe, à primeira vista, uma intervenção mais agressiva, contudo consiste apenas na eliminação de três degraus que não pertencem sequer às características primitivas da Sinagoga.

Assim, pretendo minimizar o desnível para 0,54 m, construo novos degraus, em pedra, tal como aqueles que lá existem, isto porque se enquadra melhor com os materiais utilizados no interior; as excepções baseavam-se na supressão do focinho. O aumento do primeiro patamar para 1,05 m de profundidade, mais 0,55 m quando a porta está aberta permite uma rotação de 360°. A escada terá um corrimão completo do lado nascente e um incompleto do lado poente,

não abrangendo o patamar inicial, pois poderá apoiar-se na própria estrutura da plataforma elevatória. Em ambas as extremidades do corrimão existirão inscrições em Braille e ainda a colocação de uma faixa antiderrapante, encastrada junto à extremidade dos degraus, com 0,04 m de afastamento. (Consultar Desenho 9)

O mecanismo vertical que pretendo utilizar pertence ao catálogo da empresa Escadafácil, Lda. O modelo escolhido é o Hiro 450, que pode ser usado até um 1,5 m de elevação máxima. Contém uma plataforma automática, “fabricada de acordo com as Normas de Segurança Europeias, e aprovada pelo organismo oficial alemão TUV”⁸⁷, que funciona com a energia do acumulador, em caso de falha de energia. A plataforma é em duralumínio, com piso anti-derrapante e estrutura em aço inox. A opção reverte para a plataforma de 0,9 x 1,10 m com elevação de 0,50 a 1 m. (exemplo do modelo escolhido Figuras 092 e 093)



Figura 092 – Aplicação do modelo Hiro 450, parado

Fonte: Catálogo dos produtos -
<http://www.escadafacil.pt/fotosH450.htm#>



Figura 093 – Aplicação do modelo Hiro 450, a deslocar-se

Fonte: Catálogo dos produtos -
<http://www.escadafacil.pt/fotosH450.htm#>

⁸⁷ Modelo Hiro 450 - <http://www.escadafacil.pt/caracH450.htm>

Desenho 9 - Proposta de Acessibilidade para a Sinagoga, em Tomar. Planta Piso Térreo e Pormenor

2.5. Igreja de São Francisco

2.5.1. Localização

O conjunto religioso, constituído pelo convento e igreja de S. Francisco, encontra-se situado na extremidade do núcleo histórico da cidade, margem ocidental do rio Nabão, na freguesia de S. João Baptista.

Esta zona é caracterizada como o rossio da Várzea Grande, nome atribuído pelos Templários, grandes impulsionadores da vila. Mais exactamente na Avenida General Bernardo Faria.

Actualmente imóvel classificado (igreja e claustro), encontra-se na posse da Fraternidade Franciscana Secular de Tomar. A Câmara por sua vez, mantém em seu domínio o pátio, onde no piso térreo funciona o Museu Municipal (Núcleo de Aquiles da Mota Lima), mais conhecido pelo Museu dos Fósforos⁸⁸ e a Oficina de Olaria e Azulejaria. No primeiro piso temos o auditório do Médio Tejo e a empresa Astaq Técnica Eim.



Figura 094 – Vista nascente do Convento de São Francisco, em Tomar

⁸⁸ Contém a maior colecção filuminística da Europa, iniciada em 1953 pelas mãos de Aquiles de Mota Lima, cidadão Tomarense. Esta colecção viu o seu início na viagem de navio que Aquiles fez até Londres e onde travou conhecimentos com uma colecionadora americana. Actualmente a colecção ronda as 43 mil caixas representado por 122 países. http://tomar.com.sapo.pt/museu_fosforos/index.html

2.5.2. Síntese Histórica

A igreja faz parte de um conjunto religioso, denominado por Convento de S. Francisco, tal como o nome indica, tinha como objectivo albergar os frades da Ordem de S. Francisco. A sua chegada a Portugal remonta ao ano de 1217.

Não se sabe ao certo, mas existe documentação que anuncia que no local onde se ergue actualmente o convento terá existido na época dos Templários a capela de Nossa Senhora dos Anjos, um dos muitos patrimónios destruídos na cidade.

Os Franciscanos antes de viverem em Tomar, concentravam-se numa aldeia nos arredores, denominada de Santa Cita. O rei D. Dinis I (1279-1325) concedeu-lhes um espaço na Várzea Grande, tratando-se das poucas terras nas imediações que não pertenciam a Ordem de Cristo.

Segundo historiadores, os Frades tinham em Tomar uma casa onde os seus doentes recuperavam. Sendo na época, uma vila notável, ambicionavam mudar-se adquirindo assim mais recursos em relação à aldeia onde se encontravam.

Em 1562, o provincial da Ordem Franciscana, Frei Manuel da Esperança⁸⁹, obteve licença régia, e a Câmara concordou em ceder um terreno na Várzea Grande. Mas em 1566 D. Henrique, grão-mestre da Ordem de Cristo, contrapôs-se a essa cedência alegando que os terrenos pertenciam à Ordem de Cristo. A Câmara levou o assunto para tribunal, onde acabaria por ganhar após 58 anos de espera, em 1624, durante o reinado de D. Filipe III ou Filipe IV de Espanha (1621-1640).

Os Franciscanos foram assim autorizados a construir um convento em Tomar, onde inicialmente pretendiam, mas com a condição de não abandonarem as instalações anteriores, o convento de Santa Cita. De acordo com a história seráfica, o início da sua construção remete para o ano de 1625 e não para 1628, como custa na lápide (visível do lado esquerdo na fachada da igreja).

É notória a morosidade da obra dos grandes edifícios, sobretudo aquelas que pertenceram aos Franciscanos, pois os fundos para as suas obras provinham de esmolas recebidas. A conclusão da igreja ocorre 35 anos depois do seu início, em 1660, mas as obras no corpo da igreja foram terminadas em 1636, como é possível ver na lápide existente na capela-mor.

⁸⁹ Franciscano da província de Portugal, na qual exerceu vários cargos, inclusive os de Provincial, escreveu a história Seráfica da ordem dos frades menores na província de Portugal, primeira parte, que contém o seu principio, e argumento no estado de custódia, obra publicada em Lisboa, no ano de 1656. ROSA, Amorim - *História de Tomar*, volume II, Santarém 1982, pág. 13

No ano de 1700, inicia-se a construção do primeiro claustro, sob as ordens do padre Pedro do Cenáculo.

Em 1834 decreta-se em Portugal a extinção das ordens religiosas. Ao fim de 14 anos, em 1848, o convento foi entregue ao Batalhão de Caçadores nº 7, onde viriam a estabelecer um Hospital Militar.

No ano de 1856 foi decretado pela Lei de D. Pedro, e concedido à Câmara Municipal de Tomar, o convento, com excepção da igreja, para que nele ficasse sediado o quartel, hospital e cemitério.

A 1940 é colocado no altar-mor da igreja, a escultura de um raríssimo Calvário proveniente do Convento de Xabregas⁹⁰, esta obra de adaptação terminou cinco anos depois, em 1945.

Em 1958, foi proposta, pela União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, a classificação do conjunto monástico (igreja e claustro) como imóvel de interesse público. Tal veio a ocorrer um ano depois, a 8 de Maio de 1959. Seis anos, mais tarde, em 1964, o regimento de infantaria nº 15, instalado na parte conventual, é transferido para novas instalações e a Ordem Terceira ocupa novamente o claustro, sendo que a igreja já lhe havia sido entregue.

A 28 de Dezembro de 1973, entrou em vigor o Decreto nº 705/73, do Ministério do Exército, que versa o seguinte: “Considerando a necessidade de garantir as medidas de segurança indispensáveis às instalações militares do Convento de S. Francisco (futuro Quartel-General da Região Militar de Tomar), (...)” segundo o seu artigo 1.º “Fica sujeita a servidão militar (...) a área de terreno confinante com as propriedades militares do Convento de S. Francisco, da messe de oficiais e delegação da Manutenção Militar na cidade de Tomar (...)”⁹¹.

Em 1977 foi refundada a Fraternidade Franciscana Secular de Tomar, por haver apenas três padres já com uma idade avançada. A igreja, que se encontrava emprestada ao quartel-general, passou novamente para o domínio franciscano. Um ano depois, dado o avançado estado de degradação do edifício, surgiram infiltrações ao nível da cobertura, danificando assim, tectos e abóbadas. Chegou mesmo a acontecer um desabamento da parte central do telhado e abóbada sobre a escadaria principal do Convento.

No ano de 1979, toda a área ocupada pelos serviços militares foi desafectada ao Ministério da Defesa Nacional e devolvida ao Ministério das Finanças. Em 1983, a área não classificada foi cedida à Câmara Municipal, a qual ficou incumbida de “vedar os vãos que

⁹⁰ “O Mosteiro de Xabregas, foi um convento da Ordem dos Franciscanos sito no lugar de Xabregas, freguesia do Beato da cidade de Lisboa. O mosteiro foi fundado no lugar onde terá existido o paço real de Enxobregas, que entretanto tinha sido abandonado e se encontrava em ruínas.” http://pt.wikipedia.org/wiki/Mosteiro_de_Xabregas

⁹¹ Decreto nº 705/73 do Diário do Governo – 1ª Serie nº300- suplemento, de 28.12.73 pág. 2504-(3)

existam nas paredes que separaram a parte cedida, e de demolir os anexos adossados à fachada posterior do edifício.”⁹² Dois anos mais tarde, a Fraternidade comprou o claustro ao Estado, ficando assim na posse de parte significativa do conjunto monástico – igreja e claustro.

Actualmente a Câmara continua a manter posse da parte não classificada (pátio), onde se encontra o Museu dos Fósforos, a Oficina de Olaria e Azulejaria, o auditório do Médio Tejo e a empresa Astaq Técnica Eim. O imóvel de interesse público (igreja e claustro) encontra-se sob o domínio da Fraternidade Franciscana Secular de Tomar, a igreja está aberta ao público, o acesso ao claustro ainda se encontra interdito, pois as obras de recuperação ainda não estão terminadas.



Figura 095- Tomar, igreja de S. Francisco. Vista sul do Pátio

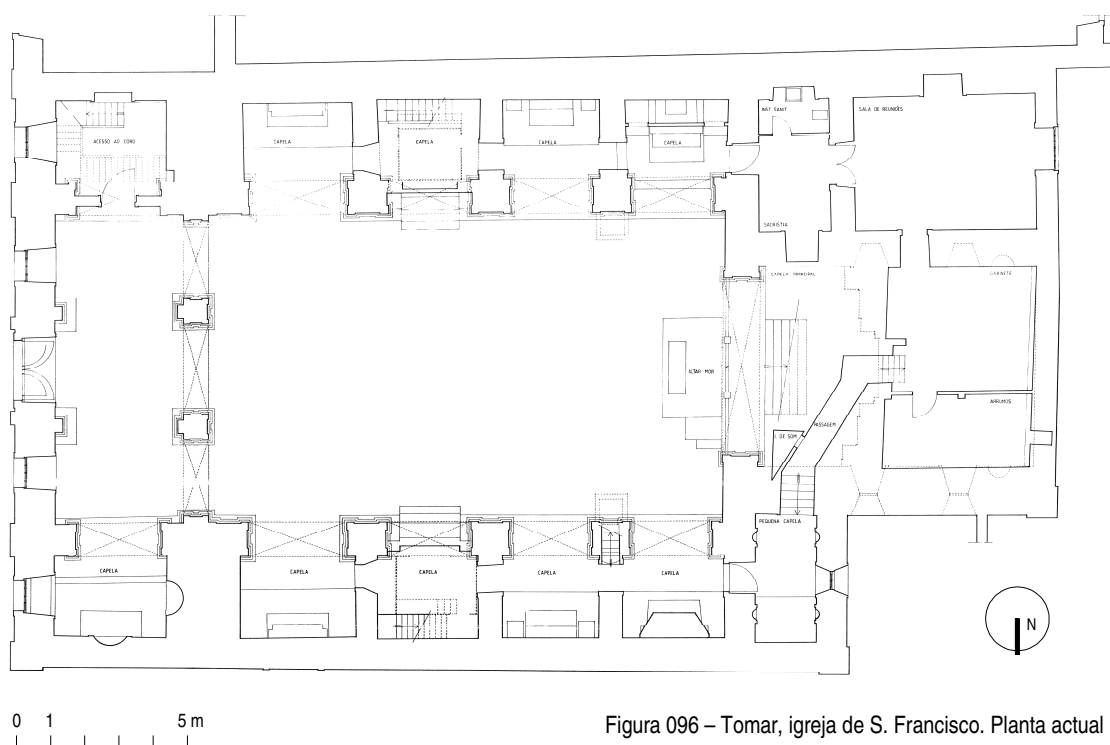


Figura 096 – Tomar, igreja de S. Francisco. Planta actual

Fonte: astaq técnica, empresa intermunicipal

⁹² Igreja de São Francisco - <http://www.monumentos.pt>

2.5.3. Descrição do Edifício

Como já referi anteriormente, trata-se de um conjunto conventual, constituído pela igreja e pelos lugares regulares anexos. Caracteriza-se como um exemplar típico da Arquitectura Chã.

A fachada principal possui características maneiristas, abrangendo a frontaria da igreja e o corpo conventual. A igreja sobressai com mais um piso, em relação à parte conventual, perfazendo um total de três andares. No piso térreo, encontramos o portal principal, ladeado por duas janelas quadrangulares, com inscrições de duas cruzes em pedra, o segundo corresponde à parte do coro alto, iluminado por três janelas de vão rectangular, no último andar, com o frontão contracurvado e dois vãos circulares que abrange o corpo central.

A torre sineira ergue-se no lado norte. Nas fachadas voltadas a norte e sul, verificamos a utilização de contrafortes arqueados, que têm como função receber as descargas da abóbada. Quando os franciscanos ainda viviam no convento existia uma porta na fachada norte, como ainda é possível ver através dos seus contornos, que fazia a ligação da igreja para a chamada casa dos Despachos. Destruída na altura da mudança para quartel militar. Este não foi único vão entaipado, também a ligação que os padres faziam, da igreja para o claustro, feita através da sacristia, desapareceu.



Figura 097- Tomar, igreja de S. Francisco.
Vista do interior



Figura 098- Tomar, igreja de S. Francisco.
Fachada lateral norte

Ao entrar na igreja, deparamo-nos com o revestimento azulejar de padrão de massaroca (séc. XVII), e no tecto, podemos ainda observar abóbadas de arestas, pintadas de fresco com grotescos dourados em “tromp d’oeil” sobre fundo branco, que sustentam o coro alto. Com uma única nave, sem transepto, coberta por uma abóbada de berço, de alvenaria caiada, iluminada pelas janelas do clerestório (galeria superior) e pelos vãos das janelas da frontaria.

O templo contém uma planta longitudinal, composta por vários rectângulos, o da nave com 24,9 por 10,9 m, o da capela-mor 11,65 por 7,35 m, com menores dimensões, e ainda as

quatro capelas adjacentes à nave no lado norte e sul. Estas capelas comunicam entre si e abrem-se para a nave central através de arcos de volta perfeita. A cada capela corresponde um Santo. Na primeira capela, do lado norte, revestida por azulejos polícromos temos a padroeira da cidade a Santa Iria, segue-se o quadro com o mártir S. Sebastião; a imagem de N^a Sr.^a Conceição; o quadro com o Santíssimo e a escultura de S. Francisco. No extremo sul temos o acesso ao coro alto, seguida da capela com o quadro com Menino Jesus de Braga, a imagem de N^a. Sr.^a de Fátima, o quadro do S. António e Santa Clara de Assis e a escultura do Cristo crucificado.

Na capela-mor, é marcante a sua profundidade coberta por uma abóbada de berço, com caixotões de pedra e apresenta ainda um retábulo em talha dourada e policromada com arquivoltas e colunas torsas livres, assentes em pedestais de calcário branco e vermelho. Enaltecida por um raríssimo Calvário, de 30 imagens de tamanho natural, relativas à Paixão de Cristo.

Existem várias lápides tumulares espalhadas pela igreja, primordialmente na zona da nave, inclusive na capela do lado do sul e capela-mor.

O claustro situa-se contíguo a igreja, do lado sul, de planta quadrada, composto por sete tramos em cada ala e dois andares. Ao longo do andar superior, é evidente uma varanda de balaústres.



Figura 099- Tomar, igreja de S. Francisco. Nave e Capela-mor, com a escultura do Calvário



Figura 100- Tomar, igreja de S. Francisco. Claustro adjacente à igreja

Fonte: D.G.E.M.N

Na parte não classificada encontra-se o pátio, amplo de planta quadrangular, também com dois níveis.

A tipologia desta igreja, de “caixa abobadada”, assemelha-se à igreja jesuítica do Espírito Santo, em Évora, pelo seu carácter maneirista.

2.5.4. Proposta de Intervenção

2.5.4.1. Análise e Proposta para a Área Envolvente

No extremo sul do núcleo histórico, encontramos a igreja de São Francisco, que faz parte de um conjunto monástico, composto por igreja, claustro e um pátio, como já referi. A zona de intervenção refere-se exclusivamente à igreja, visto o claustro ainda estar interdito ao público e o pátio não estar classificado como monumento nacional.

O acesso pode ser feito através da Av. General Bernardo Faria, via pedonal ou automóvel (apenas no sentido norte-sul). Em alguns troços desta avenida, o peão circula ao mesmo nível que o automóvel, sem qualquer tipo de segurança, pela inexistência de passeios, como é possível ver na Figura 101. Deste modo, para melhorar a circulação de todos, é indispensável a construção dos respectivos passeios.

Nos troços em que estes já existem, a circulação pedonal faz-se, ainda assim, com dificuldade, devido à existência de alguns obstáculos (árvores, caixotes do lixo, sinalização vertical). Recomendo, pois, nos casos aplicáveis, a sua remoção ou correcção através da colocação de piso tátil de alerta em seu torno, contribuindo para a segurança de todos os peões.

Na envolvente do monumento, verificamos que o adro da igreja é ocupado por um parque de estacionamento, com lugar para cerca de 20 viaturas. Não obstante os problemas de estacionamento existentes na cidade, importa acima de tudo realçar os malefícios causados, quer ao imóvel pela libertação excessiva de CO₂, que contribuiu para a sua degradação, quer às pessoas, colocando-as em perigo quando se deslocam para a igreja, quer ainda ao nível do pavimento, contribuindo para a aceleração da sua degradação (Figura 102).



Figura 101 - Tomar, Av. General Bernardo Faria. Notar a inexistência de passeios



Figura 102 - Tomar, Igreja de S. Francisco. Estacionamento junto à igreja

Como resultado da análise anteriormente descrita, proponho uma valorização do monumento com o prolongamento da zona verde para o espaço que antecede a frontaria. Restringir o estacionamento apenas a uma faixa perpendicular, que por sinal já existia no extremo sul. Estes novos lugares de estacionamento deveriam estar reservados a pessoas deficientes, que engloba não só os deficientes, mas também grávidas e idosos. (Consultar Desenho 10)

2.5.4.2. Análise e Proposta para o Interior

Actualmente a entrada para a igreja é feita pelas portas secundárias, também conhecidas como portas de homem, visto as principais se encontrarem constantemente fechadas. A entrada pelas “portas secundárias” não cria qualquer tipo de transtorno, pois possui uma largura de 0,80 m, permitindo inclusivamente uma pessoa que se desloca em cadeiras de rodas passar.

A barreira propriamente dita, refere-se ao desnível entre o pavimento exterior e o interior. Assim, para alcançar o piso interior é necessário ultrapassar alguns obstáculos: em primeiro lugar temos a soleira da porta, elevada 0,06 m do piso do passeio; em segundo segue-se a transposição da porta principal, sobrelevada ao anterior impedimento em 0,08 m, e por último o desnível até ao interior da igreja é de 0,24 m. Aqui deparamo-nos com uma “espécie de hall de entrada” designado de guarda-vento, cuja função é resguardar a nave da igreja dos ruídos exteriores e das próprias intempéries. Este espaço quadrangular 2,56 m por 2,66 m, construído em madeira, com duas portas laterais, e duas frontais, que por norma se encontram fechadas.



Figura 103 - Tomar, igreja de S. Francisco.
Desnível exterior



Figura 104 - Tomar, igreja de S. Francisco.
Desnível interior

Para possibilitar a visita ao maior número de pessoas, proponho a criação de duas rampas, em estrutura metálica, com acabamento em tinta “OXIRON” ou cinza metalizado. Harmonizando o contraste entre a estrutura e a pedra calcária, e não prejudicando a essência do imóvel, podendo ser removida facilmente sem qualquer tipo de danos no mesmo. (consultar Desenhos 10 e 11)

Tal como já referi, mas voltado a recordar, de acordo com o Decreto-Lei nº 163/ 2006, de 8 de Agosto, as rampas podem “ter uma inclinação não superior a 8 %, vencer um desnível não superior a 0,4 m e ter uma projecção horizontal não superior a 5 m.”⁹³ Deste modo, sendo o desnível 0,24 m, inferior a 0,4 m é possível as rampas terem uma inclinação de 8 %; a primeira rampa é adossada a fachada principal, com o intuito de não obstruir a zona de entrada às pessoas que se apresentam em plenas capacidades. Este patamar de descanso da primeira rampa é um prolongamento da entrada. Aqui deverá ser utilizado piso táctil de alerta, assim como nas rampas.

Já no interior da igreja, ou melhor no dito “hall”, o acesso pode ser feito por degrau, ou por rampa, de características idênticas à anterior, localizada no extremo virado a noroeste, permitindo a continuação do acesso anterior, pelo lado sudeste. É importante referir, que em ambas as rampas, existem corrimões duplos que se prolongam. Nesse prolongamento estarão gravadas informações em Braille, e no final existirá um anel de alerta. As Figuras 105 e 106 são exemplos de rampas aplicadas em edifícios históricos.



Figura 105 – Espanha, Centro histórico de Montserrat.
Exemplo de rampa no exterior

Fonte: <http://www.proasolutions.com/img/0605-MAG-02-06.jpg>

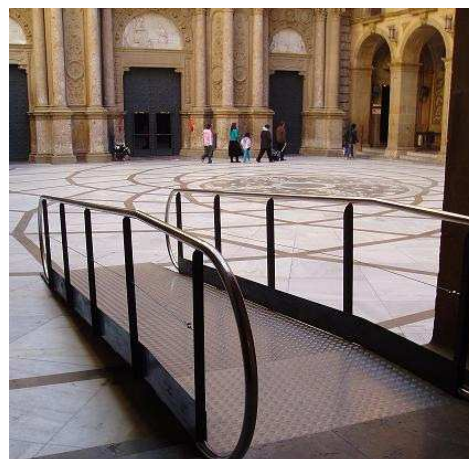


Figura 106 – Espanha, átrio da Abadia de Montserrat.
Exemplo de rampa de estrutura metálica

Fonte: <http://www.proasolutions.com/img/Montserrat.JPG>

⁹³ Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto. Ob. cit., pp. 5678

Desenho 10 - Proposta de Acessibilidade para a igreja de São Francisco, em Tomar. Planta Piso Térreo

Desenho 11 - Proposta de Acessibilidade para a igreja de São Francisco, em Tomar. Pormenor

2.6. Igreja de Santa Maria dos Olivais

2.6.1. Localização

A igreja de Santa Maria dos Olivais é um dos edifícios religiosos mais antigos da cidade. As suas origens remontam a tempos em que Portugal ainda não se tinha formado como nação. No século VII existia um convento beneditino, que fora arrasado pelos muçulmanos. Acabando por ser reconstruído pelos Templários com o intuito de se tornar o Panteão da Ordem dos Templários.

Localiza-se fora do limite do centro histórico, construído na margem oriental do rio Nabão. Situa-se numa área liberta de construção; contígua à igreja, lado oeste, encontra-se a torre sineira, antiga atalaia. Nas suas imediações podemos encontrar a norte, a Avenida Horta d'El Rei e o cemitério. A circunscrever a área nascente e sul a rua Aquiles da Mota Lima, no seu lado sudeste encontramos o lar da Santa Casa da Misericórdia.

O seu nome adveio da sua implantação, uma zona coberta de olivais que acabaram por desaparecer ao longo dos anos⁹⁴.



Figura 107 – Vista poente da igreja de Santa Maria dos Olivais

⁹⁴ A igreja de Santa Maria dos Olivais, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº27, Porto, 1942, pág. 6

2.6.2. Síntese Histórica

De acordo com os cronistas monásticos, no local onde se eleva actualmente a igreja de Santa Maria dos Olivais, terá existido, em meados do séc. VII, um convento beneditino. Em relação ao seu fundador, não existe dúvidas, S. Frutuoso, depois arcebispo de Braga.

O núcleo urbano da época designava-se de Nabância, “segundo o inquérito de D. Dinis de 1317 e as crónicas do ilustre Tomarense Dr. Pedro Alvares Seco”⁹⁵, haveria dois conventos, um para as mulheres, onde hoje se localiza a igreja de Santa Iria, e outro para os homens, na igreja de Santa Maria dos Olivais. Mas, de acordo com a “regra beneditina”⁹⁶, não seriam dois, mas apenas um, designado de *duplex*, onde os devotos de S. Bento, frades e freiras em horários alternados praticavam os seus votos.

Tal como conhecemos da história, os mouros nas suas invasões aniquilaram vilas e cidades, esta não foi excepção. Quando D. Gualdim Pais chegou à vila para aqui construir o castelo, deparou-se com os destroços do convento. Tratando-se de um lugar sagrado, de respeito e veneração para os crentes, onde repousavam antigos monges, e cada peça, apesar de destruída, transmitia arrependimento e felicidade em simultâneo. D. Gualdim Pais como era um homem crente, no séc. XII mandou reedificar o edifício, seguindo os traços anteriores, utilizando quando possível os alicerces existentes, reutilizando as peças caídas, sem nunca alterar o pavimento, pois sob ele repousavam corpos que deviam permanecer em paz.

O mestre da Ordem dos Templários, D. Gualdim Pais, construiu ainda a torre ou atalaia, que se localiza junto à igreja, para a proteger de possíveis ataques, a igreja servia de panteão para a Ordem. Aqui foram sepultados durante anos, militantes da Ordem dos Templários, após a sua extinção, advieram os cavaleiros da Ordem de Cristo. O próprio D. Gualdim Pais (1195) encontra-se aqui sepultado, assim como 29 mestres de ambas as Ordens.

Mas para além dos cavaleiros das ordens e dos monges beneditinos, a responsável pelas escavações efectuadas (entre o final do ano de 2008 e início de 2009) junto à igreja, Dra. Salete Ponte afirma que aqui terá existido um cemitério medieval, uma das maiores necrópoles da Europa. Durante anos, até ao final do século XIX, os cemitérios não existiam como os conhecemos, delimitados em



Figura 108 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Escavações arqueológicas, necrópole

⁹⁵ FERREIRA, José e ROSA, João – *Tomar. Perspectivas 1991*, Tomar, 1991, pág.61

⁹⁶ A igreja de Santa Maria dos Olivais, ob. cit., pág. 5

espaços fechados. As pessoas eram sepultadas no interior e exterior dos templos, de acordo com o seu estatuto social era determinada a proximidade, ou no interior/exterior da igreja.

O templo era circunscrito por túmulos e capelas, três delas estão documentadas. Assim a mais antiga pertencente à época do mosteiro beneditino, S. Pedro de Fins, localizada a nascente, a de S. Maria Madalena erguia-se a norte, onde se encontra o cemitério, a poente situava-se a de S. Miguel. Todas acabaram por ser demolidas.

Da igreja primitiva, em estilo românico, reedificada na época de D. Gualdim Pais, pouco resta apenas a porta da fachada norte, com um arco de volta perfeita. O templo assumiu a forma mais aproximada ao que conhecemos hoje, durante o reinado de D. Afonso III (1248-1279), no final do séc. XIII, muitas foram as alterações a que fora sujeito. Foi durante este período que se construiu na frontaria o símbolo característico dos Templários, o sinal de Salomão, uma estrela de cinco pontas, inserida num círculo e a rosácea elemento fulcral do estilo gótico.

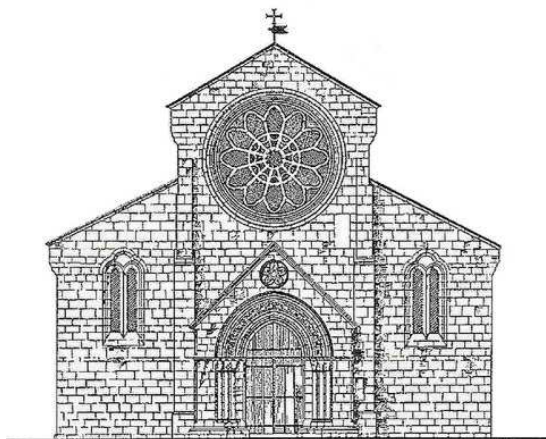


Figura 109 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Frontaria no séc. XIII

Fonte: D.G.E.M.N.

Não se sabe ao certo o autor desta modificação, para o estilo gótico, mas diz-se que terá pertencido aos mestres subalternos formados nos estaleiros durante a construção do Mosteiro de Alcobaça (caracterizada como a primeira obra em estilo gótico erguida em Portugal). Este templo (Igreja de Santa Maria dos Olivais) serviu de modelo a muitas igrejas de estrutura média com três naves, espalhas ao longo do território nacional, em Tomar encontramos um exemplo - a igreja de S. João Baptista. Em 1455, a referida Igreja de Santa Maria dos Olivais, tornou-se igreja matriz de todos os territórios até então descobertos (Ásia, África e América), com a função de Sé Catedral.

No séc. XV e início do séc. XVI, durante a governação de D. Manuel I (1495-1521), o templo foi sujeito a remodelações, mas não passaram pelo seu redimensionamento, como alguns autores referem. A frontaria e a cabeceira já existiam na época de D. Afonso III; no interior é ainda possível ver marcas feitas nas pedras pelos trabalhadores da época. O material utilizado em ambas as partes é a pedra da região: calcário macio. No exterior as alterações foram executadas em alvenaria⁹⁷, ambas as obras foram conduzidas por D. Diogo Pinheiro, no

⁹⁷ DUARTE, Maria do Rosário Antunes – “A Igreja de Santa Maria dos Olivais”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 10, 1988, pág. 145

interior deu-se início à construção do púlpito, localizado na quarta coluna do lado norte. É nesta altura que é executada a escultura em pedra, visível na capela-mor, de Nossa Senhora do Leite por Diogo Pires-o-Velho. Foi ainda reformada a cobertura.

É importante referir que esta igreja fazia parte do percurso que os peregrinos faziam a caminho de Santiago de Compostela. De acordo com documentação em 1510 existiu um alpendre para albergar os peregrinos, designado de galilé⁹⁸.

As obras de alterações foram terminadas no reinado de D. João III (1521-1557), filho de D. Manuel I, sob a direcção de Frei António de Lisboa. Finalizou-se a construção do púlpito; construiu-se a abóbada e a janela de verga golpeada da sacristia; a porta de acesso à sacristia e ao coro-alto, não esquecendo o túmulo de D. Diogo Pinheiro. A maior transformação foi a edificação das capelas laterais na fachada sul, juntamente com a galeria corrida no 2º piso, acabando por

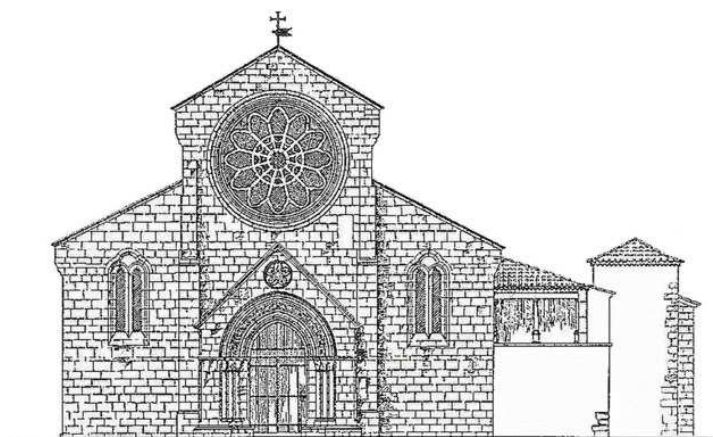


Figura 110 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Frontaria no séc. XVI

Fonte: D.G.E.M.N

destruir os túmulos e epígrafes dos Mestres Templários e de Cristo, restando apenas quatro: D. Gualdim Pais (4º Mestre da Ordem dos Templários), D. Lourenço Martins (23º Mestre da Ordem dos Templários), D. Gil Martins (1º Mestre da Ordem de Cristo), e D. Gomes Ramires (Mestre da Ordem dos Templários).

Durante o séc. XVII, foram revestidas a azulejo as capelas laterais da fachada sul, rebocaram-se cantarias, entaiparam-se frestas e portas, elevou-se o pavimento da capela-mor e as paredes das naves “um metro acima das respectivas cornijas, deixando bem visível a sua cachorrada no lugar próprio”⁹⁹.

A torre sineira, entre o séc. XVIII e séc. XIX, foi sujeita a acrescentos e à colocação dos sinos, tornando-a como a conhecemos hoje.

No dia 16 de Junho de 1910 a igreja foi classificada a Monumento Nacional.

Em 1919 reparou-se a cobertura; passados 21 anos, a 1940, o templo foi sujeito a um grande trabalho de restauro, dando-lhe a forma que conhecemos actualmente. Um dos primeiros passos foi remover a terra acumulada junto à fachada norte e poente, retirou-se mil metros

⁹⁸ TEIXEIRA, Gardez - *Anais da União dos Amigos dos Monumentos vol. II*, Tomar, 1961, págs. 11 e 12

⁹⁹ A igreja de Santa Maria dos Olivais, ob. cit., pág. 16

cúbicos de terra, em alguns lugares chegou até 1,90 m de altura.¹⁰⁰ Permitindo redescobrir a porta norte que se encontrava entulhada de construção, desentaipou-se e estabeleceu-se acesso ao interior, através de escadas. Foram ainda desentaipadas e reparadas algumas frestas da fachada norte e da cabeceira.



Figura 111 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Demolição das construções adjacentes e o portal Norte soterrado

Fonte: D.G.E.M.N



Figura 112 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. O portal do séc. XII, entaipado

Fonte: D.G.E.M.N

O restauro não terminou por aqui, toda a edificação adjacente à igreja, incluindo os contrafortes construídos em alvenaria, com o intuito de impedir o desabamento, foram destruídos. (ver Figura 111)

Revestiu-se ainda todo o pavimento do adro da igreja com lajes de cantaria em fiada, e alterou-se a escadaria de acesso à fachada principal.



Figura 113 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Capela na fachada lateral norte, antes do restauro

Fonte: D.G.E.M.N

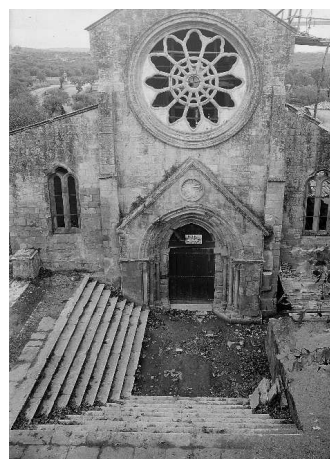


Figura 114 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Acesso ao Portal Principal, antes do restauro do séc. XX

Fonte: D.G.E.M.N

¹⁰⁰ A igreja de Santa Maria dos Olivais, ob. cit., pág. 20

A galeria construída na época de D. João III, também necessitou de restauro e consolidação, pois já se encontrava em ruínas. O majestoso ornamento do exterior, a rosácea também necessitou de intervenção, devido ao seu estado de destruição, foram colocadas vidraças coloridas, com armação de chumbo e ferro, para restituir a beleza arquitectónica.

A própria capela-mor também foi sujeita a alterações, com o rebaixamento do pavimento, pois este situava-se 0,4 m acima do nível actual, encobrendo a base das pilastras. Reconstruiu-se ainda o altar-mor em cantaria, à semelhança do primitivo e substituiu-se a janela sobre o arco cruzeiro por uma rosácea de menor dimensões, igual à existente na fachada principal.



Figura 115 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais.
Capela-mor antes do restauro

Fonte: D.G.E.M.N.

Foi restituída a altura das paredes nas naves laterais após a elevação de um metro, como já tinha referido. Os azulejos colocados no séc. XVII nas capelas colaterais viradas a sul foram retirados e os altares de alvenaria, foram reconstruídos, a zona frontal foi forrada a azulejo. Fez-se ainda a reconstrução da armação da cobertura do telhado, conforme o estilo original, e para finalizar foram substituídos todos os rebocos interiores e exteriores, efectuou-se a lavagem das cantarias e tomadas de junta nos pilares internos e externos das paredes. A torre sineira também foi alvo de restauro.

Em 1952, foram feitas escavações arqueológicas no lado norte. Um ano depois, em 1953, consolidou-se o pórtico. Passados 41 anos, a cobertura necessitou de reparação e limpeza, foi substituída a instalação eléctrica, retocou-se ainda a pintura interior. No ano seguinte, 1995, restabeleceu-se os rebocos e pinturas exteriores¹⁰¹.

No ano 2000/2001, a imagem de S. Brás foi restaurada¹⁰². Mais recentemente, em 2008/2009 no lado poente foram efectuadas escavações arqueológicas (descoberta da maior necrópole da Europa) e reorganizado o seu espaço envolvente criando um prolongamento do adro da igreja até ao rio, eliminando desta forma a estrada que por aqui passava.

¹⁰¹ Igreja Santa Maria dos Olivais – <http://www.monumentos.pt>

¹⁰² Igreja Santa Maria dos Olivais. Ob. cit.

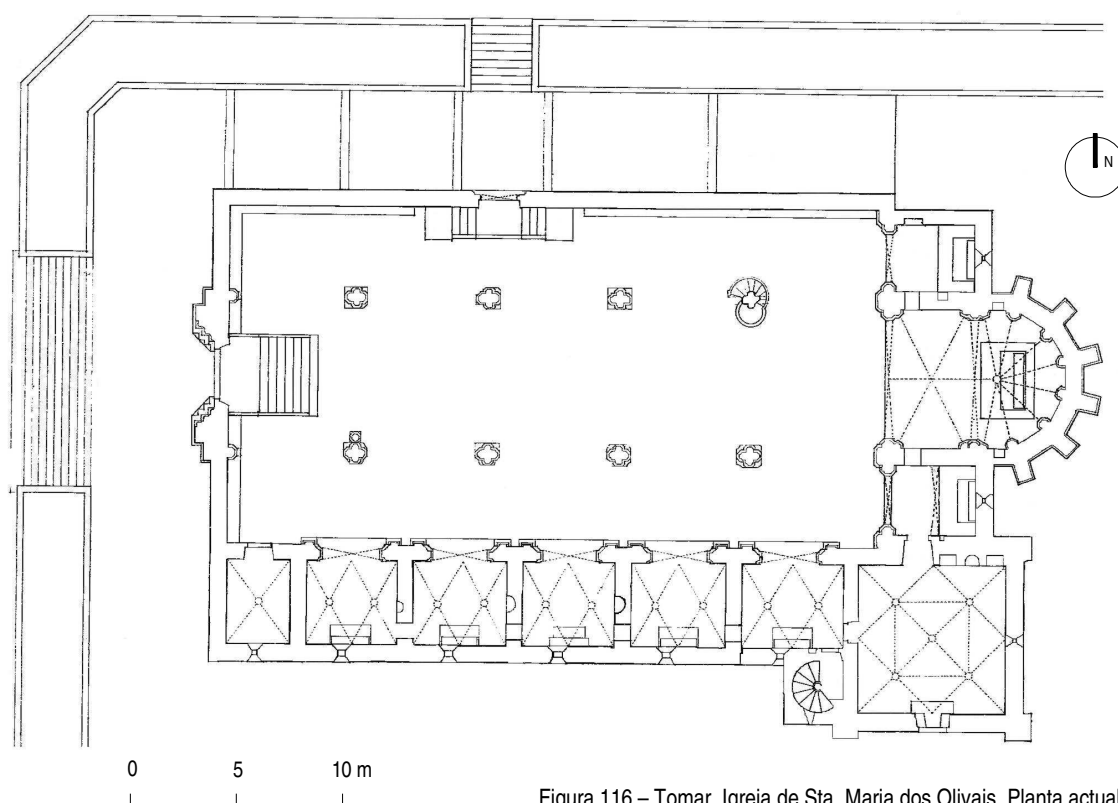


Figura 116 – Tomar, Igreja de Sta. Maria dos Olivais. Planta actual
Fonte: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nº27, Porto, 1942

2.6.3. Descrição do Edifício

Ao longo dos tempos, a igreja foi sujeita a inúmeros trabalhos, de restauro, limpeza, consolidação, soterramento, entre outros, como já referi.

Muitas pessoas quando avistam o templo não se apercebem, mas “Santa Maria do Olival segue uma corrente, um estilo partilhado por mais igrejas no nosso país, no entanto tem um espírito próprio e único, daí o facto de ter servido de modelo aos Templários além-mar edificados por altura dos Descobrimentos quando a nível arquitectónico já o Convento de Cristo com a sua magnífica Charola lhe havia passado à frente em importância. É por tudo isto que esta Igreja nunca morrerá, é por isto que permanecerá na mente de muitos, pois encontra-se espalhada por várias parcelas, noutros continentes, que a seu modo lhe rendem homenagem.”¹⁰³

O exterior que conhecemos hoje, nem sempre foi assim, vejamos o antes e o depois dos trabalhos realizados, perante estas imagens não nos cabe a nós julgar as obras efectuadas, apenas continuar a zelar, para que a sua essência nunca se perca.

¹⁰³ DUARTE, Maria do Rosário Antunes – “A Igreja de Santa Maria dos Olivais”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 10, 1988, pág. 159

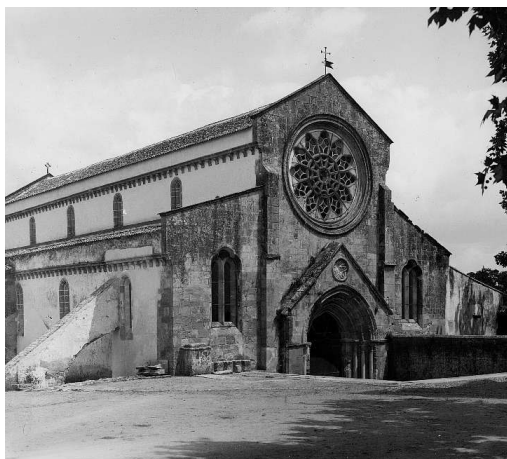


Figura 117 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais.
Antes dos trabalhos de restauro



Figura 118 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais.
Actualmente

Fonte: D.G.E.M.N.

Como podemos deslumbrar pelas imagens a fachada principal é composta por três corpos, divididos por contrafortes que correspondem às naves do interior. O corpo central, com cobertura de duas águas, que é significativamente mais alto do que os laterais, ostenta uma rosácea, característica do estilo gótico, com doze pétalas trilobadas, trabalhadas em fina pedra e formando os encaixes dos vitrais. Descendo um pouco, no frontão encontramos a insígnia templária, o signo de Salomão, uma estrela de cinco pontas; segue-se o pórtico formado por uma sucessão de colunas e arquivoltas quebradas assentes em colunelos reentrantes, de fustes lisos, terminando em capitéis simples. Os corpos laterais apresentam coberturas de uma água e janelas trilobadas.

Este templo segue a orientação católica, virado para Oriente. Sensivelmente a meio, do lado norte, foi restabelecida a porta em arco pleno, da época de D. Gualdim Pais, são ainda visíveis cinco frestas e quatro janelas no clerestório, que se repetem na fachada equidistante. A cabeceira, voltada a Oriente, é formada por um semicírculo “imperfeito” pois encontra-se seccionado por seis contra-fortes de três esbarros; entre eles abrem-se cinco altas frestas. Na fachada sul encontramos uma galeria corrida vazada no seu interior, que se sobrepõe às capelas colaterais. Existem ainda cinco janelas de vãos rectangulares que iluminam a igreja.

Esta igreja não tem torre sineira, mas quando D. Gualdim Pais ergueu a primitiva igreja sobre as ruínas do mosteiro beneditino, construiu a torre, do lado ocidental, para proteger o templo de eventuais ataques; mas a partir do reinado de D. Manuel I passou a designar-se de torre sineira. Os sinos propriamente ditos só apareceram entre o séc. XVIII e XIX. Para entrarmos no seu interior, temos de subir quatro degraus, passar por uma porta em arco ogival, que se encontra voltada para a igreja. A sua implantação dista 6m da igreja.



Figura 119 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais.
Alçado nascente



Figura 120 – Tomar, lreija de Sta. Maria dos Olivais.
Perspectiva do alçado sul

A entrada para a igreja é feita pelo lado nascente da torre. No interior do templo, analisamos o seu elegante traçado e a sua modesta decoração impressiona-nos. Mas se virarmos as costas a tudo isto e nos voltarmos para a entrada apercebemo-nos que a altura da igreja no interior não corresponde à vista do exterior. Isto sucede, porque os Templários quando construíram “enterraram-na”, por razões desconhecidas até a actualidade. A igreja hoje encontra-se cerca de 2 m abaixo do nível do solo. É ainda possível verificar que a torre sineira se encontra num plano mais elevado do que o seu interior, permitindo assim a sua protecção. Outro factor é a luz que penetra pela rosácea e “se apodera” da igreja, iluminando-a totalmente.

A igreja divide-se em três naves de cinco tramos cada, separadas por oito feixes de colunas que sustentam dez arcos de ogiva, que suportam as paredes da nave central com clerestório, culminando na cobertura de madeira, esta prolonga-se pelas naves laterais. De planta longitudinal com 29,35 m de comprimento e 15,5 m de largura. As naves laterais, por sua vez, têm metade da largura da nave central, ou seja 3,75 m cada.

É importante referir que na 4ª coluna do lado norte podemos encontrar, um esbelto púlpito de mármore, obra renascentista dos meados do séc. XVI. O acesso ao varandim faz-se por uma escada em caracol que entrelaça a coluna. Em comparação com o púlpito da igreja de S. João Baptista, este rege-se por uma modesta decoração.



Figura 121 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais.
Vista da nave central



Figura 122 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais.
Púlpito, séc. XVI

Na nave norte encontramos ao longo do seu comprimento um banco corrido de pedra, interrompido apenas junto à porta do séc. XII (redescoberta em 1940), cujo acesso é feito por um par, de cinco degraus perpendiculares à nave. A ladear a porta existem duas lápides sepulcrais (lado nascente pertence ao mestre da ordem dos templários D. Gomes Ramires e no lado poente a D. Isabel Vieira). Antes dos trabalhos de restauro (1940), podíamos observar uma capela, que como já referi, acabou por ser demolida. (ver Figura 113)

Como não existe transepto, as naves culminam directamente na capela-mor, que é tripartida, com abside e dois absidiolos. Na abside, coberta por uma abóbada nervurada, é visível uma fenestração gótica muito ritmada, que ilumina a imagem de Nossa Senhora do Leite (Nossa Senhora a amamentar Jesus), do séc. XVI, assente sobre um pedestal octogonal com base e capitel. Esta encontra-se numa posição central do altar-mor, tal como a mesa do altar em calcário, com quatro colunas octogonais com bases e capitéis. Existe ainda um segundo altar, em madeira removível. Na parede do lado norte, destaca-se o túmulo de D. Diogo Pinheiro¹⁰⁴ (1525), construído pelo escultor João de Ruão, no séc. XVI. À volta do seu túmulo foi construída uma capela, de estilo renascentista. A grandeza deste túmulo ofusca, passando despercebida a lápide do penúltimo mestre dos Templários, D. Lourenço Martins (1309). Adjacente à lápide encontra-se uma porta de vão rectangular que permite o acesso ao absidiolo norte, ou capela de Simão Preto, com cobertura em abóbada nervurada revestida a azulejos de maçaroca, do séc. XVII, comportando o altar com a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Na parede do lado norte encontram-se mais duas sepulturas. O aceso à nave é feito por um arco de volta quebrada,

¹⁰⁴ Dirigiu as obras no reinado de D. Manuel I o qual o nomeou a 1º bispo do Funchal, sem nunca ter saído de Tomar.

tal como acontece no absidiolo sul. A capela-mor acede à nave central por um arco triunfal, no seu topo, a iluminá-la, encontra-se uma pequena rosácea.

No absidiolo Sul, deparamo-nos com uma abóbada de berço quebrado, revestida a azulejo, assim como, do lado norte, em frente ao altar evidencia-se mais uma lápide (D. Maria da Silva, filha dos primeiros Condes de Penela). É por aqui que se faz o acesso à sacristia, de planta quadrangular, coberta por abóbada de florões, a janela voltada a sul, foi construída na época de D. Manuel I, tal como a porta renascentista para a 1ª capela colateral.

Analisando a nave sul de poente para nascente, avistamos uma porta de vão rectangular, emoldurada com verga arquivada, assente em duas misulas, segue-se a entrada para as cinco capelas “que se integram numa frente de ornamentação comum, como de loggia – pilastras compósitas flanqueiam portais de volta plena (unicamente o central recebeu profusa decoração) rematadas acima da cornija por urnas ornamentais”¹⁰⁵, encimadas na parte central por janela de vão rectangular.

Ao descrever as cinco capelas intercomunicantes, verifico que ambas são iluminadas por frestas e cobertas por abóbadas nervuradas cujos fechos possuem ornatos distintos. À excepção da capela do meio (3ª capela) com altar revestido a talha dourada, todas as outras possuem altares em alvenaria, onde apenas a parte



Figura 123 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Capelas laterais do alçado sul

frontal é revestida a azulejos policromos. A 5ª capela, localizada junto à entrada, é completamente revestida a azulejos brancos decorados com friso duplo azul, no pavimento está uma lápide sepulcral. Na capela seguinte, sem qualquer tipo de revestimento azulejar, descobrimos a lápide referente a D. Gualdim Pais, e a D. Lourenço Martins ambos mestres da Ordem dos Templários, situada na parede lateral virada a ocidente, em contrapartida na parede voltada a oriente, encontra-se a imagem de Santa Maria Madalena. Na capela intermédia, está localizado na parede lateral virada a nascente um nicho, com a imagem das “Santas Mães”, no pavimento encontram-se mais duas sepulturas. A 2ª capela tem na parede oriental, um espaço envidraçado onde permanece uma caveira. Para finalizar na 1ª capela encontramos a imagem

¹⁰⁵ GIL, Júlio - *As mais belas igrejas de Portugal*, vol.II, Lisboa, 1989, pág. 117

de São Brás e podemos aceder à galeria corrida, no piso superior, através da porta localizada para oriente em relação ao altar. Na porta voltada a nascente, chegamos à sacristia.

Como temos vindo a constatar existe inúmeras inscrições tumulares e lápides sepulcrais espalhadas pela igreja. Isto acontece, como já referi anteriormente, devido a inexistência de cemitérios, até ao século XIX, razão pela qual as pessoas eram enterradas no interior dos templos sagrados ou nas suas imediações. O facto de ser uma das igrejas mais antigas da cidade e de estar localizada fora do limite da zona histórica pode ser uma das razões para o elevado número de lápides e inscrições sepulcrais.

Dada a sua antiguidade, encontra-se associada a várias lendas, uma delas está relacionada com o túnel que ligava a igreja ao castelo, passando pelo rio. Alguns historiadores alegam que as camadas de terras sedimentares ou de aluvião, nunca suportariam um túnel. A entrada para esse túnel seria feito por uma laje localizada no interior do templo, mais precisamente em frente do absidiolo sul, com dimensões que se destacam de todas as outras. A hipótese mais viável é que tenha existido aqui uma cripta, isto porque, à semelhança da igreja da Graça em Santarém, é possível ver uma laje, sob o absidiolo norte, com as mesmas características. É frequente nos templos cujo modelo é semelhante ao de Jerusalém, existir em criptas.

2.6.4. Proposta de Intervenção

2.6.4.1. Análise e Proposta para a Área Envolvente

A Igreja Santa Maria dos Olivais situa-se fora do limite do centro histórico, como foi referido, mas nem por isso a sua importância é menor, muito pelo contrário, é considerada um dos monumentos mais antigos da cidade e com uma história imensa para contar.

Uma parte dos vestígios encontrados no lado ocidental da igreja, anteriormente referidos, deveriam ser mantidos, correctamente protegidos e posteriormente expostos através de poços de luz cerrados a acrílico. Permitindo assim o enriquecimento da nossa cultura e das gerações vindouras.

Apoio a ideia da construção da praça, mas discordo do acabamento. Esta obra valoriza e resguarda o monumento em contraposição ao espaço anterior, que era intersectado pela Rua Aquiles da Mota Lima, prejudicando o imóvel a todos os níveis. A praça, foi desenhada em lajes de pedra preenchidas a brita e areia. O uso deste material não é aconselhável para zonas de circulação ou permanência e prejudica gravemente a locomoção dos cidadãos em geral.



Figura 124 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais.
Pavimento da praça, localizada a ocidente da igreja



Figura 125 – Tomar, Igreja de Sta. Maria dos Olivais.
Pavimento entre a igreja e a torre sineira

Assim, a minha sugestão consiste no lajeamento da praça (semelhante à Figura 126), rematada com apontamento de zonas verdes. Toda esta área estaria compreendida num percurso pedonal envolto numa massa arbórea, na zona norte seriam plantadas mais oliveiras, recriando assim, um pequeno olival à semelhança do espaço que veio dar nome à igreja, proporcionando assim um espaço mais natural em contraposição ao peso da praça. Para além da beleza estética inerente ao uso de massa arbórea, esta comporta benefícios à conservação dos edifícios, minimizando o desgaste da pedra causado pelas intempéries e a sujidade derivada das elevadas taxas de monóxido de carbono libertadas pelos veículos motorizados.



Figura 126 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara. Exemplo de pavimentação da área envolvente ao Mosteiro

Fonte: http://www.byrneaq.com/imagens.php?src=projectos_imagens-bin_imagem_jpg_0038854001210676922-550.jpg&x=547&y=431

Relativamente aos acessos, com o prolongamento da praça e a construção da nova ponte (do Flecheiro), o circuito rodoviário sofreu grandes alterações. A Av. Horta d' El Rei, a norte da igreja, passou a ser uma via secundária de grande fluxo, servindo de escapatória para o congestionamento do centro da cidade. Foram ainda criados novos lugares de estacionamento, sendo que, nenhum deles está destinado a deficientes. Abriram uma rua nas traseiras da igreja, Rua Aquiles da Mota Lima, em substituição da antiga rua localizada a poente, com o mesmo

nome. A sul da igreja, foram também construídas duas bolsas de estacionamento, uma perpendicular à via, outra mais interior, junto ao edifício que serve de lar, da Santa Casa da Misericórdia. A poente da igreja num nível inferior ao da praça encontra-se outro parque de estacionamento. Nestes novos lugares, apenas é visível um lugar para deficientes, localizado a nascente do lar. Dada a sua proximidade ao lar, a carinha deste terá prevalência no uso em detrimento de qualquer outro veículo.

Nestas circunstâncias é importante que em cada zona de estacionamento exista pelo menos um lugar reservado a pessoas deficientes (incluindo grávidas e idosos), pelo que proponho a sua criação naqueles que o não possuam. No extremo sul, sugiro ainda uma paragem para autocarros, deixando os visitantes mais próximo da igreja.

Fazendo uma reflexão sobre o percurso pedonal, conclui-se que as pessoas que se dirigem para a igreja vindas de ocidente atravessam o rio, caminham em seguida por um pequeno espaço verde, ao encontro da praça. Aqui chegados deparam-se com as seguintes dificuldades, se tentarem seguir um trajecto rectilíneo tem a limitação da locomoção num piso de brita e areia e o acesso ao templo é feito por dezoito degraus perpendiculares à porta lateral norte. Como esta se encontra fechada, é necessário circundar a igreja, subindo mais três degraus até ao adro da igreja, voltado a poente (Figura 127). Se seguirem em direcção à torre sineira e posteriormente à igreja, são obrigados a descer outros dezoito degraus (Figura 128). Resta-lhes uma última opção, a de acederem ao templo pela rampa situada no extremo sul, embora esta não cumpra com os níveis de inclinação exigidos para a circulação de um cidadão de mobilidade reduzida. Assim, para melhorar a deslocação de todos neste acesso proponho o aumento desta rampa em comprimento, de forma a cumprir com os 6% de inclinação recomendada.

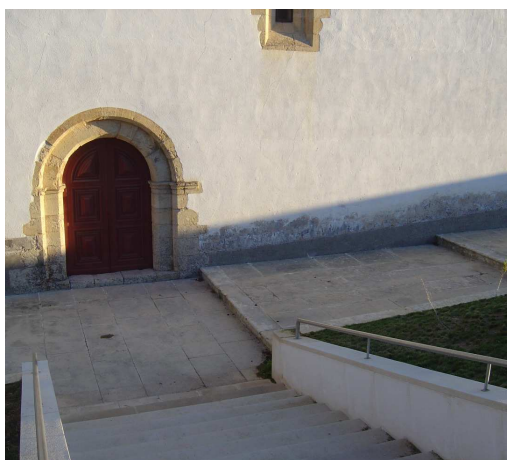


Figura 127 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais.
Escadaria lateral norte

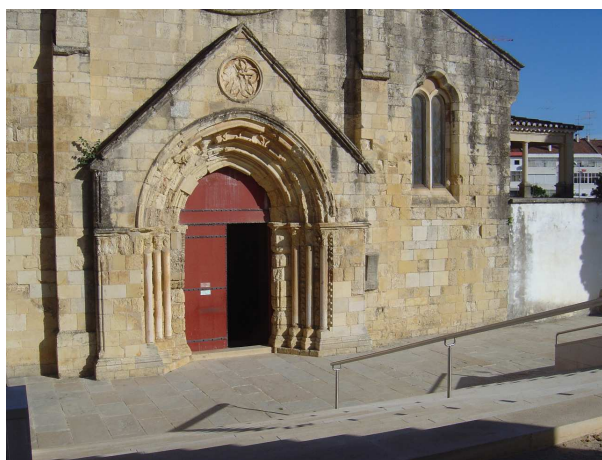


Figura 128 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais.
Escadaria principal poente

Com o intuito de aumentar as acessibilidades sugiro também a construção de uma rampa a norte do monumento nacional e consecutivamente o aumento do cobertor das escadas voltadas a norte, findando no patamar de descanso entre duas novas rampas confinantes à igreja (num esquema semelhante à Figura 129).

Pretendo com estas sugestões, criar uma variedade de percursos acessíveis, em torno do imóvel e dos espaços circundantes. Para um acesso igualitário a todos os cidadãos, sugiro ainda a abertura da porta lateral, voltada a norte, como adiante explicarei (consultar Desenho 12).

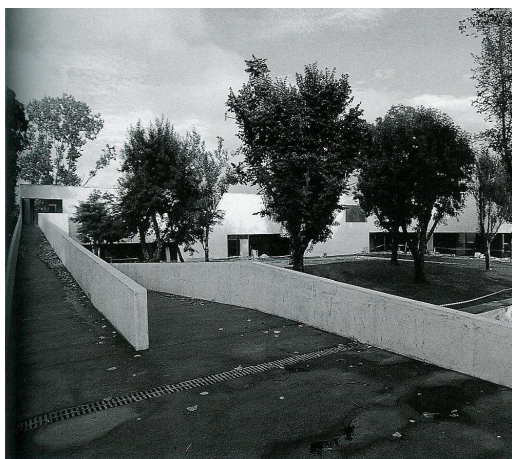


Figura 129 – Viana do Castelo, Pousada da Juventude.
Esquema de rampas

Fonte: Albiero, Roberta e Simone, Rita – Opere e progetti
João Luís Carilho da Graça, Electa, Milano, 2006



Figura 130 – Reino Unido, York Minster. Exemplo de
rampa de acesso à igreja

Fonte: <http://www.buildingconservation.com/articles/churchaccess/yorkmin>

2.6.4.2. Análise e Proposta para o Interior

Agora, centrados nos acessos ao interior do imóvel, verificamos que a única entrada disponível situa-se a poente onde se encontra uma soleira sobrelevada ao pavimento exterior. Transposta a barreira da entrada (subida e descida da soleira), deparamo-nos com outro obstáculo, oito degraus a vencer até alcançar-se o pavimento interior, isto porque o mesmo se encontra a 2 m abaixo do pavimento exterior.



Figura 131 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Desnível da entrada principal, para o interior



Figura 132 – Tomar, igreja de Sta. Maria dos Olivais. Escadaria principal do interior

Tanto a escada como o muro de protecção, em pedra calcária, têm um valor essencial no conjunto, a nível arquitectónico e histórico. Qualquer alteração poderia descaracterizar o imóvel, mas não é isso que se pretende, muito pelo contrário, pretende-se apenas criar soluções práticas e acessíveis sem danificar o monumento em causa. Deste modo, a única alteração que sugiro para estas escadas, refere-se apenas à segurança dos visitantes, propondo a aplicação de faixas antiderrapantes, localizadas junto ao focinho das mesmas e bordas de piso fotoluminescente, para auxílio dos invisuais a transpor este obstáculo.

Para proporcionar uma entrada acessível a todos, aconselho a abertura permanente, da porta lateral norte e consecutivamente a criação de um novo acesso, por rampa em estrutura metálica. Para minimizar o impacto da intervenção, baseei-me nas pré-existências e optei pela escolha de uma porta que sempre existiu, mas nem sempre foi valorizada, como já referi anteriormente. Esta porta, que é a mais antiga do templo, esteve soterrada e entaipada até as obras de restauro de 1940. Nesta altura foram-lhe restituídas as suas funções e criado o acesso ao interior através de uma escadaria dupla composta por cinco degraus cada. Conjugando esses argumentos, o desnível entre o interior e o exterior e a preponderância da porta mais antiga do templo, a proposta de criar melhores acessos ao interior do imóvel consiste na eliminação dos degraus exteriores anexos à igreja e a circulação suavizada com rampa.



Figura 133 – Tomar, igreja Sta. Maria dos Olivais. Desnível da entrada norte, para o interior



Figura 134 – Tomar, Igreja de Sta. Maria dos Olivais. Escadaria secundária do interior

Na rampa proposta, deverá existir um patamar de descanso que fará a ligação para o interior da igreja. Desaparecendo com o desnível de 0,13 m da soleira no exterior, seguido de 0,16 m onde a porta corre e mais 0,13 m até ao patamar dos degraus.

Assim, para resolver estas obstruções, sugiro o nivelamento do exterior para o interior e, desta forma, o patamar de descanso da rampa exterior ficaria à mesma altura da actual soleira, ou seja, o piso interior teria de subir 0,28 m, até atingir o nível exterior. Esta intervenção obrigaria a fazer um corte na parte inferior da porta, de 0,16 m, ou recorrer à sua substituição.

Para eliminar a barreira arquitectónica de desnível do exterior/interior, sugiro ainda a construção de uma rampa interior, na extremidade noroeste do templo, assim como a construção de novas escadas. (consultar Desenho 13) Ambas as construções ficariam apoiadas nas escadas antigas e a qualquer momento podiam ser retiradas, permanecendo intactas as originais. Note-se que ao nivelar o piso exterior e interior, podem existir infiltrações, para solucionar essa eventualidade, proponho a criação de um sistema de drenagem junto à soleira com grelha em aço galvanizado.

A intervenção sugerida tem como consequência, a eliminação de uma parte do banco, em pedra, que se estende ao longo da fachada norte, o qual, pelo seu aspecto e de acordo com a documentação consultada é da mesma altura da escadaria lateral norte (1940). (consultar Desenho 12)

Nas escadas propostas deve, igualmente, ser aplicada uma faixa antiderrapante, tal como foi sugerido para as escadas principais.

Na rampa aconselho, ainda, o uso de piso tátil no início e no final, assim como a utilização de um corrimão duplo, no fim do qual, se recomenda a aplicação de uma placa em Braille, para auxílio dos deficientes visuais.

Desenho 12 - Proposta de Acessibilidade para a igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar. Planta Piso Térreo

Desenho 13 - Proposta de Acessibilidade para a igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar. Pormenor

III. Considerações Finais

Durante séculos, muitos espaços construídos pelo homem estiveram inacessíveis a uma parte da comunidade, em particular aos portadores de deficiência. Esta exclusão teve repercussões gravíssimas na vida social destes indivíduos. É lamentável que este erro de projecção na arquitectura, e não só, nos tenha acompanhado durante tantos anos. Só há cerca de doze anos, entre nós, se começaram a dar os primeiros passos na tentativa de os corrigir.

A acessibilidade é um problema internacional. Por isso, existem normas legislativas que cada país vem implementando. Em Portugal o arranque desta iniciativa deu-se em 1997, contudo um primeiro passo nesse sentido foi dado em 1982, com a proposta de alteração do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, que previa a eliminação de barreiras arquitectónicas. Se tivesse havido a aplicação imediata da alteração do RGEU, nós poderíamos ser um dos países da Europa com melhores taxas de acessibilidade, porque foi nesse período que se verificou a maior expansão do sector da construção civil.

Pressupõe-se, muitas vezes, que a criação de melhores acessibilidades aos edifícios apenas facilita a vida das pessoas portadoras de deficiência, pois são aqueles que comportam maiores restrições de deslocação. É errado este conceito, de acordo com a legislação em vigor, pois existem outros grupos de cidadãos que evidenciam, igualmente, grandes dificuldades de locomoção, tais como os idosos, as grávidas, as crianças, e as pessoas que circulam com carrinhos de bebé, não esquecendo os indivíduos que por alguma adversidade se deslocam com auxílio de apoios.

Em Portugal, não existe uma quantificação exacta das pessoas com dificuldades de locomoção, pois apenas se encontram documentados para estatísticas os valores referentes aos idosos e portadores de deficiência, os quais perfazem um $\frac{1}{4}$ da população total. Considerando que estamos entre os países da Europa mais envelhecidos, se todos estes grupos de pessoas carenciadas fossem devidamente contabilizados, elas atingiriam cerca de metade da população portuguesa.

Sendo a arquitectura fundamental na sociedade e a mobilidade uma questão importante para ambas, é necessário que trabalhem em conjunto, tendo como propósito melhorar os espaços, tornando-os mais acessíveis, práticos, justos e seguros. Desta forma, minimizava-se o cansaço, reduzindo o esforço físico e evitando riscos, em suma promovendo a autonomia. Muitos dos problemas podem ser resolvidos com soluções simples, de fácil aplicação, e de baixos custos, ao contrário do que se possa pensar.

Esta tarefa de inclusão não cabe apenas aos profissionais é, antes, uma obrigação de cidadania, promovendo a integração e o bem-estar de todos, repudiando quaisquer actos discriminatórios desta natureza. Devemos caminhar, pois, para uma arquitectura inclusiva dos cidadãos com mobilidade reduzida, para uma efectiva participação geral.

Este trabalho pretende pôr em evidência a importância de criar acessibilidades nos centros históricos e nos seus monumentos. Os principais problemas dos centros históricos estão relacionados com a deslocação, a orientação espacial e o uso dos espaços e equipamentos. A solução destas anomalias passa pela criação de percursos acessíveis, com pavimentos indicados, acompanhados por pisos tácteis de alerta e direccionais. Não deverá ficar esquecido a sinalização sonora, que é uma simples mas preciosa ajuda para os portadores de deficiência visual. No que concerne aos monumentos, as inacessibilidades mais evidentes são constituídas pelas escadas. Estas são, normalmente, encaradas como um dos elementos de maior destaque arquitectónico, com formas mais ou menos elaboradas e imponentes, sendo vistas, até, como uma peça chave do conjunto.

Não se pretende a eliminação das escadas, substituindo-as por rampas, na medida em que qualquer modificação menos consciente pode mutilar a essência da edificação. Mas, tão-somente, a promoção da acessibilidade às pessoas com mobilidade condicionada a estes edifícios, de forma igualitária.

Cada edifício histórico deve ser analisado individualmente, mas todos devem ser tratados de forma igual, pois são peças de arte com grande valor cultural que devem, também, poder ser desfrutadas pelas gerações actuais e vindouras. Ao estudá-los e analisá-los, verificámos que é possível equipá-los de forma coerente, para as actuais exigências, no sentido de inclusão dos cidadãos com as referidas carências. Importa, pois, ter em atenção que estas construções não foram projectadas para receber pessoas com as citadas restrições e que estão protegidos por legislação antiga que pugna pela sua intocabilidade. Contudo, temos de reconhecer que não é novidade a sujeição destes monumentos a modificações pontuais. São exemplos disso as obras necessárias à colocação das instalações eléctricas em determinados edifícios com valor histórico relevante, tais como castelos, mosteiros, conventos, palácios, etc. Foram igualmente promovidas obras para dotar estes edifícios de instalações sanitárias com respectivas ligações às redes de águas e de esgotos, entre outras. Muitos desses imóveis foram ao longo dos anos ocupados para outras funções que não as primitivas e sofreram, por esse facto, intervenções mais intrusivas do que a simples criação de acessibilidades.

Para muitas pessoas, as obras de alteração que ocorreram nesses edifícios não têm, aparentemente, qualquer tipo de problema. Mas já a criação de acessibilidades é criticada, pois,

na sua óptica, estamos a contrariar a integridade estrutural do imóvel e a descaracteriza-lo. Porém, nem todos partilhamos desta opinião! Conscientes de que podemos melhorar a qualidade de vida de muitos cidadãos, entreguei-me ao desafio de desenvolver algumas estratégias para solucionar este problema em casos pontuais na cidade de Tomar.

Durante a execução deste trabalho, ficou também patente a necessidade de se criar, previamente, uma metodologia que não seja válida apenas para os casos citados, mas que possa ser transposta para outros edifícios e centros históricos e, inclusivamente, para outras tipologias arquitectónicas.

O ponto de partida para uma solução ajustada e coerente consiste no estudo exaustivo do monumento, analisando a sua evolução histórica, passando pelas alterações a que o mesmo foi sujeito até aos nossos dias. Fizemos uma análise das acessibilidades no exterior e no interior dos imóveis estudados, averiguando a sua actualidade e utilidade e atendendo às normas pré-estabelecidas. Posteriormente, fizemos o cruzamento destas informações a fim de propor uma solução aceitável, que não descaracterize o imóvel e cumpra todos os requisitos legais.

Neste trabalho, preocupei-me também em apresentar propostas de intervenção que passam pela criação de lugares de estacionamento reservados a deficientes, grávidas e idosos, paragens para transportes públicos localizadas o mais próximo possível da entrada dos edifícios analisados e a manutenção de uma única entrada para todos os cidadãos. Estas linhas de orientação transversal têm acolhimento no conjunto das normas jurídicas sobre os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, evitando a sua segregação e discriminação.

As soluções encontradas têm um carácter reversível, nunca prejudicando nem causando qualquer tipo de danos estruturais à substância histórica dos edifícios. A intervenção mais evidente é a proposta para a Sinagoga, com uma proposta de eliminação de degraus do séc. XVII, quando esta funcionou como igreja católica. As propostas de acessibilidade para os restantes edifícios adaptam-se às pré-existências, através de rampas ou, em casos extremos, de estruturas mecânicas (elevadores e plataformas elevatórias).

Sendo o Convento de Cristo o monumento mais notável da cidade de Tomar, dada a sua magnitude e implantação, é bem o exemplo de como todas as propostas efectuadas, podem ser associadas, de modo harmonioso, permitindo um percurso integral a fim de que todos possam conhecer melhor esta sumptuosa obra de arquitectura religiosa -militar.

Para além das propostas sugeridas foram ainda postos em prática os actuais conhecimentos baseados em melhorias técnicas adicionais e não em construções. Exemplificam-no os pisos tácteis de alerta e direccionais, aplicados sobre o pavimento original, que servem de guia para os invisuais além dos mapas tácteis e placas indicativas, escritas em

Braille, que orientam e informam as pessoas com deficiência visual acerca dos espaços a percorrer. Por outro lado, a questão da segurança não foi negligenciada. Com efeito, é fundamental que as escadas sejam guarnecidas com faixas antiderrapantes e contenham na extremidade dos degraus uma borda de piso fotoluminescente para sinalização visual. Os corrimãos devem estender-se longitudinalmente, prolongando-se em relação ao primeiro e ao último degraus e, no seu termo, deve existir uma placa escrita em Braille, que transmita essa informação aos invisuais.

Pretende-se com este trabalho demonstrar que a visita aos edifícios históricos pode e deve estar acessível a todos os cidadãos, sem perderem as suas características histórico-arquitectónicas. Basta, para tanto, que se tenha uma acrescida sensibilidade com o espaço para onde se está a projectar e que a melhoria da circulação não seja descurada. As propostas devem ser adequadas e coerentes, com o mínimo de intervenção estrutural, através de soluções pouco ou nada intrusivas no monumento e que se tenham sempre presentes os princípios do desenho universal.

Em suma, caminhando para um futuro sem discriminação social, um mundo sem barreiras físicas!

Bibliografia Utilizada

ALVES, Janete – *Reabilitação de Centros Históricos*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007

ALVES, Laurinda - *Para além das Imagens... Para além das Palavras..*. APPACDM, <http://appacdm-fundao.blogs.sapo.pt/137102.html>

ASSOCIAÇÃO DE CEGOS E AMBLIOPES DE PORTUGAL. Disponível em: www.acapo.pt

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES. Disponível em: www.pcd.pt/apd/

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nº27, Porto, 1942

CASTRO, Miguel de Mello – *Pedras- de- Armas de Tomar*. Edição de Álvaro Pinto, Lisboa, 1955

Catálogo Escada Fácil - <http://www.escadafacil.pt/carach320.htm>

COELHO, Maria da Conceição Pires – *A Igreja da Conceição e o Claustro de D. João III do Convento de Cristo de Tomar*. Edição da Assembleia Distrital de Santarém, 1987

CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Tradução: Teresa Castro. Edições 70, LDA, Lisboa, 2008.

CHOAY, Françoise – *Património e Mundialização*. Tradução: Paula Seixas. Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2005

CORTESÃO, Jaime - *Tomar . Na Terra dos Templários*, Tomar, 1994

CUD (The Center for Universal Design), 1997: <http://www.design.ncsu.edu/cud/>

Decreto-Lei nº 43/82, de 8 de Fevereiro. Cfr. *Diário da República*, 1ª Série

Decreto-Lei nº 172 –H/86, de 30 de Junho. Cfr. *Diário da República* 1ª Série

Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 118

Decreto-Lei nº163/ 2006, de 8 de Agosto. Cfr. *Diário da República*, 1ª Série, nº 152

Decreto nº 705/73 do Diário do Governo – 1ª Serie nº300- suplemento, de 28/12/73

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS. Disponível em: www.monumentos.pt

DUARTE, Maria do Rosário Antunes – “A Igreja de Santa Maria dos Olivais”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 10, 1988

FALCATO, Jorge, BISPO, Renato – DESIGN INCLUSIVO Acessibilidade e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes. 2ª Edição. Lisboa. Edição Centro Português do Design. 2006

FERREIRA, José; ROSA, João – *Tomar: Perspectivas*. Gráfica de Tomar, 1991

FRANÇA, José Augusto – *Tomar*. Editorial Presença, LDA, Colecção Cidades e Vilas nº 18, 1994

GIL, Júlio – *As mais belas igrejas de Portugal*. Vol. II Editorial Verbo, Lisboa, 1989

GONÇALVES, Cristina – “Revista de Estudos Demográficos”, Lisboa, INE, nº 33, 2003

GRAÇA, Luís – *Convento de Cristo*. Edição ELO – Publicidade, Artes Gráficas, Lª, Lisboa, 1994

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. Disponível em: www.ine.pt

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO. Disponível em: www.ippar.pt

LAPA, Maria Fernanda – “A Sinagoga de Tomar – Seu enquadramento na problemática da presença judaica em Tomar”, *Boletim Cultural Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº11/12, 1989

Lei nº 9/89, de 2 de Maio. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 100, pág. 1798

Lei nº 38/2004, de 18 de Agosto. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 194

Lei nº 46/2006, de 28 de Agosto. Cfr. *Diário da República* 1ª Série, nº 165

LOPES, Maria Elisabete – Metodologia da análise e implantação de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e dificuldade de comunicação. São Paulo. Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, 2005, polic.

NUNES, Vladimiro -Barreiras arquitectónicas para deficientes. *Arquitectura e Vida* nº 53, Lisboa, 2004

OMS – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Lisboa, 2004

ONU- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 06 de Dezembro de 2006

ONU - Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948

PONTE, Salete e FERREIRA, Luís – “Um Tempo uma Exposição a Sinagoga de Tomar, 500 anos de História”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 15, 1991

QUEIRÓS, Filipa – *Reabilitação de Centros Históricos*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007

Resolução do Conselho de Ministros nº 6/87, de 29 de Janeiro. Cfr. *Diário da República* 1ª Série

Resolução do Conselho de Ministros nº34/88, de 28 de Julho. Cfr. *Diário da República* 1ª Série

RIEGL, Alois - *El culto moderno a los monumentos*. Tradução de Ana Pérez López. Visor distribuciones, S.A, Madrid, 1987

ROSA, Amorim – *História de Tomar*. Volume I, 2ª Edição, Gráfica de Tomar, 1988

ROSA, Amorim - *História de Tomar*. Volume II, Santarém 1982

ROSA, José Inácio da Costa – “Nascimento e Evolução Urbana de Tomar até ao Infante D. Henrique”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 2, 1981,

ROSA, José Inácio da Costa – “Os Oito Claustros do Convento de Cristo”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº1, 1981

SIMÕES, J. M. Santos - *Tomar e a sua Judiaria*. Edição do Museu Luso-Hebraico, Tomar, 1943

SNRIPD – *Acessibilidade: exemplos em Portugal*, Lisboa, 1999

SNRIPD - *Acessibilidade para Igualdade e Oportunidade – Guia de Boas Praticas*, Lisboa, 2000

SNRIPD – *Conceito Europeu de Acessibilidade*, Lisboa, 2005

SOUSA, J.M. – *Noticia descritiva e história da cidade de Thomar*. Litografia Antunes, Rio Maior, 1991

TELES, Paula - *Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos*. Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2007

TELES, Paula – *Os Territórios (Sociais) da Mobilidade*. Lugar do Plano, Aveiro, 2005

TELES, Paula; SILVA, Pedro – *Desenho Urbano e Mobilidade para Todos*. APPLA, Aveiro, 2006.

TELES, Paula – *Revista Planeamento – Dossier Mobilidade*. APPLA, 2006

TEIXEIRA, Gardez - *Anais da União dos Amigos dos Monumentos, vol. II*, Tomar, 1961

VELOSO, Carlos e PONTE, Salete da - *Imagens de Tomar: Roteiro Histórico*, Tomar, 1990

ZEVI, Bruno - *Saber ver a Arquitectura*. Tradução Maria Isabel Gaspar. Martins Fontes, São Paulo, 1992